

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

MARINA DE CAMARGO SANTOS NETA

OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E ATRIBUTOS NAS TRANSAÇÕES DA
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) NO CONTEXTO DO
DISTRITO FEDERAL (DF)

BRASÍLIA, DF, FEVEREIRO, 2022.

MARINA DE CAMARGO SANTOS NETA

OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E ATRIBUTOS NAS TRANSAÇÕES DA
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) NO CONTEXTO DO
DISTRITO FEDERAL (DF)

Dissertação de mestrado submetida ao
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Marcelino de Souza.

BRASÍLIA, DF, FEVEREIRO, 2022.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Santos Neta, Marina de Camargo
OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E ATRIBUTOS NAS
TRANSAÇÕES DA COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA
(CSA) NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL (DF) / Marina de
Camargo Santos Neta. -- 2022.
135 f.
Orientador: Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em
Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Comunidade que Sustenta a Agricultura. 2.
Economia dos Custos de Transação. 3. Abastecimento de
Alimentos. 4. Sustentabilidade. 5. Agricultura
Familiar. I. de Souza, Marcelino, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARINA DE CAMARGO SANTOS NETA

OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E ATRIBUTOS NAS TRANSAÇÕES DA
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) NO CONTEXTO DO
DISTRITO FEDERAL (DF)

Dissertação de mestrado submetida ao
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Marcelino de Souza.

Brasília, DF, 23 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Marcelino de Souza – Orientador
UFRGS

Prof. Paulo Dabdab Waquil – Examinador
UFRGS

Prof. Leonardo Xavier da Silva – Examinador
UFRGS

Prof. Armando Fornazier – Examinador
UNB

Dedico este trabalho à minha família, seja de sangue ou aquela que conquistei ao longo da vida. Eternos parceiros.

E, principalmente, àquele que me guia, Deus, sou imensamente grata pela sua vontade e pela oportunidade que todo dia o Senhor me concede.

AGRADECIMENTOS

Este instante é concedido como um marco final de dois anos de muito aprendizado e de descobertas. Não digo que foram dois anos comuns, muito pelo contrário, houve muitas provações inimagináveis. O início foi frustrado pela pandemia de Covid-19, que desencadeou um caminho adverso, mas tenho que agradecer imensamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e aos seus docentes e gestores, que conscientemente pensaram em uma estrutura para vivenciar tal período, amparando seus discentes em suas respectivas caminhadas.

Realizar o mestrado a distância se provou ser um novo desafio, sem a oportunidade de debater temas e ter momentos descontraídos com os colegas de curso. Por isso, agradeço aos professores do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (Cepan): Homero Dewes, Edson Talamini, Kelly Lissandra, Heinrich Hasenack, Paulo Dabdab Waquil, Glauco Schultz, Marcelino de Souza, Leonardo Xavier e Letícia de Oliveira. Todos fizeram parte da minha jornada no Cepan e foram exímios nos seus ensinamentos, mesmo dentro de uma nova modalidade (remota), demonstrando-se docentes de grandes prestígio e admiração.

Agradeço imensamente ao professor Marcelino de Souza, que se prestou ao trabalho árduo de ser meu orientador, que me estendeu a mão diversas vezes durante o percurso e me auxiliou a chegar na resolução desta dissertação, com afinco e determinação. Agradeço pela oportunidade de estar ao seu lado durante esses dois anos e por todos os ensinamentos.

Agradeço ao professor Paulo Dabdab Waquil, pelo direcionamento oferecido ao longo do último ano, contribuindo na resolução das dúvidas pertinentes à dissertação.

Agradeço aos produtores da Rede CSA Brasília, por todo o apoio no processo de entendimento e descoberta do funcionamento da Comunidade que Sustenta a Agricultura. Aprendi, em todas as entrevistas, um pouco mais do movimento, mas, em especial, sobre as conquistas e as batalhas de cada um.

Por fim, agradeço à minha família, principalmente à minha mãe, Vanuza, ao meu pai, Eduardo, e ao meu namorado, Pedro, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, proporcionando-me ocasiões únicas e o conforto que precisei muitas vezes.

Muito obrigada a todos que fizeram parte desta jornada.

RESUMO

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é um movimento que foi originado no ano de 1971 pela Rede *Teikei*, de origem japonesa. Essa ideologia é transmitida há anos e prega a agricultura agroecológica ligada a valores morais e éticos de escala internacional, promovendo a interação direta entre o agricultor e o consumidor de forma local. Como descrito por Pascucci (2010), é uma Rede Comunitária Alimentar, e esta estrutura compõe-se de um modelo representado brevemente por dois agentes, o primeiro: o consumidor (*coagricultor*), que se compromete a apoiar uma produção agrícola, fornecendo ao agricultor o capital de giro antecipadamente; e o segundo: o agricultor, que recebe o financiamento para sua produção, diminuindo sua volatilidade financeira, além do alívio de grande parte da comercialização, escoando através de vendas diretas aos membros da comunidade. No entendimento do que é a CSA, buscou-se, a partir do referencial microanalítico da Nova Economia Institucional (NEI) e da Economia dos Custos de Transação (ECT), investigar a dinâmica da transação no contexto do Distrito Federal. Nessa perspectiva, analisaram-se os pressupostos comportamentais (racionalidade limitada e oportunismo) e os atributos da transação (frequência, incerteza e especificidade dos ativos), além da confiança, e verificou-se se, de alguma forma, a estrutura com essa dinâmica poderia minimizar os custos de transação para os agricultores associados à CSA. Para tal, conduziu-se uma pesquisa com a aplicação de 11 entrevistas diretamente aos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas associadas à Rede CSA Brasília. Os resultados permitiram evidenciar a existência de uma estrutura com baixo índice de ações oportunistas correlacionada a um alto índice de confiança nas transações e nos agentes envolvidos, corroborando uma tendência de proporcionar baixos custos de transação, em razão de menores incertezas em detrimento da simetria da informação entre aqueles que buscam manter a comercialização desses produtos, perpetuando as trocas na rede formada pelo agricultor e por seus *coagricultores*. No entanto, entre os agricultores entrevistados, observou-se a necessidade de estabelecer uma relação maior de confiança com a instituição Rede CSA Brasília, visando estabelecer o ideal de comunidade, além daquela estabelecida entre o agricultor e seus associados. Adicionalmente, notou-se a latente necessidade de mais *coagricultores* (consumidores) associados às unidades produtivas, em virtude da necessidade de usufruir totalmente da terra plantada, sem a urgência de recorrer a outros canais de escoamento.

Palavras-chave: comunidade que sustenta a agricultura; economia dos custos de transação; abastecimento de alimentos; sustentabilidade; agricultura familiar.

ABSTRACT

The Community Supported Agriculture (CSA) is a movement that was originated in 1971 by the Teikei Network, of Japanese origin. This ideology has been passed for years and preaches agroecological agriculture linked to moral and ethical values on an international scale, promoting direct interaction between the farmer and the consumer in a local way. As described by Pascucci (2010), it is a Food Community Network, and this structure is composed of a model represented briefly by two agents, the first: the consumer (co-farmer), who undertakes to support an agricultural production by providing the farmer with working capital in advance; and the second: the farmer, who receives the financing for his production decreasing his financial volatility, in addition to the relief of a large part of the marketing, disposing through direct sales to community members. In order to understand what CSA is, it was sought, based on the micro-analytical framework of the New Institutional Economics and Transaction Cost Economics, to investigate the dynamics of the transaction in the context of the Federal District. In this perspective, the behavioral assumptions (bounded rationality, opportunism) and transaction attributes (frequency, uncertainty and asset specificity) were analyzed, in addition to trust, and if, in some way, this structure with such dynamics could minimize transaction costs for farmers associated with the CSA. To this end, a survey was conducted with the application of 11 interviews directly to the farmers responsible for the production units associated with the CSA Brasilia Network. The results showed that there is a structure with a low level of opportunistic actions correlated to a high level of confidence in the transactions and in the agents involved, corroborating a tendency to provide low transaction costs, due to lower uncertainties in detriment of information symmetry, among those who seek to maintain the commercialization of these products, perpetuating the exchanges in the network formed by the farmer and his co-agriculturists. However, among the farmers interviewed there is a need to establish a greater relationship of trust with the institution Rede CSA Brasília, in order to establish the ideal of community, beyond that established between the farmer and his associates. Additionally, there is a latent need for more co-farmers (consumers) associated with the production units, in order to make full use of the productive land, without the urgency to resort to other outlets.

Keywords: community supported agriculture; transaction cost economics; food supply; sustainability; family farm.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Crescimento do número de propriedades associadas à CSA.....	22
Figura 2 – Esquema da estrutura do modelo de coparceria entre o consumidor e o produtor do movimento da Rede Teikei da JOAA	27
Figura 3 – Esquema de distribuição de coparceria entre o consumidor e o produtor do movimento da Rede Teikei	31
Figura 4 – Esboço da estrutura das relações da CSA.....	32
Figura 5 – Mapa cognitivo das transações proposto por Williamson (1985)	35
Figura 6 – Especificidade de ativos e mecanismos de governança.....	41
Figura 7 – Esquema simples de contrato observando tecnologia, salvaguardas e preços	43
Figura 8 – Esquema de indução de formas de governança	45
Figura 9 – Ilustração da região da divisão administrativa do Distrito Federal	55
Figura 10 – Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).	56
Figura 11 – Imagem ilustrativa das CSAs existentes atualmente no Distrito Federal	57
Figura 12 – Esquema dos contratos estabelecidos na estrutura da Rede CSA Brasília	74
Figura 13 – Pontos de convivência no Distrito Federal	79
Figura 14 – Disposição dos produtos colhidos em caixas plásticas retornáveis.....	133
Figura 15 – Cestas para os coagricultores.....	134
Figura 16 – Pontos de convivência de algumas unidades produtivas	135
Gráfico 1 – Gênero dos respondentes da pesquisa em função da idade	65
Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos agricultores do modelo da CSA.....	66
Gráfico 3 – Caracterização da mão de obra nas unidades produtivas.....	68
Gráfico 4 – Caracterização das unidades produtivas associadas à CSA.....	69
Gráfico 5 – Principais mudanças após a associação da unidade produtiva à CSA.....	72
Gráfico 6 – Racionalidade limitada na CSA	77
Gráfico 7 – Oportunismo na CSA.....	81
Gráfico 8 – Frequência na CSA	84
Gráfico 9 – Especificidade dos ativos na CSA	86
Gráfico 10 – Incerteza na CSA	89
Gráfico 11 – Confiança na CSA	91
Gráfico 12 - Média dos pressupostos comportamentais na estrutura da Rede CSA Brasília	101

Gráfico 13 – Correlação dos índices pressupostos e atributos da transação na estrutura da Rede
CSA Brasília 103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Somatório dos índices dos atributos e pressupostos agregados ao índice dos custos de transação na estrutura da Rede CSA Brasília.....	102
Tabela 2 – Caracterização do perfil do produtor associado à Rede CSA Brasília.....	127
Tabela 3 – Caracterização da unidade produtiva associada à Rede CSA Brasília.....	128
Tabela 4 – Compilado da média dos pressupostos comportamentais por CSA.....	129
Tabela 5 – Racionalidade limitada na Rede CSA Brasília.....	130
Tabela 6 – Oportunismo na Rede CSA Brasília	130
Tabela 7 – Frequência na Rede CSA Brasília.....	131
Tabela 8 – Especificidade dos ativos na Rede CSA Brasília.....	131
Tabela 9 – Incerteza na Rede CSA Brasília.....	132
Tabela 10 – Confiança na Rede CSA Brasília	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dez princípios da Rede Teikei pela JOAA, 1978	30
Quadro 2 – Exemplos de Redes Comunitárias Alimentares	47
Quadro 3 – Tipos de estruturas de governança nas transações de crédito alimentar	52
Quadro 4 – Relação dos entrevistados na pesquisa de campo	58
Quadro 5 – Síntese da estrutura de governança da CSA Brasília	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

Aprospera – Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu

BB – Banco do Brasil

CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura

ECT – Economia dos Custos de Transação

FBB – Fundação Banco do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAD – *International Fund for Agricultural Development*

JOAA – *Japan Organic Agriculture Association*

LSPPC – *Local Solidarity Partnerships between Producers and Consumers*

NEI – Nova Economia Institucional

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

WWF-Brasil – *World Wide Fund for Nature* – Brasil

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	19
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	19
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	19
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
2.1 COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA)	25
2.1.1 <i>Características conceituais</i>	25
2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)	34
2.2.1 <i>Breves conceitos históricos</i>	34
2.2.2 <i>Conceitos fundamentais da NEI e da ECT</i>	36
2.2.3 <i>Estrutura de governança</i>	39
2.2.4 <i>Estrutura de governança nas CSAs</i>	46
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.2 ÁREA E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA	55
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	59
3.4 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES E DAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS.....	64
4.2 OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E SEU RELACIONAMENTO COM A ESTRUTURA DA CSA E SUAS TRANSAÇÕES	74
4.2.1 <i>Racionalidade limitada</i>	75
4.2.2 <i>Oportunismo</i>	77

4.2.3 Frequência.....	82
4.2.4 Ativos específicos.....	85
4.2.5 Incerteza	87
4.2.6 Confiança	89
4.3 INFLUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
5.1 CONCLUSÕES DO ESTUDO	104
5.2 SUGESTÕES PARA A CSA NO DISTRITO FEDERAL	106
5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	107
REFERÊNCIAS	108
Bibliografia Consultada	112
APÊNDICES	113
APÊNDICE A – ESTRUTURA DA DISPOSIÇÃO DAS CSAS NO ESCOPO DO DISTRITO FEDERAL.....	113
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES ASSOCIADOS À REDE CSA BRASÍLIA.....	114
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121
APÊNDICE D – FOLHA EXPLICATIVA.....	122
APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM	123
APÊNDICE F – LISTA DE CONTATOS E PONTOS DE CONVENIÊNCIA DAS CSAs.....	124
APÊNDICE G – TABELAS SISTEMATIZADAS DOS DADOS DE CAMPO	127
APÊNDICE H – IMAGENS OBTIDAS NA PESQUISA DE CAMPO.....	133

1 INTRODUÇÃO

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é uma agricultura alternativa que permeia além da simples produção do alimento, enraizando a formação de uma Rede Comunitária Alimentar, como descrito por Pascucci (2010), e trabalhando num formato de cadeia curta sem intermediários.

Isso corrobora outras ideologias similares que buscam reduzir o custo de monitoramento envolvido no consumo de alimentos credíveis, que são resultantes de uma produção com atributos de qualidade, como: responsabilidade ambiental, sustentabilidade, produção de alimentos orgânicos, incentivos da agricultura familiar, etc (PASCUCCI, 2010).

Os alimentos credíveis partem de uma credibilidade do consumidor, já que este não consegue mensurar se, de fato, aquele alimento segue todas as condicionalidades e ideologias transmitidas pelo movimento, exercendo uma relação de confiança com o agricultor. Isso posto, dentro dessa Rede Comunitária Alimentar, representada pela CSA, constata-se o ato de confiabilidade no agente econômico desse mercado e de compartilhamento de recursos em função de uma recompensa implícita para ambos os envolvidos.

De acordo com Cechin, Araújo e Amand (2020) e Pascucci (2010), os agricultores associados a essa rede têm como recompensa: (I) escoamento seguro da produção; (II) pagamentos no curto prazo; (III) demandas pré-estabelecidas; (IV) redução dos custos de produção e transação; e, principalmente, (V) estabilidade da renda. Ao olhar para os consumidores envolvidos nessa rede comunitária, tem-se um grupo interessado em: (I) alimentos produzidos de forma orgânica; (II) alimentos saborosos; (III) incentivo à agricultura familiar; (IV) estabilidade do preço das hortifrúteis; e (V) construção de relações sociais com os produtores.

Assim, criam-se laços entre os agentes. O consumidor confia que a produção é orgânica e que o alimento será entregue com o preço e a qualidade estipulados. Em contrapartida, o agricultor confia que o consumidor assumirá os custos da produção no período estabelecido por contrato, com a provável renovação contratual por igual período (ADAM, 2006).

Nesse contexto, o intuito desta pesquisa foi compreender o funcionamento das transações entre os agentes econômicos no escopo da CSA, em cuja estrutura se encontra um aspecto fortemente marcado pelo apelo à confiabilidade das transações realizadas. A partir dos referenciais teóricos da Nova Economia Institucional (NEI) e da Economia dos Custos de Transação (ECT), procurou-se entender os pressupostos comportamentais e os atributos das

transações desenvolvidos na comercialização dos alimentos produzidos pelas propriedades associadas ao movimento da Rede CSA Brasília.

Portanto, analisou-se a relação estabelecida nas transações desses agentes dentro dessa rede, com o intuito de explorar a CSA e as relações contratuais estabelecidas nessa organização, que, segundo Pascucci (2010), comporta-se com um formato similar ao de um “clube”, que pode se caracterizar como uma *nova* estrutura de governança.

Diante disso, a investigação dessa *nova* estrutura de governança tem como alvo a rede comunitária CSA localizada no Distrito Federal, ponderando acerca dessa dinâmica que ocorre nas transações comerciais e avaliando se essa situação proporcionou uma tendência que minimize os custos de transação.

A partir desta breve contextualização, discorre-se, a seguir, acerca do problema norteador da presente pesquisa.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) surgiram como uma rede alimentar com trabalho desenvolvido no formato de comunidade, que preza pelo bem-estar de uma alimentação mais equilibrada associada a um consumo consciente, avaliando não apenas as questões de saúde, como também demandas ambientais e econômicas envolvidas em um sistema produtivo.

Ao se observar a Rede Comunitária Alimentar da CSA, contatam-se alguns mecanismos de controle que podem ser analisados, pensando-se que é um modelo estruturado pelo mundo que segue os mesmos princípios ideológicos. No comportamento da rede, percebe-se que a duração do contrato para a aquisição de uma cota é de seis meses a um ano, estando o consumidor optante pela renovação do contrato por igual período.

Essa cota se refere ao direito de o consumidor receber semanalmente uma cesta com produtos sortidos, que incluem variadas hortaliças, verduras e legumes orgânicos, produzidos conforme o calendário previamente divulgado no início do ciclo.

Nesse modelo de rede, a receita que chega até os agricultores representa um maior percentual, já que, nas estruturas das CSAs, não existem intermediários, estando os agricultores familiares menos expostos à flutuação dos preços e não dependendo dos grandes varejistas e atacadistas.

Mesmo que ocorram imprevistos e o agricultor continue exposto aos riscos do plantio, de modo que os preços dos produtos da CSA se equiparem aos produtos dispostos nas prateleiras dos grandes supermercados, tem-se a ideia dos mesmos riscos que uma produção

comum. Contudo, há maiores mecanismos para prevenir possíveis prejuízos, como menos intermediários e a certeza da venda do que for produzido.

Assim, argumenta-se que a frequência daqueles clientes que renovam o contrato com a rede CSA refere-se a outros motivos além do preço para permanecer nessa comunidade, abrangendo outras condicionalidades que tornam o produto atrativo aos olhos daquele perfil.

Com isso, essa *nova* estrutura de governança acaba por atingir o comércio local dos grandes centros urbanos, proporcionando um modelo econômico alternativo a ser exercido pelos pequenos produtores.

É importante ressaltar que, no Brasil, os pequenos produtores nem sempre têm condições de vender para o varejo, devido às condicionalidades das transações, que necessitam de requisitos como: periodicidade de entrega, volume, estética do alimento, prazos longos de pagamentos com abatimentos inclusos e preços no atacado (CECHIN; ARAÚJO; AMAND, 2020). Esse modelo alternativo de comercialização tem sido bem explorado no país, conforme as informações contidas no *site* da CSA Brasil, pois existem cerca de 90 sedes espalhadas em 20 estados brasileiros. No apêndice A desta dissertação, apresenta-se a configuração da rede no Distrito Federal, que foi o objeto de estudo da presente pesquisa, a qual possui uma sede na Unidade da Federação, a Rede CSA Brasília, com um total de 35 unidades agrícolas.

Com base no exposto, evidencia-se que existe um modelo de agricultura alternativa testado e que vem se espalhando pelo território brasileiro, de modo que pode ser vantajoso ao pequeno agricultor com uma unidade produtiva perto de um centro urbano, por não precisar de intermediários para realizar a comercialização de alimentos orgânicos.

Com isso, levanta-se o questionamento: o modelo da CSA aplicado a uma unidade produtiva no contexto do Distrito Federal poderia proporcionar ao pequeno agricultor uma estrutura de governança que tenderia a minimizar os custos de transação? Levando em consideração o referencial microanalítico da Nova Economia Institucional (NEI) e da Economia dos Custos de Transação (ECT), entendendo as características básicas das transações e os seus atributos, a partir do problema de pesquisa, a seguir, apresentam-se os objetivos norteadores da presente dissertação.

1.2 OBJETIVOS

Diante da explanação e discussão do problema da pesquisa, definiram-se os objetivos geral e específicos do estudo.

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar os pressupostos comportamentais e os atributos básicos das transações envolvidas na estrutura de governança da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e se eles podem ser minimizadores dos custos de transação.

1.2.2 Objetivos específicos

- Discorrer acerca dos agricultores e das unidades produtivas associados à Rede CSA Brasília.
- Descrever os atributos básicos e a forma com que os pressupostos comportamentais se apresentam nas transações da CSA.
- Verificar a influência dos pressupostos comportamentais nos custos de transação da unidade produtiva.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Além das mudanças no comportamento e na visão do consumidor de alimentos, que busca crescentemente um maior entendimento do que é consumido, agregando um valor acima do nutricional, também se observa uma transição na visão dos órgãos governamentais.

Um exemplo nesse sentido são as três metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2): “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que trata dos mercados agroalimentares e de seu funcionamento, que se destacam no quadro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). A Meta 2.1 visa acabar com a fome por meio da produção de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante o ano inteiro, evidenciando a importância da segurança alimentar e da sazonalidade dos alimentos ao longo dos ciclos produtivos. A Meta 2.3 visa a produtividade agrícola e a renda dos pequenos agricultores familiares, proporcionando acesso a: terra, recursos produtivos, insumos necessários e oportunidades de agregação de valor. A Meta 2.4 aborda a garantia do funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, a fim de auxiliar na redução da volatilidade extrema dos preços dos alimentos (UNITED NATIONS, 2015).

As metas adotadas pelos Estados-membros das Nações Unidas em setembro de 2015 mostram que a transição para a sustentabilidade dos atuais sistemas agrícolas e alimentares, incluindo os mercados agroalimentares, é uma tendência para os próximos anos, com o intuito de alcançar a segurança alimentar e nutricional sustentável (BORSELLINO; SCHIMMENTI; BILALI, 2020).

Desse modo, observa-se, nas últimas décadas, a confluência de diferentes agentes globais e domésticos levando a algumas mudanças graduais no funcionamento e na estrutura dos mercados agroalimentares em todo o mundo. Isso inclui a globalização, a liberalização do comércio, o crescimento populacional, a urbanização, o aumento da renda, a mudança de políticas, as mudanças nos padrões de consumo de alimentos e nas dietas, as mudanças tecnológicas e a degradação ambiental (BORSELLINO; SCHIMMENTI; BILALI, 2020).

O *International Fund for Agricultural Development* (IFAD) sugere, no Relatório de Desenvolvimento Rural (2016), que as mudanças nas políticas e nos padrões alimentares foram os principais motores da transformação dos mercados agroalimentares nas últimas décadas. As mudanças na política estão relacionadas aos processos de privatização e liberalização, que diminuíram o controle dos Estados sobre os mercados agroalimentares, bem como os investimentos públicos em estruturas de mercado e infraestrutura. Nesse ínterim, a urbanização, o surgimento de padrões de consumo modernos, as novas tendências no comércio internacional e os aumentos de renda modificaram a demanda do consumidor e induziram mudanças dietéticas, especialmente em países emergentes e em desenvolvimento.

A transformação contínua dos mercados agroalimentares significa tanto desafios quanto oportunidades para os produtores e os atores das cadeias, em níveis global, doméstico e local. O funcionamento dos mercados agroalimentares afeta a segurança alimentar, mas é especialmente significativo na definição tanto do acesso dos produtores aos mercados agroalimentares quanto do acesso dos consumidores aos alimentos.

Portanto, alcançar a segurança alimentar e nutricional no longo prazo significa compreender a dinâmica do comércio agroalimentar global, assim como a governança e o funcionamento dos mercados agroalimentares domésticos (BORSELLINO; SCHIMMENTI; BILALI, 2020).

Outro ponto importante nesse contexto é o processo de urbanização, o qual gerou um aumento na demanda por produtos agroalimentares altamente processados e de qualidade nas áreas urbanas, contribuindo com a expansão da classe média das áreas emergentes e com o aumento da renda *per capita*, para aproximar as escolhas de consumo de grandes parcelas da população mundial dos estilos alimentares das regiões mais ricas do planeta (convergência de hábitos alimentares) (IFAD, 2016).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Rural (IFAD, 2016), espera-se que 68% da população mundial viva em áreas urbanas até 2050, em comparação com os atuais 55%, com 70% de todos os alimentos já destinados ao consumo em áreas urbanas. Nesse sentido, as cidades estão se tornando pontos críticos para a sustentabilidade dos sistemas alimentares

globais e os esforços para a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas (SANTOS NETA; SCHULTZ; SOUZA, 2022).

O mercado é uma variável constante que se adapta conforme a necessidade, sendo que a mudança atual é representada pela grande parcela da população residente nas áreas urbanas e tem-se uma comoção em encontrar um novo equilíbrio para o sistema produtivo, para que se consiga suprir o mercado global (SANTOS NETA; SCHULTZ; SOUZA, 2022).

A partir dessas discussões, tem-se a busca pela Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), para melhor compreender e entender acerca dos seus impactos nos mercados global e local. Diante disso, pôde-se observar que, na maioria dos trabalhos realizados sobre essa temática, abrangem-se países do hemisfério norte; com isso, indagou-se sobre o comportamento das CSAs no Distrito Federal e no entorno, bem como sobre os principais tópicos de pesquisa relacionados ao assunto no contexto brasileiro.

Para tal, conduziu-se uma revisão bibliográfica, realizando pesquisas em diferentes bases científicas. Foram, então, produzidos dois trabalhos para o VIII Simpósio da Ciência do Agronegócio – CINEAGRO (2020), intitulados: (i) “Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA: uma análise bibliométrica”; e (ii) “Distribuição e alcance potencial dos depósitos de CSAs no Brasil”. Além de um trabalho para o Congresso SOBER (2021), posteriormente publicado na revista *Colóquio* (2022), intitulado: “Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): representa uma tendência da transição do sistema agroalimentar?”.

No âmbito dos trabalhos científicos desenvolvidos acerca do tema, identificou-se o trabalho intitulado “*Exploring the synergy between Community Supported Agriculture and agroforestry: institutional innovation from smallholders in a Brazilian rural settlement*”, dos autores Andrei Cechin, Victor da Silva Araújo e Louise Amand (2020). Nesse mesmo artigo, encontrou-se a citação do artigo intitulado “*Governance structure, perception and innovation in credence food transactions: the role of food community networks*”, do autor Stefano Pascucci.

Com uma análise cuidadosa desses artigos, conseguiu-se explorar uma justificativa para o presente estudo, em que a organização da CSA vem se ampliando não apenas no contexto dos países do hemisfério norte, mas também tem tido grandes aceitabilidade e crescimento nos países do hemisfério sul.

Ao analisar o escopo dessa comunidade na região do Distrito Federal e no seu entorno, pôde-se observar uma crescente associação de novas propriedades na rede, conforme apresentado na Figura 1. Logo, surge a necessidade de entender como essa comunidade define

as características básicas das transações e os pressupostos comportamentais envolvidos nas relações dos agentes econômicos.

Figura 1 – Crescimento do número de propriedades associadas à CSA



Fonte: adaptado do *site* da Rede CSA Brasília (2021).

Embora com nove anos de atuação no mercado brasiliense, apenas a partir do ano de 2015 é que se observa um crescente número de unidades produtivas associadas ao movimento. Com isso, consideram-se sete anos de funcionamento da rede na sua totalidade, demonstrando uma jovialidade desse modelo no contexto da Rede CSA Brasília.

Além do foco principal na Rede CSA implementada no Distrito Federal, há de se observar o mercado em que ela está inserida. Foram analisados outros aspectos complementares no setor de produtos orgânicos no Brasil que merecem atenção e justificam a análise. Nesse ponto, o Brasil apresentou um aumento exponencial da produção orgânica, advindo do crescimento da agricultura alternativa. Segundo Lima *et al.* (2020), com base nos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), há a existência de 68.716 estabelecimentos agropecuários certificados para produção orgânica, em comparação com os dados do Censo Agropecuário de 2006, que apresentava um total de 5.106 estabelecimentos com certificados.

Esses dados demonstram o aumento expressivo do número de propriedades que visam a produção orgânica, acompanhando a demanda dos mercados internacionais, em que o crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a

11%, impulsionado pelo aumento da demanda desses produtos pelos países da Europa e da América do Norte, além da China (LIMA *et al.*, 2020).

O mercado doméstico também teve forte influência nos últimos anos para o crescimento do setor, com políticas públicas enfatizando a realização de compras institucionais para a alimentação escolar e os serviços de alimentação de alguns órgãos governamentais que estimularam principalmente os pequenos produtores (LIMA *et al.*, 2020).

Porém, não foi suficiente, após um apagão de medidas governamentais voltadas para desenvolver esse setor e financiar os pequenos produtores que seguem requisitos para se manter como produtores orgânicos. Além disso, a persistência de diversos entraves produtivos, comerciais e logísticos e a ausência de incentivos fiscais e de assistência técnica especializada são fatores relevantes para as limitações estruturais para o desenvolvimento dessa prática junto aos pequenos produtores (LIMA *et al.*, 2020).

Portanto, a análise proposta neste estudo tem a intenção de contribuir, cumulativamente, com o conhecimento científico já produzido sobre o tema, acrescentando a dinâmica dos elementos comportamentais nas transações comerciais ainda pouco explorados nas CSAs do Distrito Federal e de seu entorno, utilizando-se do instrumento teórico proporcionado pela Nova Economia Institucional e pela Economia dos Custos de Transação, para sustentar as discussões desses aspectos.

Seguindo a linha de pesquisa de “Mercados, contratos, instituições e políticas no agronegócio”, constitui-se uma conexão com os estudos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), relacionando a eficiência e o desempenho dessas Redes Comunitárias Alimentares no mercado agrícola.

A partir desta breve descrição acerca do contexto no qual a CSA está inserida e que justifica a presente pesquisa, a seguir, apresenta-se a forma como a dissertação está organizada.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução, a qual apresenta a problematização, os objetivos e a justificativa da pesquisa. No capítulo dois, apresenta-se o referencial teórico utilizado, com os elementos da abordagem da Nova Economia Institucional e, mais especificamente, da Economia dos Custos de Transação. Além disso, também se destacam as conceituações da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e a sua estrutura de governança.

No capítulo três, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, definindo o escopo geográfico, bem como os procedimentos para a coleta de dados e a forma como foram realizadas as análises dos resultados.

Na sequência, no capítulo quatro, são apresentados os resultados dos dados coletados em campo, bem como a sua interpretação à luz dos aportes teóricos do ambiente institucional e das ferramentas analíticas. Por fim, no capítulo cinco, apresentam-se as considerações finais desta dissertação.

Os apêndices encontram-se após as referências e a bibliografia consultada, apresentando os documentos que serviram para complementar o entendimento dos resultados da presente pesquisa, sendo que, no apêndice A, encontra-se o esquema que representa a estrutura da disposição das CSAs no escopo do Distrito Federal; no apêndice B, tem-se o roteiro das entrevistas realizadas com os pequenos agricultores proprietários das unidades produtivas associadas ao modelo CSA; o apêndice C contém o termo de consentimento livre e esclarecido; o apêndice D contém a folha explicativa; o apêndice E contém a autorização de imagem para realização da pesquisa; no apêndice F, consta a lista de contatos e pontos de conveniência das unidades produtivas da Rede CSA Brasília; no apêndice G, são apresentadas as tabelas sistematizadas dos dados coletados na pesquisa de campo e apresentados nos resultados e nas discussões (capítulo 4); por fim, o apêndice H contém as imagens capturadas pela pesquisadora durante a realização da pesquisa de campo.

O capítulo a seguir apresenta a revisão bibliográfica com o detalhamento do arcabouço teórico utilizado na presente pesquisa, conforme mencionado anteriormente.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente capítulo, serão abordados os elementos de embasamento teórico relevantes para a sustentação desta dissertação. Primeiramente, apresentam-se os aportes teóricos da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), como exposto na seção 2.1.1, com as “características conceituais”. Na seção 2.2, apresentam-se os embasamentos teóricos acerca da Nova Economia Institucional (NEI), disposta em duas subseções, a seção 2.2.1, denominada “breves conceitos históricos”, seguida da seção 2.2.2, denominada “conceitos fundamentais da NEI e da ECT”, seguida da análise microanalítica disposta na seção 2.2.3, denominada “estrutura de governança”, discutindo acerca das estruturas de governança, que se refere ao principal objeto de estudo da Economia dos Custos de Transação (ECT).

Embora haja essa distinção analítica, os dois níveis analíticos (macro e micro) são considerados como complementares entre os teóricos da NEI e podem ser aplicados e estudados de forma conjunta. Reconhecendo essa divisão e a complementaridade analítica nos estudos da NEI, para esta pesquisa, a opção foi por empenhar esforços sobre o nível microanalítico da abordagem, ou seja, o enfoque é sobre os aspectos considerados, pela NEI, determinantes para a formação de estruturas de governança nas organizações.

A seção 2.2.4, denominada “estrutura de governança nas CSAs”, apresenta a aplicação da NEI e da ECT para a questão de pesquisa e a temática estudada.

A seção a seguir apresenta os estudos empíricos que auxiliaram o estabelecimento das principais características da CSA, apresentando aspectos dessa comunidade e evidenciando os processos evolutivos que a configuram.

2.1 COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA)

2.1.1 Características conceituais

A CSA é um movimento que foi originado no ano de 1971 pela Rede *Teikei*, de origem japonesa, e que hoje é organizado pela *Japan Organic Agriculture Association (JOAA)* – Associação de Agricultura Orgânica do Japão. Essa ideologia é transmitida há anos e prega a agricultura agroecológica ligada a valores morais e éticos de escala internacional, promovendo a interação direta entre o agricultor e o consumidor de forma local (WOODS, T.; ERNST, M.; TROPP, 2017; ADAM, 2006 e TORRES, 2017).

No Brasil as CSAs foram efetivamente introduzidas em 2011, na Fazenda Demétria, na cidade paulista de Botucatu. A repercussão desse modelo foi considerada um potencial de futuro pelo Fórum Mundial Social que ocorreu na cidade de Porto Alegre, RS, no mesmo ano,

2011. Do ponto de vista do interesse histórico, registra-se com base em estudos do agrônomo Richard Charity, inspirado pelo modelo de CSA da Inglaterra, que a primeira implantação de uma CSA brasileira ocorreu na cidade de Fortaleza, CE, pela Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), em 1997 (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018 e TORRES, 2017).

Contudo, segundo Preiss (2017), descreve outras duas outras primeiras iniciativas no País, que datam de 1978, com a ex-Cooperativa Ecológica – Coolmeia, em Porto Alegre, e a Cooperativa de Consumidores Naturais do Rio – Coonatura, no Rio de Janeiro. Ao que se parece estas “primeiras” CSAs, surgem anos antes do modelo CSA chegar ao Brasil, mas já apresentavam estruturas similares ao do modelo, que seria inserido posteriormente. No caso da ex-Cooperativa Ecológica Coolmeia de Porto Alegre, esta não chegou a evoluir para um modelo de CSA como está sendo proposto atualmente (TORRES, 2017).

Contudo, no esquema da Figura 2 é exibido a configuração da estrutura que é atualmente proposto pelo modelo da CSA, apresenta-se o grau de participação dos agentes envolvidos nas atividades, em que é apresentado o produtor com uma maior influência nas atividades de produção, distribuição e divisão dos alimentos em conformidade com o percentual de influência do consumidor que se apresenta mais destacado na dieta, contudo, sendo possível sua participação em outras atividades.

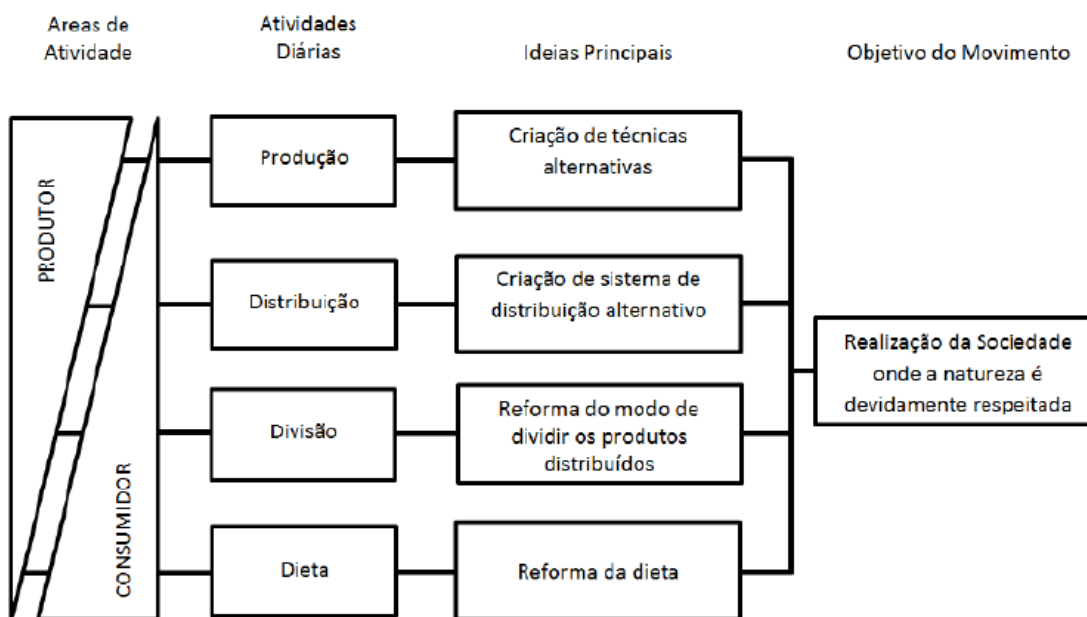
Nessa estrutura, são apresentadas as conceituações abordadas e descritas pela Rede *Teikei*, pelo modelo de comercialização implementado pela CSA, o consumidor é entendido como um parceiro do processo produtivo, denominado como *coagricultor* (BLOEMMEN *et al*, 2015).

Na Figura 2, observa-se que o consumidor tem a permissibilidade de participar da cadeia produtiva em níveis operacionais básicos de cada atividade, não sendo essencial, porém podendo contribuir com a mão de obra voluntária (BLOEMMEN *et al*, 2015).

Já o produtor (além do envolvimento na parte produtiva), por sua vez, mostra-se mais presente no processo pós-colheita, sendo o responsável pela confecção das cestas, pela distribuição nos pontos de conveniência e pela troca de informações pertinentes à produção.

Dessa forma, há possibilidade da criação de laços com o consumidor; no caso específico da dieta, o produtor pode entrar apenas com sugestões a serem utilizadas conforme as especificidades dos alimentos a serem produzidos.

Figura 2 – Esquema da estrutura do modelo de coparceria entre o consumidor e o produtor do movimento da Rede *Teikei* da JOAA



De "Agricultura Orgânica no Japão" por Shigeru Yasuda

Fonte: adaptado do *site* da JOAA (2021).

Observa-se uma rede alternativa de produzir alimentos, na qual se tem o agricultor em contato direto com o consumidor e exercendo atividades que normalmente não estariam ligadas à sua atividade de base. Contudo, ocorre também o inverso, o consumidor integrando não apenas o final da cadeia, mas podendo estar conectado a todas as etapas do processo.

Isso leva à existência de um circuito curto de comercialização, que proporciona ao pequeno produtor o desenvolvimento do sistema alimentar mais sustentável, economicamente viável, considerando o valor agregado socialmente, buscado pelo perfil desse consumidor mais ativo, que opta por consumir produtos que são cultivados de forma orgânica (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG; 2013 e HAYDEN, BUCK, 2012).

O contato direto e próximo com os agricultores da região possibilita o rastreamento do alimento consumido, mas não decorre do uso de sistemas interligados para que se consiga apresentar isso ao consumidor. Basta apenas a inserção na rede que favorece ao consumidor visitar e conhecer a origem do alimento, minimizando o custo de monitoramento desses produtos, já que o *coagricultor* consegue saber sobre os aspectos específicos do alimento, como, por exemplo: o não uso de agrotóxico, produção por meio da agrofloresta e da permacultura, que resulta numa alimentação mais saborosa, mais segura em relação ao uso dos agrotóxicos,

que respeita a flora, o ecossistema, resultando, conseqüentemente, na preservação do meio ambiente (ADAM, 2006 e HAYDEN, BUCK, 2012).

Além disso, tem-se o fato de o produtor conseguir mensurar sua demanda e os pontos de escoamento da produção, evitando possíveis perdas de qualidade e manuseios desnecessários. Esse contato acaba por gerar laços sociais entre os agentes envolvidos, que criam uma conexão pessoal, além da comercialização de produtos (HINRICHS, 2000; BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGH, 2009).

Segundo Block (1990), essa interação advém da relação criada ao tempo em que se começa a apresentar a confiabilidade na transação. Dessa forma, o preço, relatado por muitos economistas neoclássicos como um mecanismo regulador do mercado, acaba por perder um pouco sua relevância dentro desse escopo, em que as relações sociais começam a estruturar um novo comportamento econômico.

Nessa forma de organização em que os consumidores são denominados como *coagricultores*, estes têm acesso a todas as informações relevantes sobre a produção, bem como a distribuição de informações, tanto para os participantes internos, quanto para pessoas externas à comunidade.

Assim, o conceito da transparência surge como um princípio importante nas transações da CSA, em que o consumidor entende o que representa o valor pago, pois não se tem apenas a aquisição de uma mercadoria, há também diversas trocas experienciadas na comunidade (BLOCK, 1990; SAMOGGIA *et al*, 2019).

Nessa rede, a confiança e a conexão social entre os agentes do mercado agrícola local são substanciais na atividade econômica. Por esse motivo, a convivência e a familiarização com o local de venda e com o produtor geram a percepção de valor mútuo (HINRICHS, 2000; SAMOGGIA *et al*, 2019).

A CSA Brasil define:

CSA é um modelo de um trabalho conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida, os consumidores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma, o produtor sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os consumidores recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e onde são produzidos.¹

Conforme destaca Hinrichs (2000), apesar de a CSA implementar uma economia associativa, acaba que o preço ainda coexiste na comunidade, mas associado com uma questão

¹ Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 26 dez. 2020.

de colaboração, que insere o compromisso e a coparticipação de todos os agentes para o funcionamento desse mercado.

A recompensa associada ao processo produtivo dentro da comunidade perpassa o viés econômico. Seguindo o ponto abordado por Pascucci (2010), podemos colocar esse modelo como uma *nova* estrutura de governança.

Esses conceitos norteiam todo o movimento, seja conhecido como CSA ou outra categoria de Rede Comunitária Alimentar, que busca seguir os princípios descritos pela JOAA, representada pela Rede *Teikei*, cujos princípios são apresentados no Quadro 1.

A rede internacional de CSAs URGENCI descreve o modelo como *Local Solidarity Partnerships between Producers and Consumers* (LSPPC), que significa “Parceria Local e Solidária entre Produtores e Consumidores”. Com essa definição de modelos LSPPC feita pela URGENCI, pretende-se agregar inúmeras comunidades espalhadas pelo mundo e com diferentes siglas: CSA (Reino Unido, Austrália, Brasil, Bulgária, China, Holanda, Irlanda); CAFF, CSA e *Just Food* (Estados Unidos); AMAP (França, Togo, Mali); CAPÉ (Canadá); ASAT (Romênia, República Tcheca); FRACP (Suíça); GASAP (Bélgica); DEAFAL (Itália); GSR (Croácia); OIKOS (Noruega); SoLaWi e *Die Agronauten* (Alemanha); *Teikei* (Japão); RIAM (Marrocos); TVE (Hungria); SOLOS (Líbano); ZAMBRA (Espanha); *Huellas Verdes* (Chile); Granja Valle Pintado (Argentina); *Canastas Comunitárias* (Equador); e *Reciproco* e AMAP (Portugal) (URGENCI, 2021).

Embora o nome seja específico para cada modelo, cada um busca seguir as premissas dos dez princípios abordados pela JOAA (Quadro 1), que enfatiza a parceria mútua nas relações, como também a produção para atender a demanda daqueles consumidores envolvidos na rede; e os consumidores buscam aceitar os produtos cultivados tendo consentido com o preço do alimento, levando em consideração a mão de obra e os custos da produção incorridos no processo.

Dessa forma, promove-se um maior contato entre os grupos e aprofundam-se os relacionamentos amigáveis, já que o próprio produtor distribui o alimento e conhece o seu consumidor, e este também participa da gestão daquela produção de forma democrática, sempre levando em conta o aprendizado e o compartilhamento do conhecimento (HAYDEN, BUCK, 2012; SAMOGGIA *et al*, 2019).

Contudo, essa estrutura tende a funcionar plenamente quando se adequa o crescimento de acordo com o tamanho da unidade produtiva e da rede em si, para que os princípios não se percam e a rede não acabe se remodelando para outro formato de comercialização (WOODS, T.; ERNST, M., TROPP, 2017; ADAM, 2006).

Quadro 1 – Dez princípios da Rede *Teikei* pela JOAA, 1978

Princípio	Significado
Princípio da assistência mútua	A essência desta parceria reside, não no comércio em si, mas na relação amigável entre as pessoas. Portanto, produtores e consumidores devem ajudar-se mutuamente com base no entendimento mútuo: essa relação deve ser estabelecida por meio da reflexão de experiências passadas.
Princípio da produção pretendida	Os produtores devem, por meio de consulta aos consumidores, ter a intenção de produzir a quantidade máxima e a variedade máxima de produtos dentro da capacidade das unidades agrícolas.
Princípio de aceitação do produto	Os consumidores devem aceitar todos os produtos cultivados de acordo com consulta prévia entre os dois grupos, e sua alimentação deve depender, tanto quanto possível, desses produtos.
Princípio da concessão mútua na decisão de preço	Ao decidir o preço do produto os produtores devem levar em conta a economia de mão de obra e custo, devido à redução dos processos de classificação e embalagem, bem como a aceitação de todos os seus produtos; e os consumidores devem levar em conta o benefício de obter alimentos frescos, seguros e saborosos.
Princípio de aprofundar relacionamentos amigáveis	O desenvolvimento contínuo desta parceria exige o aprofundamento de relações de amizade entre produtores e consumidores. Isso será alcançado apenas através da maximização do contato entre os parceiros.
Princípio da autodistribuição	Por esse princípio o transporte da produção deve ser feito pelos grupos de produtores ou consumidores até os depósitos destes últimos, sem dependência de transportadores profissionais.
Princípio da gestão democrática	Ambos os grupos devem evitar a dependência excessiva de um número limitado de líderes em suas atividades e tentar praticar a gestão democrática com responsabilidade compartilhada por todos. As condições particulares das famílias dos membros devem ser levadas em consideração com base no princípio da assistência mútua.
Princípio de aprendizagem entre cada grupo	Ambos os grupos, de produtores e de consumidores, devem dar muita importância ao estudo entre si e devem tentar evitar que suas atividades acabem apenas na distribuição de alimentos seguros.
Princípio de manutenção da escala de grupo apropriada	A prática plena das questões escritas acima será difícil se o número de membros ou o território desses grupos se tornar muito grande. Essa é a razão pela qual ambos devem ser mantidos em um tamanho adequado. O desenvolvimento deste movimento em termos de membros deve ser promovido através do aumento do número de grupos e da colaboração entre eles.
Princípio de desenvolvimento estável	Na maioria dos casos, nem os produtores nem os consumidores poderão desfrutar das boas condições, deve-se fazer um esforço para melhorar e avançar com colaboração mútua.

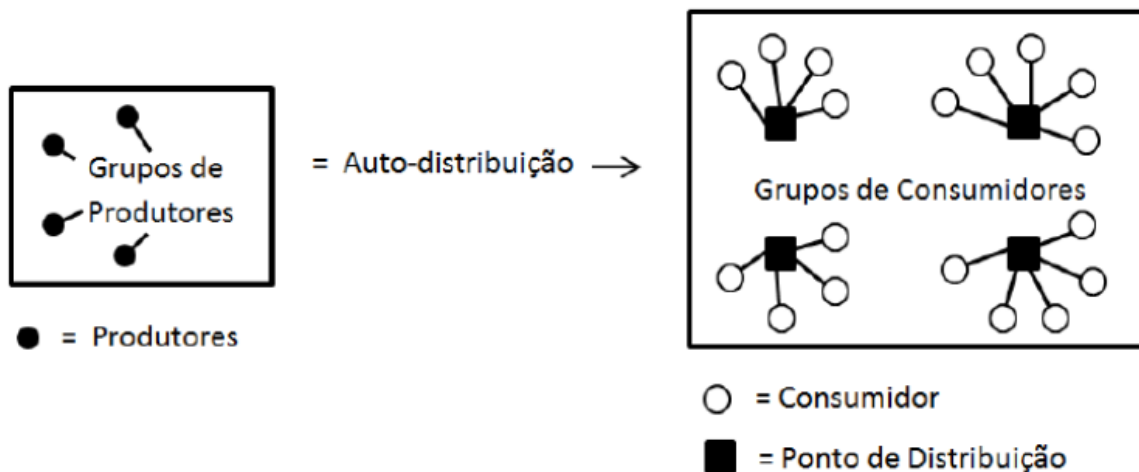
Fonte: adaptado do *site* da JOAA (2021).

Os princípios configurados pela Rede *Teikei* tiveram sua perpetuação ao longo dos anos, visando não apenas o crescimento do comércio pelo modelo, como também a propagação da ideologia em pequenos formatos pelo mundo, por isso a importância de se basear nesses princípios, a fim de não desconfigurar o modelo. Assim, mantém-se a disponibilidade de alimentos a um preço conveniente, de modo que a produção, a distribuição e a venda sejam realizadas com o menor risco para todos os participantes.

Conforme disposto na Figura 3, apresenta-se o sistema de distribuição do movimento como um formato de “clube”, no qual os agricultores, nos seus pontos de distribuição, interagem diretamente com os seus *coagricultores*, entregando os produtos frescos cultivados

localmente aos clientes próximos aos pontos, podendo um agricultor ter mais de um local de entrega (ERNST; WOODS, 2013; JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Figura 3 – Esquema de distribuição de coparceria entre o consumidor e o produtor do movimento da Rede *Teikei*



Fonte: adaptado do *site* da JOAA (2021).

Na Figura 2, tem-se a estrutura do modelo de coparceria entre o consumidor e o produtor do movimento, em conjunto com o esquema de distribuição apresentado na Figura 3, que, juntos, formam o ideal das Redes Comunitárias Alimentares, as quais buscam seguir, de forma geral, os princípios discutidos no Quadro 1, no sentido de promover uma estrutura de governança.

Nesse sentido, a estrutura da disposição das CSAs, na abrangência do Brasil, até o ponto do Distrito Federal, é apresentada no apêndice A, que busca evidenciar a formação hierárquica do escopo estudado. Com esse intuito, a Figura 4 visa apresentar um breve esboço da estrutura, para exibir como se configuram as relações.

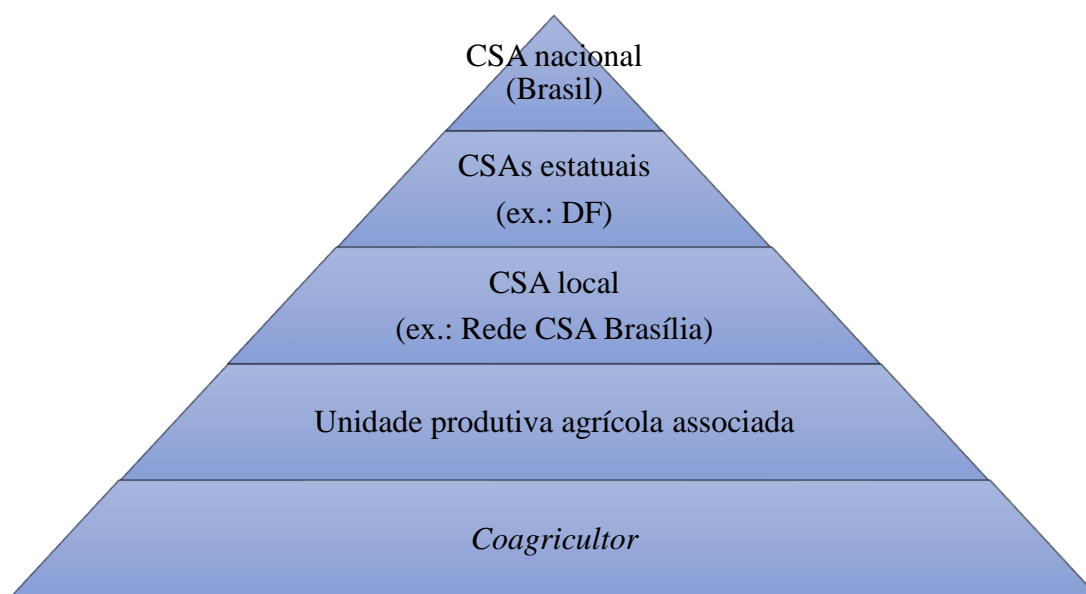
Pensando de uma forma geral, sem definir região, tem-se a estrutura de uma CSA de âmbito nacional (Brasil), que coordena e administra um fundo de reserva para a consolidação de novas redes e unidades agrícolas. No segundo nível, têm-se as Redes Comunitárias Alimentares de âmbito estadual, que administram as unidades agrícolas dentro de um espaço geográfico, sendo que alguns estados brasileiros possuem mais de uma rede.

Por fim, tem-se a CSA local/regional, que representa já o produtor, que gerencia sua produção seguindo as premissas do movimento, além de promover a interação com o *coagricultor* e formar sua própria rede, promovendo uma melhor transação dos produtos orgânicos através das cestas semanais (5 a 10 produtos), em troca de um valor monetário mensal.

Muitas CSAs locais têm vínculos com outras propriedades rurais (não necessariamente uma CSA), visando adicionar nas cestas semanais alguns produtos complementares, como, por exemplo: ovos, mel, cogumelos, etc., sendo que esses alimentos possuem um valor à parte da cesta semanal (SALES *et al.*, 2022).

Além da comercialização de produtos de origem vegetal, observa-se, segundo Sales *et al.* (2022), um movimento em que as propriedades buscam complementar suas cestas com alimentos de origem animal, o que é importante para uma maior disponibilidade de alimentos aos *coagricultores*, a fim de que não seja necessário recorrer a outros mercados para suprir as dietas, além de trazer uma maior diversidade ecológica às propriedades.

Figura 4 – Esboço da estrutura das relações da CSA



Fonte: elaboração da autora, 2022.

A CSA pode ser vista como uma oportunidade para alguns nichos de mercado, especialmente em cenários nos quais ela trata de situações de falhas persistentes de mercado².

Há um fator a ser observado: as perspectivas de renda muito baixa e a falta de redes de segurança social mantêm um grande número de pequenos agricultores no nível de subsistência. De modo geral, esses pequenos agricultores acabam sendo amplamente excluídos do mercado,

² As falhas de mercado podem ser definidas, na visão tradicional, como situações nas quais os mercados não atingem, por conta própria, uma situação de eficiência econômica e o sistema de preço falha em sua função alocativa. Coase (1937) aponta que, quando os mercados funcionam, os custos de transação são nulos. Entretanto, o autor demonstra que existem algumas situações em que o mercado autorregulado não é suficiente para garantir o melhor desempenho da sociedade. Os custos de transação são determinantes para a escolha da arquitetura organizacional da empresa, bem como essas estruturas são concebidas para minimizar os custos de transação.

visto que os grandes varejistas se associam a produtores de larga escala e/ou cooperativas, que conseguem suprir a alta demanda (MOELLERS; BÎRHALĂ, 2016).

Para os agricultores, a oportunidade de acessar um mercado com menor risco financeiro, em que os preços estão diretamente ligados aos seus custos de produção e com uma maior remuneração pela sua mão de obra, é muito atraente.

Já para os consumidores, essa forma de parceria abre a porta para a satisfação de sua demanda por produtos saborosos, produzidos organicamente, além de se considerar a origem da produção daquele produto. Assim, para ambos, as falhas de mercado são os principais motores para a participação na CSA (MOELLERS; BÎRHALĂ, 2016).

De forma geral, a CSA oferece contratos de longo prazo entre os agricultores e os *coagricultores*, gerando uma inovação institucional que pode reduzir os custos de transação. Os custos de monitoramento ao longo do processo produtivo não são necessários quando se leva em consideração que o produtor não necessita de uma agência certificadora para validar seu produto perante o consumidor (BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGH, 2009).

O contrato de seis meses a um ano, pelo olhar do consumidor, pode ser visto como um compromisso muito longo, mas as pessoas consomem vegetais há décadas e tendem a continuar consumindo esse contrato de entrega, por esse ponto de vista, não é tão longo. Na realidade, a volatilidade é alta nos preços dos produtos hortifrúteis em comparação com outros alimentos, considerando sua perecibilidade e sua fragilidade, o que torna um compromisso de seis meses relevante, prevenindo tanto o produtor quanto o consumidor da imprevisibilidade e da perda do poder de compra (BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGH, 2009).

Após conseguir se adaptar ao mecanismo de seleção dos produtos da cesta, o consumidor consegue suprir parte da sua dieta alimentar pelo contrato firmado. Dessa maneira, o consumidor sela um compromisso que tende a renovações e futuras participações na comunidade, auxiliando no crescimento daquela unidade produtiva (BLOEMMEN *et al*, 2015).

Com isso, o propósito desta seção foi apresentar alguns pontos importantes para a compreensão das CSAs, abordando principalmente aspectos estruturais, de governança, as atividades e os princípios que as regem no dia a dia. Na seção a seguir, será apresentada brevemente a abordagem da NEI em contextos e dinâmicas ligados à agricultura, objetivando realizar interlocuções e aplicações dos aportes teóricos utilizados com a temática estudada.

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

2.2.1 *Breves conceitos históricos*

Desde 1960 e 1970, a Nova Economia Institucional (NEI) buscava utilizar bancos de dados que validassem a interpretação da história econômica, agregando métodos quantitativos e séries temporais, com o intuito de descrever a história, gerando aprofundamento no que era retratado.

Nessa perspectiva, a nova história econômica não é mais aquela necessariamente baseada em conhecimento repassado (axiomas), mas com visões e evidências observadas de forma temporal. A partir de meados do século XX, os estudiosos da NEI reformularam a interpretação dos fatos baseados em dados para comprovar os processos históricos.

Essa numerosa demanda por dados proporcionou a necessidade de fazer um detalhamento das condições das organizações econômicas. A discussão que nasceu na década de 1930 tomou fortes proporções a partir dos anos 1970.

Com o intuito de observar as relações internas e externas nas empresas, ficou evidente a necessidade de mensurar as transações comerciais ocorridas entre os agentes econômicos, no que se estruturou a denominada Economia dos Custos das Transações (ECT).

O economista britânico Ronald H. Coase, especialmente no seu artigo intitulado *A natureza da firma* (1937), procurou entender o escopo, a abrangência e os limites de uma firma, centrando sua análise em duas formas abstratas de coordenação: o mercado e a firma. O autor abre a discussão sobre a natureza da firma, em que a questão que se levanta é o conceito de ela ter praticamente apenas uma função de produção, e o elemento mais relevante se refere às transações, sejam internas ou externas, que até então tinham seus custos negligenciados.

Farina, Azevedo e Saes (1997) retratam que o pensamento de Coase perpassa a ideia de que a firma não era somente um local de desenvolvimento da produção de bens, devendo também ser visualizada como um local para coordenação das ações dos agentes econômicos. O ponto que passou a ser discutido é no âmbito dos custos atrelados a isso, que não envolvem apenas a produção, mas também os custos que correspondem aos mecanismos de coordenação utilizados pela firma (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Coase (1937) propôs, a partir dessa questão, as relações sociais e econômicas que existem entre os agentes nos mercados, em que a unidade econômica para análise passa a ser as transações, e não exclusivamente as relações.

Então, esses elementos surgem ainda no início do século XX e vão ganhar maior notoriedade com os estudiosos Oliver E. Williamson (1985), com discussões acerca da

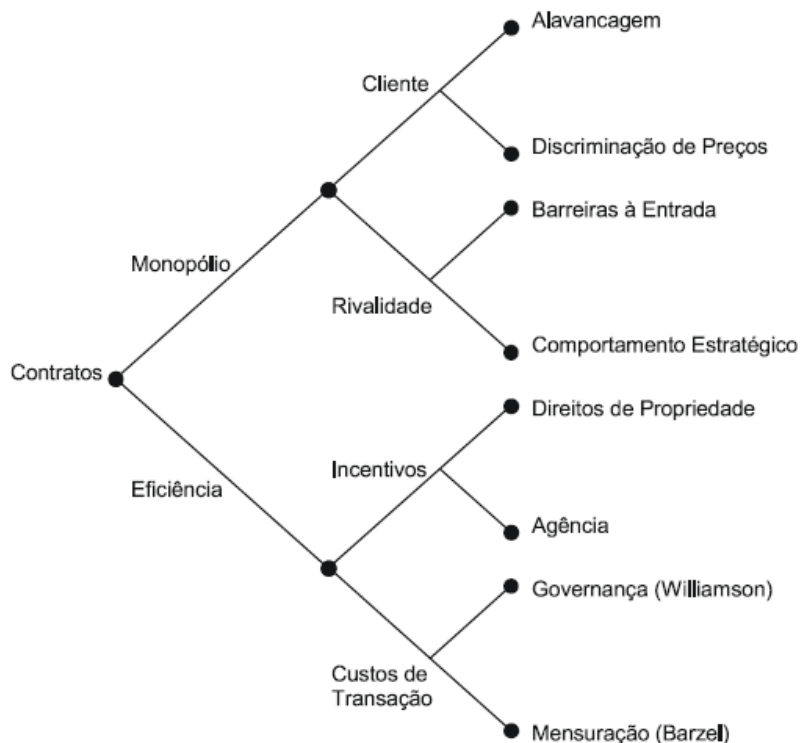
governança das instituições, e Douglass North (1990), com discussões do ambiente institucional, contemplando uma visão macroanalítica. As duas vertentes tratam de níveis analíticos distintos, porém têm o mesmo objeto de análise, ou seja, a ECT, tornando-se os níveis complementares.

Williamson (1985) tem seu estudo desenvolvido na concepção da microanálise da NEI, especialmente as transações, com um enfoque nas estruturas de governança que coordenam os agentes econômicos. Essa corrente busca identificar como as diferentes estruturas de governança lidam com os custos de transação, implicando níveis distintos de eficiência.

O chamado “mapa cognitivo das transações”, que está representado na Figura 5, proposto por Williamson (1985), permite caracterizar as diversas vertentes analíticas úteis para a teoria da NEI. O presente estudo visa seguir pela análise microanalítica, que se configura como “eficiência”, descrevendo as teorias que auxiliam na sua compreensão.

A NEI engloba três campos gerais da economia das organizações: a Teoria dos Direitos de Propriedade, a Teoria da Agência e a ECT. Essas três teorias estão ligadas por um conjunto comum de temas: a informação é cara, imperfeita e frequentemente assimétrica, e a atribuição de direitos de propriedade afeta o desempenho econômico (WILLIAMSON, 1985).

Figura 5 – Mapa cognitivo das transações proposto por Williamson (1985)



Fonte: adaptado de Williamson (1985).

A organização econômica é complexa e os agentes econômicos estão sujeitos a limites racionais, logo, falhas de alinhamento ocorrerão de forma rotineira. É importante examinar a microanálise da organização e explicar quais valores vão para onde e o porquê, justamente para evitar excesso de desperdício, burocracia, negligência e afins (WILLIAMSON, 1985).

A razão pela qual a ECT é pertinente ao estudo das firmas é precisamente porque nem sempre são óbvios os valores econômicos e, às vezes, estão em desacordo com as prioridades gerenciais. O objetivo não é apenas resolver conflitos em andamento, mas também reconhecer antecipadamente potenciais conflitos e conceber estruturas de governança e mecanismos de controle que os previnam ou atenuem (WILLIAMSON, 1985).

Nesse sentido, esta discussão buscou evidenciar a estrutura histórica da NEI e da ECT, no intuito de esclarecer os principais estudiosos da área e o surgimento de suas principais obras. Assim, há Ronald H. Coase, em 1937, com a fundação da linha de pesquisa, seguido de diversos outros estudiosos, como Williamson (1985), que, dentro dessa linha de pesquisa, busca um olhar microanalítico, enquanto North (1990) busca um olhar macroanalítico.

Seguindo a linha de pesquisa de Coase, busca-se, na próxima seção, discutir o ambiente microanalítico, abordando outros autores, como Farina, Azevedo e Saes (1997), Zylbersztajn (1996) e Azevedo (2000), que apresentam aportes teóricos para o embasamento do presente estudo.

2.2.2 Conceitos fundamentais da NEI e da ECT

Na consolidação das teorias apresentadas, o ponto de discussão dos grandes estudiosos da NEI e da ECT é que os custos relacionados às transações são específicos e de extrema importância para que a firma se torne eficiente e competitiva no mercado.

Existem especificidades relevantes que devem ser consideradas para a realização de uma transação. Nesse sentido, deve-se evidenciar todos os pontos no contrato, que resultarão em custos menos onerosos oriundos de possíveis conflitos nas relações entre cliente e fornecedor.

Do ponto de vista da agricultura, a NEI não entra apenas como um estudo das instituições, mas, como delimita Azevedo (2000), trata-se de um estudo que aborda todo o sistema agroalimentar, que abrange instituições desse setor em amplas áreas e em diversos níveis de análise. Segundo o autor, uma governança sólida e bem-estruturada com os mecanismos de mercado molda e disciplina o comportamento dos agentes econômicos envolvidos, sendo decisiva para a eficiência e a competitividade do setor.

Pensando nisso, no sistema agroalimentar, tem-se um mercado com elevada dose de incerteza e dependência entre as partes, que necessitam de governança das instituições para se

manterem competitivas. Azevedo (2000) especifica esses pontos de incertezas como sendo: (I) variação do preço; (II) variação da qualidade dos produtos; (III) sazonalidade dos produtos; e (IV) alto risco em decorrência de acidentes climáticos.

A partir disso, busca-se entender o funcionamento da CSA com produtores que visam melhores oportunidades de se manterem no mercado por meio dessa estrutura de governança, que possibilita condições que minimizam os riscos para as duas partes envolvidas na transação.

A CSA, que visa otimizar os riscos de mercado por meio da sua estrutura de governança, possibilita (pelo uso dos contratos) prevenir situações oportunistas nas transações. Porém, ao se observar o estabelecimento de um contrato longo, que proporciona um vínculo entre os agentes, não há possibilidade de uma das partes se abster daquela transação ao longo do período.

Como mencionado anteriormente, a informação é cara, imperfeita e assimétrica, mas, ao olhar a estrutura da CSA, tem-se o conceito da transparência das informações, por meio da divulgação dos custos daquela produção, que é repartida por todos os agentes participantes, mitigando uma provável ação em decorrência da incerteza da informação.

Dentro da ECT, há necessidade de se abordar alguns pontos fundamentais para o melhor funcionamento da firma, que leva em conta os pressupostos comportamentais dos agentes, os atributos de transação e a estrutura de governança.

No contexto do pressuposto comportamental, avaliam-se a racionalidade limitada e o oportunismo dos agentes econômicos que afetam a transação. O controle dessas questões tem como função minimizar os custos das ações imprevistas realizadas pelas partes envolvidas.

Uma breve conceituação, seguindo os estudiosos Farina, Azevedo e Saes (1997), Zylbersztajn (1996) e Azevedo (2000), explicita que a racionalidade humana é limitada, o que significa que o agente econômico participante da transação tem um limite racional para assimilar as informações e resolver problemas complexos.

Já o oportunismo parte de um princípio da não boa-fé dos agentes econômicos, delimitado pelos mesmos autores como sendo uma ação decorrente do autointeresse do agente, em que esse tem autonomia, caso seja do seu interesse, para trapacear, mentir e quebrar promessas para o bem próprio, desse modo, não jogando cooperativamente com os outros agentes econômicos.

Nos dois pressupostos comportamentais, tem-se a assimetria de informações como ponto que pode proporcionar uma divergência e gerar uma falta de compreensão da informação, além de promover comportamentos oportunistas dos agentes, que geram custos durante a transação.

Farina, Azevedo e Saes (1997) e Zylbersztajn (1996) delimitam a especificidade do ativo como sendo um dos fatores mais relevantes dentro da ECT, já que define o quanto foi investido naquele produto para uma finalidade específica, que acaba, por consequência, não podendo ser alocado para outro uso. Assim, ativos específicos são aqueles ativos que não são reempregáveis, a não ser com perdas de valores (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Outra característica básica da transação é a frequência com que o ativo é transacionado. Seu papel é, de certa forma, proporcionar uma recorrência de transações, e quanto maior o grau de ocorrência, menores serão os custos associados à coleta de informação e à elaboração de um contrato complexo com regras implícitas, que minimizarão comportamentos oportunistas (AZEVEDO, 2000).

O último elemento importante, nos atributos das transações, é a incerteza, que nada mais é que a imprevisibilidade do comportamento dos agentes econômicos, que podem agir com oportunismo ou racionalidade limitada para solucionar algum problema complexo no ambiente institucional. Busca-se antecipar prováveis choques esboçando, nos contratos, cláusulas adaptativas.

Contudo, pode-se minimizar comportamentos imprevisíveis das partes envolvidas, estabelecendo uma relação de confiança entre os agentes. Zylbersztajn (1996) define como sendo a confiabilidade na transação uma relação de confiança no comportamento do outro agente econômico.

Segundo Williamson (1991), essa relação de confiança (*trust*) é muitas vezes utilizada de forma indiscriminada, já que existe, sim, a confiabilidade na transação, e ela agrega valor às transações formais e informais, porém, segundo o autor, há três tipos de confiança: i) confiança calculada; ii) confiança institucional; e iii) confiança pura. A “confiança calculada” está relacionada com a existência de salvaguardas nas relações contratuais, em que se pondera o risco do rompimento contratual, fruto de um comportamento oportunista (CALEMAN, 2010). O conceito de “confiança institucional” refere-se ao contexto social e organizacional em que os contratos estão envolvidos, em que não se calculam os riscos contratuais implícitos. Por fim, a ideia de “confiança pura” é aquela relacionada com o conceito benevolente do comportamento do agente, que confia no outro por uma questão de princípios morais (CALEMAN, 2010).

No entanto, a confiança trabalhada nas transações tem por objetivo minimizar os custos de transação associados ao monitoramento. Isso explica as organizações informais baseadas na confiança mútua, cujos exemplos são inúmeros na literatura. E um desses exemplos é a CSA, em que a confiança institucional, definida por Williamson (1991), entra como um dos princípios básicos trabalhados nas suas relações, o contexto social e organizacional envolvido, em que os

coagricultores confiam por questões de princípios morais na produção orgânica do produtor, não exigindo comprovante de certificação que ateste que aquele produto adquirido segue todos os requisitos.

A partir do que foi discutido, pode-se entender a importância dos agentes e de suas ações. Assim, na próxima seção, torna-se necessário discutir como esses agentes econômicos se encontram em uma estrutura, considerada pelos estudiosos como a estrutura de governança de uma firma.

2.2.3 Estrutura de governança

O campo das instituições de governança se divide em níveis analíticos, nos quais regras podem ser operadas em nível macro, como a constituição de um país (macroinstituições), quando se refere ao ambiente institucional, bem como em nível micro, como é o caso de regras e normas internas de uma organização (microinstituições), referindo-se às instituições de governança (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A estrutura de governança tem mecanismos para que os agentes façam uso com o intuito de reduzir os custos atrelados às transações. Para Azevedo (2000), esses custos são: a) elaboração e negociação dos contratos; b) mensuração e fiscalização de direitos de propriedade; c) monitoramento do desempenho; d) organização de atividades; e) problemas de adaptação.

Em relação à otimização dos custos, o comportamento cooperativo mostra-se como uma ótima opção estratégica quando o jogo é repetido por um longo período de tempo, assim como ocorre na CSA, que mantém contratos por períodos longos, quando se fala de transação de hortifrúteis, entre o produtor e o consumidor, em que se estabelece uma relação de cooperação entre as partes.

Por conseguinte, sob a ótica da ECT, a cooperação resulta da minimização dos custos de transação, ficando claro que esta depende do alinhamento das estruturas de governança com os atributos da transação. Essa análise deve também incorporar os pressupostos comportamentais do indivíduo, o ambiente institucional e as incertezas do ambiente.

Ponderando acerca desses elementos, considera-se que o grau de coordenação entre os agentes posicionados em diferentes estágios de uma cadeia produtiva pode ocorrer em diversos níveis de intensidade, que vão desde a transição de mercados livres, passando por contratos de curto e longo prazos, até chegar à integração vertical de uma firma à outra.

Williamson (1985) aponta três categorias de estrutura de governança representativas: estrutura de mercado, estruturas híbridas e estrutura hierárquica. A estrutura de mercado corresponde a um contrato clássico, no qual a transação é efetuada com uma ação pontual, sem

compromisso de repetição futura. Nesse caso, não há uma relação de dependência entre os compradores e os vendedores, e o preço estabelecido por competição de mercado é sua principal variável determinante. Na estrutura de mercado, as partes interessadas na transação estão expostas ao mercado, não existindo dependência entre elas. É marcada pela característica de ser eficiente para operações simples (compra e venda de produtos básicos), aliada a uma baixa especificidade de ativos e a pouca ou nenhuma incerteza envolvida em suas transações (CALEMAN, 2010).

As estruturas híbridas são determinadas pela autonomia entre as partes envolvidas nas transações, porém com certo grau de dependência bilateral, lastreada em contratos e/ou acordos de diversas intensidades, em que ambas as partes se relacionam simultaneamente. Caracterizam-se pela existência de contratos complexos entre firmas localizadas em níveis sucessivos da cadeia produtiva, podendo ser tomadas como exemplos as franquias e as alianças.

Segundo Caleman (2010), as estruturas híbridas resultam em uma relação de dependência bilateral entre os agentes, que decorre da existência de investimentos em ativos específicos que promovem o comprometimento entre as partes. A frequência das transações é também uma variável relevante para a promoção da cooperação, à medida que se tem o desenvolvimento da reputação na sua recorrência. Um exemplo é a própria CSA, que corrobora um comportamento de parceria e/ou sociedade e pode ser vista como um grupo pequeno de pessoas que se compromete a dividir os riscos e os resíduos associados à atividade produtiva. A ação de monitoramento também pode ser dividida e alguma especialização pode surgir entre os sócios.

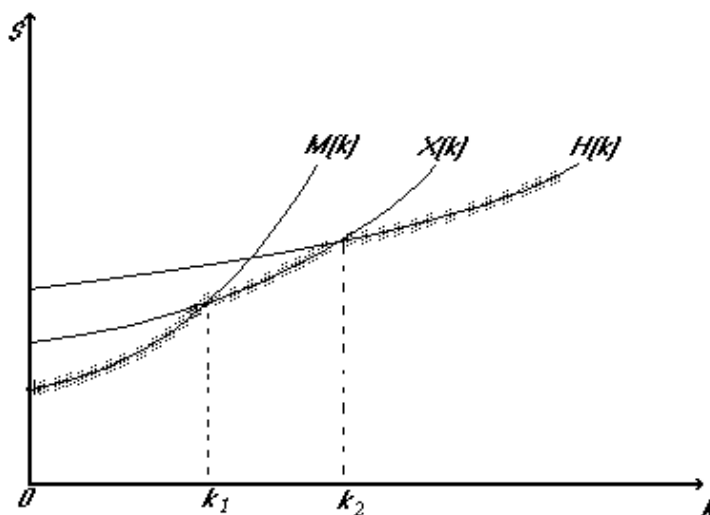
O aspecto mais importante nesse caso é a possibilidade de ações oportunistas entre os parceiros, o que indica que tais casos terão maiores chances de sucesso em situações em que a ação de monitoramento segue padrões de rotina ou em casos especiais em que existe condição de confiança mútua estabelecida por experiências anteriores, por laços familiares ou por combinações de situações nas quais as ações oportunistas tendem a não ocorrer (CALEMAN, 2010; FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A estrutura hierárquica é igualmente conhecida como integração vertical e corresponde à incorporação da transação para dentro dos domínios da firma, o que permite lidar com situações complexas indescritíveis em nível contratual, limitando a possibilidade de esses potenciais problemas surgirem acompanhados de comportamentos oportunistas. Nesse caso, a governança hierárquica ou integração vertical, por sua vez, é assumida quando, na presença de investimentos em ativos específicos, as organizações decidem assumir o controle total dos fatores utilizados na produção e/ou sobre a distribuição e a utilização dessa produção no

mercado de suas operações, buscando se proteger por meio de salvaguardas em contratos para os possíveis conflitos correspondentes às transações (CALEMAN, 2010).

Para ilustrar a relação das estruturas de governança, apresenta-se a Figura 6, adaptada dos trabalhos de Azevedo (2000) e Williamson (1991), em que $\$$ significa os custos de governança, K a especificidade dos ativos e $M(k)$, $X(k)$ e $H(k)$ representam as estruturas de governança, classificadas, respectivamente, como de mercado, híbridas e hierárquicas. Nota-se que quanto maiores as especificidades dos ativos, maior também é a tendência de integração dos contratos, sendo que, nesse caso, dada uma especificidade k^* , a forma organizacional escolhida deve ser: mercado, se $k^* < k_1$; a forma híbrida, se $k_1 < k^* < k_2$; e hierarquia, se $k^* > k_2$. Na Figura 6, verifica-se a forma como os custos de governança se alteram em função da especificidade de ativos. Como em outras duas dimensões, as especificidades dos ativos possuem importância quando associadas aos pressupostos da ECT, ao oportunismo e à racionalidade limitada.

Figura 6 – Especificidade de ativos e mecanismos de governança



Fonte: adaptada de Azevedo (2000) e Williamson (1991).

Conforme explicitado por Azevedo (2000), as mudanças nos parâmetros de deslocamento afetam de modo diferente cada mecanismo de governança. No caso da forma híbrida, essa ficaria exposta a ações oportunistas com o aumento da incerteza, o que não ocorre na forma de mercado, já que ela é delimitada segundo as regras e normas do mercado.

Com isso, geram-se soluções de forma consensual, para aliviar possíveis imprevistos e minimizar os custos futuros; entretanto, na forma hierárquica, não se buscaria essa forma de resolução. Para tal, necessitam-se de mecanismos de controle de acordo com a peculiaridade de cada estrutura.

Nesse caso, os contratos, explícitos ou implícitos, são entendidos como formas de governança que garantem os incentivos necessários para que as transações ocorram. Mesmo que sejam mecanismos incompletos, utilizam-se de salvaguardas para mitigar e contemplar a incerteza do ambiente e a possibilidade de comportamento oportunista do agente.

Outro aspecto a ser considerado na análise é a classificação de contratos proposta por Zylbersztajn (1996) e Williamson (1979). Os autores propõem uma classificação dos contratos em: clássicos, neoclássicos e relacionais.

Os contratos clássicos são aqueles em que as identidades das partes de uma transação não importam, a relação de transação é geralmente descontínua, as características formais predominam, caso o contrato seja contestado, e a participação de uma terceira parte é desestimulada. Nesses contratos, predominam, portanto, o rigor da lei e os documentos formais.

Já os contratos neoclássicos caracterizam-se pelo desejo de continuar a relação contratual, para isso, mantém-se o contrato original como referência para possíveis (re)negociações. Esses contratos admitem a presença de uma terceira parte (árbitro) e se referem a transações de longo prazo. Uma dificuldade com relação aos contratos neoclássicos é prever todas as situações que podem ocorrer no longo prazo, pois, devido à presença da racionalidade limitada, os contratos sempre serão incompletos.

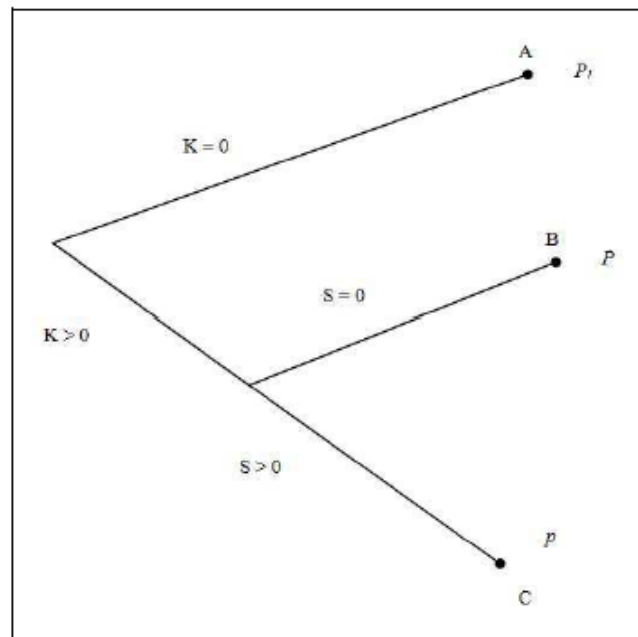
Os contratos relacionais, por sua vez, buscam manter uma estrutura de contrato negociável e continuada, em que predominem a flexibilidade e a possibilidade de renegociação, adaptando conforme necessário ou de acordo com as mudanças no ambiente institucional. Dessa forma, o contrato que é aplicado na CSA é o contrato relacional com uma estrutura de governança de forma híbrida, conforme a tipologia de Williamson (1979), o qual busca manter e renovar o acordo entre as partes para a manutenção do produtor.

No entanto, em comparação com as compras habituais de vegetais, é longo o prazo de contratação entre os agricultores e os consumidores, porém pode ser mais econômica em relação aos custos de transação do que o comércio tradicional e impessoal. Os preços dos produtos comercializados na CSA são pareados com os dispostos nas mercearias, contudo, o valor no longo prazo se torna significativamente inferior, tanto para o agricultor quanto para o consumidor. Essa diferença advém principalmente do fato de que os acordos da CSA geralmente são suportados pela proximidade interpessoal e pela confiança, não necessitando de uma certificação dispendiosa a ser realizada por terceiros.

Com base nessas características, utiliza-se o esquema proposto por Williamson (1985), que aborda os riscos e as salvaguardas que direcionam o contrato para um determinado arranjo institucional. O esquema apresentado na Figura 7 evidencia os seguintes detalhes: considerando

K como nível tecnológico, S como salvaguardas contratuais e P como preços. Primeiro, em que a transação não envolve nível tecnológico significativo, $K = 0$, ao ponto de considerá-lo incapaz de influenciar a estruturação de uma relação contratual, o preço será P_1 . Segundo, quando o nível tecnológico for relevante para as transações, $K > 0$, o contrato poderá ser constituído com ou sem salvaguardas: a) sem salvaguardas, o preço \dot{P} alinha os incentivos que desestimulam a construção de salvaguardas, pois é maior que p ; b) com salvaguardas, ao contrário, pela necessidade de sua construção, elevam-se os custos de transação, pois o preço p é maior que o preço \dot{P} .

Figura 7 – Esquema simples de contrato observando tecnologia, salvaguardas e preços



Fonte: adaptada de Williamson (1985).

Logo, surgirão os seguintes resultados das situações: a) no ponto A, em que $K = 0$, não são necessárias estruturas de governança que visam proteger as transações, os contratos realizados diretamente com os mercados são suficientes; b) quando as transações são alocadas para o ponto B, em que $K > 0$ e $S = 0$, e o preço $\dot{P} > p$, gera-se uma relação contratual instável devido à ausência de salvaguardas, pois os incentivos ao seu rompimento e ao oportunismo são maiores; c) no ponto C, as transações alocadas incorporariam salvaguardas, $S > 0$, assim, estariam protegidas contra os riscos morais, ao passo que os custos dessa transação seriam maiores e as estruturas de governança seriam mais complexas.

No caso da CSA, consegue-se estabelecer contratos com salvaguardas, apesar de o preço p ser maior que P , tem-se a segurança, que minimiza os custos futuros, adequando os contratos e as cláusulas conforme a necessidade pertinente, em que o contrato tem a possibilidade de ser

renovado pelas partes interessadas. Pode-se dizer, então, que a CSA se estabelece no ponto C, com uma estrutura de mercado híbrida de dependência bilateral entre os agentes, em que decorre da existência de investimentos em ativos específicos, promovendo o comprometimento entre as partes.

Por fim, essa estrutura possui salvaguardas estabelecidas para minimizar as incertezas do mercado, como visto na CSA, o estabelecimento de contratos longos, o financiamento da produção, a arrecadação de um caixa para prováveis riscos climáticos, além da demanda prevista para a produção, minimizando as perdas.

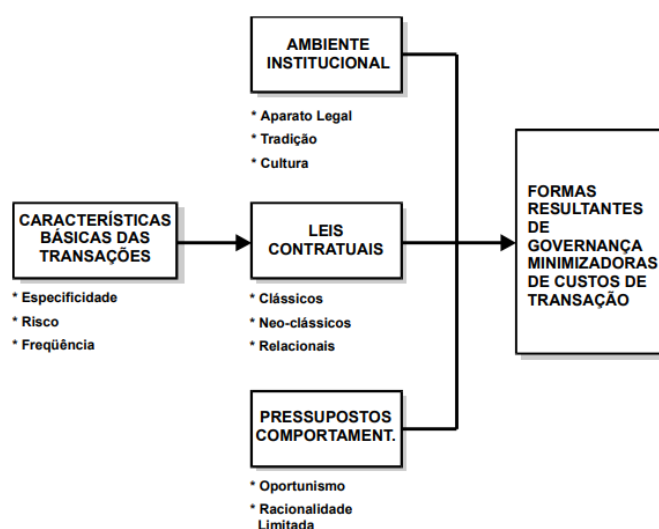
Entretanto, da mesma forma que se demonstra eficiente, segundo Azevedo (2000), leva-se em conta que todo contrato é, por natureza, incompleto, ou seja, devido aos limites cognitivos que caracterizam os agentes (racionalidade limitada e oportunismo), não é possível o estabelecimento de contratos que deem conta de todas as contingências futuras. Como consequência, os contratos são intrinsecamente incompletos.

Contudo, os agentes envolvidos estão cientes da incompletude dos contratos e, para se assegurar de possíveis eventualidades, constroem estruturas de governança para lidar com as lacunas inevitavelmente presentes em contratos internos e externos às organizações. Assim, no ato de renovação ou (re)negociação de um contrato, há a possibilidade de comportamento oportunista, uma vez que a (re)negociação está sujeita, de uma parte, ao risco e, de outra parte, a aproveitar a situação para obter ganhos para si, impondo prejuízos à primeira (AZEVEDO, 2000).

Portanto, há a necessidade de entender que o contrato deve ser feito com muito cuidado, sendo elaborado um documento complexo nos quais inúmeras contingências são reconhecidas, e as adaptações apropriadas pelas partes são estipuladas e acordadas com antecedência. Caso isso não ocorra, pode levar ao término do contrato pela sua incompletude, devido ao surgimento de lacunas a serem preenchidas pelas partes à medida que as contingências surgirem (WILLIAMSON, 1985).

Como elemento final desta revisão, que serve de base para o estudo proposto, cabe incluir o esquema de indução das formas de governança propostas por Zylbersztajn (1996), conforme apresentado na Figura 8.

Figura 8 – Esquema de indução de formas de governança



Fonte: adaptada de Zylbersztajn (1996).

Conforme apresenta Zylbersztajn (1996), existem três grupos de fatores condicionantes das formas eficientes de governança:

1. O primeiro grupo é composto pelo ambiente institucional, que contempla o aparato legal, a cultura e as tradições, sendo considerado como um interferente direto na forma eficiente de governança;
2. O segundo grupo representa o determinante central da ECT e engloba as características básicas das transações, que incluem a especificidade dos ativos, a incerteza e a frequência;
3. O terceiro grupo está vinculado aos pressupostos comportamentais, evidenciados pelo oportunismo e pela racionalidade limitada.

Finalmente, destacam-se todos os atributos e elementos que abrangem a ECT, os quais foram apresentados, ainda que de forma breve, mas evidenciando sua importância para a construção de instrumentos contratuais atrelados às transações que até então não eram considerados, sendo levados em conta apenas os custos ligados à produção.

A NEI e a ECT não foram criadas com o intuito de serem aplicadas em estudos do meio rural, mas alguns pesquisadores utilizam essas abordagens teóricas como aportes para embasar suas pesquisas. Nesse sentido, com o objetivo de apresentar a ligação da NEI e da ECT com o objeto de estudo, serão discutidos esses aspectos na próxima seção.

2.2.4 Estrutura de governança nas CSAs

Já que os agentes não são oniscientes, segundo Williamson (1985), deve-se considerar o oportunismo, que é entendido como a busca do autointeresse com avidez, ou seja, para a ECT, a ideia de oportunismo tem uma conotação ética, pois implica condutas prejudiciais ao outro, como: mentir, enganar e trapacear. E um dos grandes fatores que proporcionam essa situação é a assimetria de informação que alimenta o oportunismo, seja sob o aspecto da falta de informação, seja sob a influência de possível distorção de seu significado (CALEMAN, 2010).

Zylbersztajn (1996) destaca, porém, que o oportunismo não é inerente ao homem, mas que basta a possibilidade da sua existência para que os contratos fiquem sujeitos à necessidade de monitoramento ou inclusão de salvaguardas. Monitoramento e salvaguardas contratuais representam custos, estando estes associados à ideia dos custos de transação (CALEMAN, 2010).

Como especificado por Barros (2007), as transações são interfaces de onde ocorrem trocas de direitos de propriedade, com o intuito de gerar valor. Essas trocas ocorrem em um ambiente que possui um custo de transação. Segundo Farina (2000), não haveria a ocorrência dos custos de transações caso os agentes econômicos envolvidos fossem oniscientes, se o mercado não tivesse incertezas e os bens produzidos pudessem sempre ser realocados para outras atividades, não tendo perda de valor, caso ocorresse um imprevisto.

O custo da transação é o valor cabível ao bem transacionado de um agente econômico para outro, agregando investimento no ativo. Esse ativo, que é especializado, demanda um número limitado de atividades produtivas (HALL; LIEBERMAN, 2012).

Um ativo é dito especializado quando se cria um custo irreversível pelo grau de especialização, que é dado pela perda de valor provocada pelo redirecionamento do ativo para outra finalidade (FARINA, 2000).

De acordo com Williamson (1985), a especificidade é a variável-chave para a escolha da forma de governança mais eficiente. Um ativo é considerado específico a uma transação à medida que alocações alternativas implicam perda de valor. A possibilidade de rompimentos contratuais é maior quanto mais específicos forem os ativos envolvidos (CALEMAN, 2010).

A especialização de um ativo também pode ser exemplificada, no campo do agronegócio, por produtos que exijam investimentos para a sua produção, mas cujo valor de mercado cairá drasticamente caso não seja processado e comercializado dentro de um certo período. Produtos perecíveis são um exemplo dessa situação (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Pelo viés do mercado agrícola, pensa-se no custo de prever o volume de produção devido aos fatores incontrolláveis (clima, pragas, doenças), com a produção sazonal, cujos reflexos são negativos sobre transporte, armazenamento e processamento; além dos produtos volumosos e perecíveis, que acarretam maiores custos de estocagem e transporte e inelasticidade do preço e da demanda, resultando em maiores variações nos preços do produto.

Segundo Mankiw (2019), as pessoas enfrentam *tradeoffs* (situações de escolhas conflitantes), o que exige uma tomada de decisão comparando os custos e os benefícios de possibilidades alternativas de ação. Dessa forma, o custo de oportunidade se enquadra no que a pessoa opta em abdicar por algo em que o custo e os benefícios sejam mais vantajosos.

Do ponto de vista das redes comunitárias (que englobariam também as CSAs), no Quadro 2, constam alguns exemplos e como elas se estruturam. Nesse sentido, ao produzir um ativo especializado, o agricultor opta por deixar de investir os recursos escassos em outras atividades, por possuir mais vantagem competitiva, demandando os recursos que possui naquele produto. Assim, definimos que o agricultor opta pela produção daquele que representa menor custo de oportunidade, solidificando sua estrutura de governança, seus objetivos, os fornecedores envolvidos, além dos recursos demandados.

Quadro 2 – Exemplos de Redes Comunitárias Alimentares

Tipo de comunidade		Escala de ação	Objetivos	Stakeholders envolvidos	Principais recursos
Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA)		Local (principalmente urbano)	Conectar consumidores às produções alimentícias	Consumidores urbanos e administradores de terras	Terra, alimentação, valores, tempo livre (lazer)
Grupos de Compra de Consumidores (CBG)		Local	Promoção de consumos críticos e produções sustentáveis	Consumidores e agricultores locais	Alimentos e valores
Mercados dos Agricultores (FM)		Local	Fornecer alternativas de comercialização aos agricultores	Agricultores e consumidores locais	
Comunidades Baseadas em TIC	<i>Fair trade</i>	Global	Promover a redução da desigualdade no comércio internacional de produtos alimentícios	Agricultores de LDCs e consumidores em DCs	
	<i>Slow food</i>	Global	Promoção do desenvolvimento sustentável, defesa das tradições e das produções locais	Comunidades locais e globais	
	<i>FAIREA</i>	Local		Comunidades locais	

Fonte: adaptado de Pascucci (2010).

Conforme Pascucci (2010), desde o início dos anos 1990, muitas iniciativas surgiram lideradas por movimentos sociais representando grupos de produtores e consumidores ou por instituições locais com o objetivo de reapropriar alimentos em nível local.

Nesse caso, a CSA se configura como um modelo de escala local principalmente urbano, o que reforça a agricultura periurbana, sendo o objetivo dessa comunidade aproximar o consumidor ativo ao campo. Logo, o consumidor se torna o *stakeholder* da produção, já que é ele que financia a produção e, além disso, é o único dentro da cadeia de distribuição, não tendo intermediários no processo (MOELLERS; BÎRHALĂ, 2016).

Ao observar os outros exemplos de redes comunitárias espalhadas pelo mundo, tem-se a concepção da agricultura alternativa, na qual cada rede busca focar em uma falha de mercado presente, como o desperdício, a produção sustentável, o consumo de alimentos de uma forma orgânica, designando uma comunidade que se ajusta ao modelo pretendido, seja esse modelo de escala global ou local (MOELLERS; BÎRHALĂ, 2016).

No caso da CSA, trata-se de um movimento de escala internacional, porém a atuação ocorre localmente. Considerando o caso de grande parte dos outros modelos, a CSA tem uma dimensão global (da parte estratégica e gerencial), mas a atuação produtiva ocorre de forma local, nas unidades produtivas voltadas para a região de abrangência (BLOEMMEN *et al*, 2015).

Segundo Pascucci (2010), as Redes Comunitárias Alimentares são organizações que trabalham com a ideia de gerenciar produções locais numa escala global. Como exemplos, têm-se os casos dos movimentos *Fair trade* e a história de sucesso do *Slow food* italiano e da iniciativa mais recente do austríaco *FAIREA*.

Estreitamente relacionadas à CSA, outras iniciativas locais de Redes Comunitárias Alimentares estão surgindo, tais como *Consumer Buying Groups* (CBG) e *Farmers' Markets* (FM) ou *Short-Chain* (SC). A diferença entre os modelos se configura principalmente no mecanismo de tomada de decisões, sendo este, no caso da CSA, mais relacionado a padrões de consumo e a padrões relacionados ao consumidor (PASCUCCI, 2010).

O mercado agrícola é altamente competitivo e, portanto, demarcado por um grande número de produtores e compradores/intermediários, e cada um dos participantes acaba por ter um impacto insignificante sobre o preço de mercado, devido à sua extensão. Conforme apresentado no Quadro 2, esses modelos são configurados com a presença de poucos *stakeholders*, normalmente constituídos pelos produtores associados aos movimentos que

formam a comunidade alimentar e também por aqueles consumidores que apoiam o movimento, conseqüentemente, estes possuem grande impacto dentro dessas cadeias.

De acordo com a NEI, podemos observar o uso de uma estrutura de governança específica, que é a mais econômica no espectro de um mercado agrícola em um formato de cadeia curta, que se reproduz nos diferentes modelos apresentados no Quadro 2.

Dentro dessa abordagem, no Quadro 3, são apresentadas algumas estruturas de governança interligadas com os mecanismos que auxiliam no processo decisório que contempla a transação, que é estabelecido no contexto social específico, constituído pela incorporação social (regras informais da sociedade) e pelo ambiente institucional (regras formais da sociedade) (PASCUCCI, 2010).

Azevedo (2000) destaca que algumas informações relevantes à transação não são obtidas nem após o consumo do produto, o que equivale a dizer que o problema derivado da assimetria de informações não é apenas custoso, mas insolúvel, por inspeção direta nos produtos, por esses motivos, tais produtos são denominados “bens de crença”.

Já para Pascucci (2010), essas típicas transações alimentares, denominadas de bens de crença, também podem ser vistas como transações alimentares de crédito, que seguirão um mecanismo (muitas vezes dinâmico) de modo a alinhar a estrutura de governança aos atributos alimentares da transação e do crédito. Uma combinação mista de diferentes mecanismos de coordenação e motivação poderia ser usada com o intuito de minimizar os custos da transação.

De acordo com a classificação de Pascucci (2010), qualquer bem ou serviço teria um conjunto de características que poderiam ser agrupadas na busca, experiência e categorias de credenciamento. Uma característica de credenciamento (ou atributo) surge quando a qualidade do bem ou serviço só pode ser detectada com altos custos de transação *ex-ante* e *ex-post*.

Com uma definição de alimentos credenciados bastante dinâmica, seguindo a definição construída por Pascucci (2010), pode-se assumir que um atributo credenciado chama a atenção do consumidor e torna-se menos ou mais intensivo, conforme o processo de tomada de decisão.

De acordo com essa classificação, uma característica alimentar é: latente, se não influenciar no comportamento do consumidor, ou manifesta, quando se apresenta influenciando o comportamento do comprador real (PASCUCCI, 2010).

Seguindo tal raciocínio, Pascucci (2010) lista quatro categorias principais tanto para as características latentes quanto para as características de credenciamento manifestas:

(1) características de credenciamento *ocultas* – não podem ser detectadas, mesmo por inspeção ou análise do bem-acabado, pois dizem respeito à forma (processo de produção) em que o produto foi fabricado (por exemplo, características “éticas” do processo de produção);

(2) características de credenciamento *padronizadas* – são representadas por atributos e requisitos técnicos que o alimento deve cumprir (por exemplo, a ausência de produtos quimicamente perigosos), que são (tecnologicamente) difíceis e (economicamente) caros de serem detectados por um único consumidor;

(3) características *estocásticas* de credenciamento – derivam da variabilidade e da incerteza de certos atributos de qualidade de cada produto e da necessidade do consumidor de reduzir essa incerteza por meio do revezamento em uma (quase) distribuição de probabilidade conhecida. Um exemplo típico é dado pelo uso de uma marca ou rótulo que informa ao consumidor a distribuição geral de um pacote de atributos de qualidade. Assim, em vez de lidar com a variabilidade de muitas características de qualidade, ele pode lidar com uma única. Nesse caso, experimentar o bem não completa a detecção do atributo que permanece credenciado. De fato, os consumidores que confiam em uma determinada marca estão abertos a aceitar um pequeno número de desvios “negativos” ou “positivos” em relação à qualidade “média”, sem alterar seu julgamento sobre a qualidade da marca. Somente após “desvios repetidos” (o que implica custos de transação *ex-post*), o consumidor está disposto a mudar sua percepção sobre a distribuição de qualidade associada à marca.

(4) características de credenciamento que surgem quando o sistema de detecção de qualidade é fornecido diretamente pelo produtor/vendedor do produto – devido à complexidade e aos custos envolvidos no consumo de alimentos credenciados, tem-se também o valor agregado, que os consumidores dão aos efeitos do processo de produção do alimento credenciado.

Nesse sentido, os consumidores que estão interessados em alimentos orgânicos também se sentem melhores se os consumirem devido aos efeitos positivos, por exemplo, sobre o meio ambiente (ou seja, menos uso de produtos químicos). Eles reconhecem o valor agregado ao produto e podem, por isso, estar preparados para pagar um preço mais alto aos produtores (HAYDEN, BUCK, 2012 e SAMOGGIA *et al*, 2019).

Dentro desse contexto, apresenta-se a CSA como uma estrutura de mercado híbrida, trabalhando com contratos bilaterais, ou seja, contratos relacionais, que buscam manter uma estrutura negociável e contínua, em que predominem a flexibilidade e a possibilidade de (re)negociação, adaptando conforme necessário (BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGH, 2009).

Nessa categorização da CSA, no Quadro 3, podemos observar algumas características dessa estrutura de governança, que se apresenta com transações de longo prazo, buscando

estabelecer a relação por igual período ou superior a seis meses (BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGH, 2009).

O modelo da CSA pressupõe uma centralização das tomadas de decisões e estratégias no mercado, de certa forma, moderada, como se pode observar uma repartição entre os agricultores, os *coagricultores* e a Rede CSA Brasília em conjunto com a CSA Brasil (PASCUCCI, 2010).

Em relação aos contratantes, observa-se a expressão “aperto de mão”, que define bastante a característica da confiança nas transações dentro da estrutura da CSA, observada nas transações tanto com os consumidores quanto com os outros agricultores parceiros, que relembra a confiança institucional de Williamson (1991). Os concorrentes externos focam-se, principalmente, nos outros canais de escoamento de produtos orgânicos, como as feiras (PASCUCCI, 2010).

Por fim, as características de credenciamento envolvidas seriam ocultas, não podendo ser detectadas, mesmo por inspeção ou análise do bem-acabado, pois dizem respeito à forma (processo de produção) em que o produto foi fabricado. O consumidor não consegue validar a veracidade daquele produto, mesmo após consumi-lo. O que o faz tangível é o fato de o consumidor conhecer o vendedor daquele produto e ter a possibilidade de comprovar a informação indo diretamente na propriedade ou exigindo informações diretamente do produtor (PASCUCCI, 2010).

Quadro 3 – Tipos de estruturas de governança nas transações de crédito alimentar

Tipo de Estruturas de Governanças (a)		Duração	Mecanismos de governança (b)			Características de credenciamento envolvidas (c)	Exemplo em operações de credenciamento de alimentos	
			Centralização	Contratantes	Concorrente			
Mercado	Mercado à vista	Tentativa única	Nula	Nula	Externo	Latente	Mercados de commodities	
Híbridos	Contratos bilaterais	Clássica	Tentativa única	Quase nulo	Terceiros Compatível com incentivo <i>Ex-ante</i> manual	Externo	Padronizado	Contratos anuais/sazonais (<i>one-shot</i>) de grandes varejistas/processadores
		Neoclássico	Repetido e limitado	Limitado	Terceiros Compatível com incentivo Manual Aperto de mão limitado	Externo	Estocástico padronizado	Contratos plurianuais
		Contrato relacional	Repetido e muitas vezes ilimitado	Moderada	Terceiro limitado Manual limitado Aperto de mão (autoimposição)	Externo	Oculto Em pacote	Contratos plurianuais locais (por exemplo, produtos de nicho)
	Redes	<i>Franchising</i>	Quase contínuo e muitas vezes ilimitado	Moderada	Contratação neoclássico Autoridade limitada	Externo e moderadamente interno	Padronizado Estocástico Oculto Em pacote	Sistemas de etiquetas privadas
		Marca coletiva	Quase contínuo e muitas vezes ilimitado	Moderado/intensivo	Neoclássico limitado + Contratação principalmente relacional Autoridade moderada	Externo e moderadamente interno		Sistemas de etiquetas públicas e consórcios (por exemplo, PDO, PDG, etc.)
		<i>Partnership</i>	Quase contínuo e muitas vezes ilimitado	Moderado/intensivo	Principalmente neoclássico+ Contratação relacional limitada Autoridade moderada	Externo e moderadamente interno		Consórcios privados voltados para a qualidade
	Alianças	Cooperativas	Contínuo e principalmente ilimitado	Intensivo	Neoclássico limitado Contratação principalmente relacional Autoridade	Externo e interno		Cooperativas de marketing e processamento orientadas à qualidade
		<i>Joint-venture</i>	Contínuo e principalmente ilimitado	Intensivo	Neoclássico limitado Contratação relacional limitada Autoridade	Externo e interno		Empreendimentos voltados à qualidade
		Aliança baseada em equidade	Contínuo e ilimitado	Intensivo	Neoclássico limitado Autoridade	Interno externo e limitado		Alianças orientadas à qualidade
	Empresa	Integração vertical	Contínuo e ilimitado	Intensivo	Autoridade	Interno externo e limitado		Marcas privadas

Fonte: adaptado de Pascucci (2010).

Diante do exposto, abordando tanto a parte teórica da NEI e da ECT como também sua associação ao meio rural, no escopo das Redes Comunitárias Alimentares, foi possível caracterizar diferentes estruturas de governança evidentes no mercado e conceituadas por Pascucci (2010), que delimita uma análise aprofundada do modelo de governança, caracterizando várias formas de transações e descrevendo como se comportam os agentes envolvidos.

Nota-se a aplicabilidade do estudo no meio rural, através da ótica de Pascucci (2010), utilizando-se da NEI e da ECT para o entendimento dos pressupostos comportamentais, bem como as características básicas das transações envolvidas na estrutura de governança da CSA, que podem ser minimizadoras dos custos de transação.

A seguir, na continuidade desta dissertação, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos já apresentados anteriormente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização desta dissertação e está dividido em quatro seções: a primeira apresenta brevemente a abordagem e o tipo de pesquisa; a segunda apresenta a área e a definição da amostra da pesquisa; na terceira seção, descreve-se, de forma detalhada, o procedimento da coleta de dados da pesquisa; na quarta e última seção, constam a tabulação e a apuração dos dados e das informações coletadas.

3.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

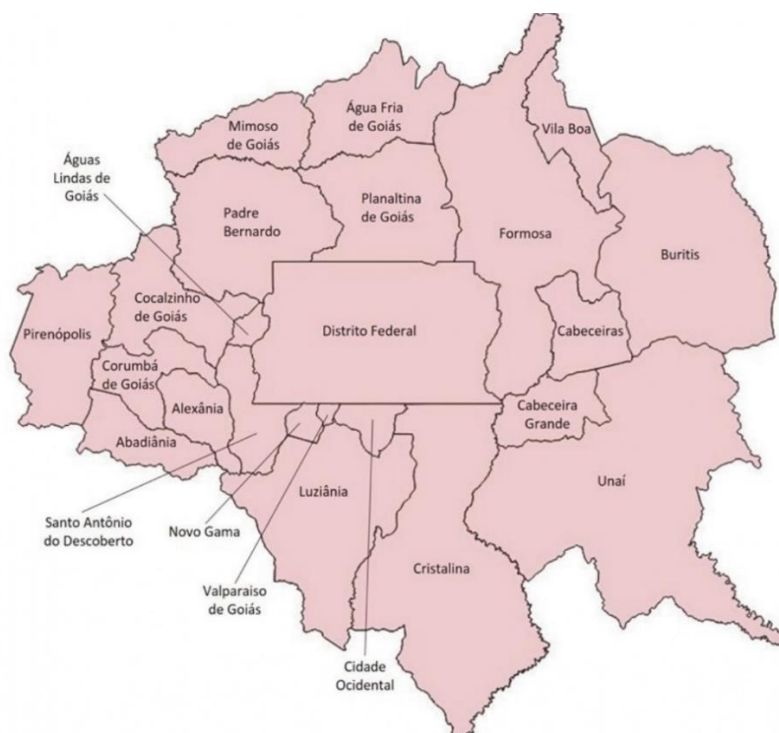
O estudo está assentado numa abordagem do tipo qualitativo, mas também com a obtenção de dados quantitativos. A pesquisa pode ser considerada, quanto aos objetivos, do tipo descritivo, uma vez que foram obtidos os dados primários através da aplicação de questionário semiestruturado (padronizado). Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser considerada como estudo de campo, pois foi realizada por meio de coleta de dados com informantes, para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Também, para a efetivação desta pesquisa, conduziram-se, por meio de técnica de revisão bibliográfica, buscas em diferentes bases científicas, nas seguintes plataformas: Google Acadêmico, Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scopus*, *Web of Science*, bem como foram consultadas teses e dissertações, utilizando os seguintes termos para busca: “Comunidade que Sustenta a Agricultura” e “*Community Supported Agriculture*”, para alcançar referências tanto no âmbito nacional quanto no internacional, bem como para ampliar a base de pesquisa, por ser um assunto de escala global, que acaba por possuir mais referências estrangeiras.

No âmbito dos trabalhos científicos desenvolvidos acerca do tema, identificou-se o trabalho intitulado “*Exploring the synergy between Community Supported Agriculture and agroforestry: institutional innovation from smallholders in a Brazilian rural settlement*”, dos autores Andrei Cechin, Victor da Silva Araújo e Louise Amand (2020). Nesse artigo, publicado no *Journal of Rural Studies*, os autores abordam uma unidade produtiva localizada no Distrito Federal. Por isso, realizou-se contato via e-mail para marcar uma reunião via Google Meet, no final do mês de novembro de 2020, com Andrei Cechin, atualmente professor na Universidade de Brasília (UnB), para saber mais acerca da temática dentro do escopo do Distrito Federal.

Em seguida, iniciou-se uma pesquisa para busca de dados para a fundamentação

Figura 10 – Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

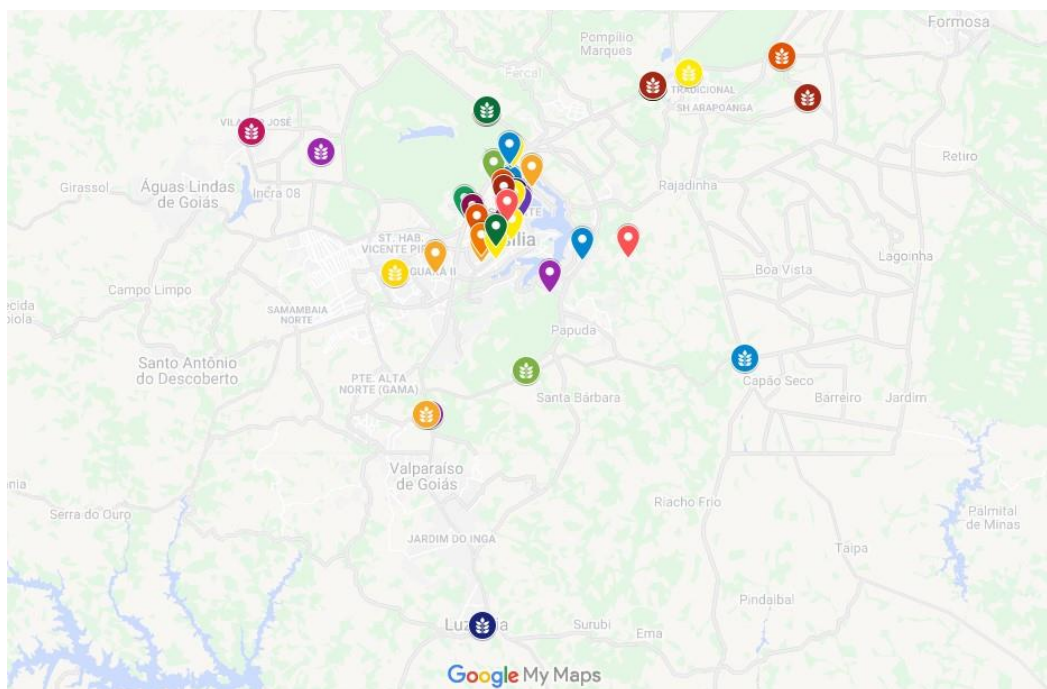


Fonte: adaptada do Atlas do Distrito Federal 2017 (CODEPLAN, 2017).

Na Figura 11, apresenta-se a distribuição das CSAs no Distrito Federal, evidenciando-se os pontos de conveniências, que estão representados por um marcador, e os pontos de produção, que estão marcados por uma representação de “planta”.

A Rede CSA de Brasília foi definida como objeto de análise desta dissertação pelo fato de ter nove anos de estrutura consolidada na região e também pela aparente facilidade de acesso às unidades produtivas, uma vez que a pesquisadora reside nessa cidade. Além disso, é importante salientar a amplitude da Rede Comunitária Alimentar, que envolve mais de 35 unidades produtivas localizadas na região.

Figura 11 – Imagem ilustrativa das CSAs existentes atualmente no Distrito Federal



Fonte: adaptada do *site* da Rede CSA Brasília (2021).

No presente estudo, utilizou-se uma técnica de amostragem não probabilística, por conveniência, em que a seleção da amostra foi deixada a cargo da pesquisadora. Essa amostragem, segundo Gil (2002), fundamenta-se na seleção de uma pequena parte de uma população em que se considera que seja representativa, para o que se pretende estudar.

Na amostragem não probabilística, segundo Gil (2002), as amostras são selecionadas pelo critério de intencionalidade. Na amostra intencional, os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelo pesquisador, o qual seleciona os elementos aos quais tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo (GIL, 2002). A utilização dessa técnica é justificada pela vantagem que proporciona na obtenção de informações, pois possibilita maior liberdade de expressão dos entrevistados, bem como a evidência de dados e a captação de outros elementos pertinentes ao estudo por meio da observação.

Os respondentes da pesquisa foram selecionados, conforme a técnica metodológica *snowball* também chamada *snowball sampling* (BIERNACKI e WALDORF, 1981). Técnica, esta, conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve”.

Quando o método de amostragem de bola de neve é usado, os entrevistados do estudo são alistados para ajudar a encontrar outros possíveis respondentes, eles se tornam assistentes

de pesquisa (BIERNACKI e WALDORF, 1981). Em casos como apresentado pela estrutura da CSA, esta que se comporta como uma comunidade, utilizar o elo entre os integrantes, para que assim, seja possível identificar novos respondentes.

Uma vantagem do *snowball* é que em redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas (BIERNACKI e WALDORF, 1981).

Neste caso, a verificação do possível respondente foi realizada através de uma pessoa (um localizador) que começaria uma bola de neve, o que levou a pesquisadora a contatar pessoalmente os respondentes conhecido por ele ou ela, conforme os critérios de pesquisa.

Definiu-se a população que se pretendia entrevistar, a princípio composta de unidades agrícolas associadas à Rede CSA Brasília, que tem um total de 35 propriedades. Devido às dificuldades resultantes do contexto da crise sanitária da pandemia de Covid-19, obteve-se informações de 11 entrevistados. As informações sobre os entrevistados estão apresentadas no Quadro 4, em que se pode constatar também o mês de coleta, o formato da entrevista e outros aspectos relativos aos integrantes entrevistados.

Quadro 4 – Relação dos entrevistados na pesquisa de campo

CSA	Tempo no formato CSA (anos)	Gênero do respondente	Mês da entrevista	Formato	Local
CSA 1	4	Feminino	09/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 2	5	Masculino	09/2021	Presencial	Chácara
CSA 3	5	Masculino	09/2021	Pré-teste/Presencial	Ponto de Convivência e Chácara
CSA 4	5	Feminino	09/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 5	4	Feminino	09/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 6	5	Masculino	10/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 7	2	Feminino	10/2021	<i>Online</i>	Google Forms
CSA 8	1	Feminino	10/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 9	3	Feminino	10/2021	Presencial	Ponto de Convivência
CSA 10	1	Feminino	10/2021	<i>Online</i>	Google Forms
CSA 11	2	Masculino	10/2021	Presencial	Ponto de Convivência

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Na próxima seção, estão descritas todas as etapas que foram desenvolvidas na atividade de coleta de dados deste estudo.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Inicialmente, foi estabelecido contato com a diretoria da rede via e-mail, mas não se obteve um retorno, ainda no ano de 2020, quando se iniciava o estudo. Após um ano de análise de informações, foi organizado um conjunto de e-mails, números de telefones e redes sociais das propriedades associadas ao movimento, o qual está contido no apêndice F.

Então, para a coleta de dados referentes à comunidade localizada no Distrito Federal, foi estabelecido um contato inicial com os integrantes, no período de agosto a outubro do ano de 2021. Também, foi realizada uma análise aprofundada do *site* e das informações divulgadas, para que se ampliasse a compreensão da dimensão da CSA do Distrito Federal e sobre como funcionava o sistema de comercialização.

O questionário semiestruturado (apêndice B) contou com um roteiro de 40 questões, as quais foram formuladas com base na dissertação de Maycon Noremberg Schubert (2012), intitulada *Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no oeste de Santa Catarina* (SCHUBERT, 2012). A partir da análise do questionário aplicado no estudo, utilizou-se o mesmo instrumento, adaptando-o para o contexto desta pesquisa, pois o objeto de pesquisa difere, mas se utiliza do mesmo aporte teórico.

A partir da reunião do conjunto de informações existentes, foi estabelecido contato com os 35 responsáveis das propriedades associadas à Rede CSA Brasília, via e-mail, Instagram e WhatsApp. A princípio, realizou-se contato via e-mail para esclarecer sobre a pesquisa e propor um encontro.

Para aqueles que responderam positivamente, foi agendado um dia para a realização da entrevista, de acordo com a preferência e a disponibilidade do agricultor. Em um segundo momento, encaminhou-se novamente um e-mail com informações da pesquisa e a disponibilidade de responder o questionário de forma *online*, além do contato via WhatsApp direto da CSA, para propor a realização de um encontro presencial.

Iniciaram-se as tentativas de realização de entrevistas presenciais nos locais divulgados no *site* da Rede CSA Brasília, como pontos de convivência, porém muitos deles estavam com informações desatualizadas, devido à mudança do cenário econômico decorrente da pandemia de Covid-19, que implicou nas alterações de locais em decorrência da suspensão de atendimento

de lojas dos consumidores parceiros, ou órgãos públicos fechados devido ao *home office*. Dessa forma, gerou-se um desgaste inicial para conseguir estabelecer contato com os agricultores.

No caso, foi aplicado um questionário semiestruturado que está contido no apêndice B desta dissertação. Também, para o desenvolvimento completo da pesquisa, conforme apresentado nos apêndices C, D e E, foram utilizados termos de consentimento livre e esclarecido, documentos explicativos da pesquisa e, por fim, autorizações de uso de imagem.

Para a coleta das informações, foi utilizado um questionário semiestruturado para aplicação com os agricultores que são proprietários das unidades produtivas associadas à CSA, visando captar suas percepções em relação às variáveis inseridas no modelo de análise dos custos de transação (incertezas, oportunismos, racionalidade, ativos específicos, frequência e confiança), no qual estava contida uma escala de diferencial semântico.

A escala de diferencial semântico baseia-se no pressuposto de que o significado de um objeto detém distinções sutis e difíceis de serem descritas e descobertas de outra forma.

Basicamente, esse método consiste em uma escala bipolar de sete pontos, cujos extremos são definidos por um adjetivo ou uma frase adjetivada. É importante que os termos bipolares definam precisamente a diferença entre dois extremos. A principal dificuldade reside em associar polos opostos de uma mesma dimensão para adjetivos e frases (SCHUBERT, 2012).

Essa escala serve para captar significados conotativos, que apresentam maior grau de dificuldade de descrição, o que vem a consolidá-lo como um importante método no meio científico. Ela varia em valores de 0 a 7, representando o grau de aproximação do entrevistado entre um extremo e o seu oposto (SCHUBERT, 2012).

Contudo, deve se salientar que na proposta de cálculo, o índice menor do que 4 indica maiores custos de transação, e o índice maior do que 4 indica menores custos de transação; isto é, existe uma relação inversa entre o índice e a percepção dos entrevistados sobre os custos de transação. Portanto, quanto maior o índice calculado, menores são os custos de transação.

Desse modo, para a pesquisa descritiva, conforme mencionado anteriormente, foi realizada pela pesquisadora uma pesquisa de campo, para coleta de dados primários, relacionados a temas mais pertinentes com o foco do estudo direcionado aos atores específicos via encontros presenciais. A visitação de algumas propriedades para a coleta de dados ocorreu conforme o contato e a disponibilidade dos produtores em receber a pesquisadora. As entrevistas foram mediadas pela pesquisadora com o intuito de buscar analisar os pressupostos

comportamentais, bem como as características básicas das transações nas propriedades abordadas, além da observação de outros aspectos relacionados à pesquisa.

Para inferir acerca dos agricultores e das unidades produtivas, foram estabelecidas no questionário semiestruturado, apresentado no apêndice B, questões que buscavam caracterizar a dinâmica de funcionamento apresentada no contexto da Rede CSA Brasília. Essas questões foram delimitadas em:

- a) questões descritivas: que tinham por objetivo definir nome, endereço, idade, tamanho da propriedade, tempo de atividade na agricultura; além de aspectos relacionados ao funcionamento da unidade produtiva, como espaço destinado ao plantio, razões para se associar, ganhos e perdas por conta da formalização junto à CSA e, por fim, uso do contrato;
- b) questões objetivas: que tinham por objetivo definir gênero, grau de escolaridade, caracterização da mão de obra, receita bruta (em percentual) adquirida pelo canal da CSA, número de cotistas e principais mudanças realizadas na propriedade após a associação à CSA.

Para a descrição a respeito dos pressupostos comportamentais presentes nas transações da Rede CSA Brasília, foram estabelecidas questões que buscavam inferir os pressupostos comportamentais no dia a dia do agricultor familiar responsável pela unidade produtiva, com o intuito de sistematizar as informações de forma quantitativa, ou seja, obter médias que demonstrassem a dinâmica de funcionamento no contexto da Rede CSA Brasília.

Para responder as questões, consolidar um índice acerca dos pressupostos comportamentais e inferir a proporção da sua influência nos custos de transação, que serão abordados no capítulo de resultados e discussão, na seção 4.3, torna-se necessário esclarecer cada pressuposto e sua dinâmica dentro de cada unidade produtiva.

Para tal, foram estabelecidos, na seção 4.2, seis subtítulos que discorreram a respeito de cada pressuposto e de cada atributo de transação. Foram delimitadas questões objetivas com escalas que variam entre os valores de 0 a 7, representando o grau de aproximação do entrevistado entre um extremo e o seu oposto, conforme apresentado na sequência:

Pressupostos comportamentais: entendendo que os contratos são, por natureza, incompletos, dado o problema da racionalidade limitada, o que não seria um problema se não fosse a característica comportamental esperada do oportunismo.

- a) Racionalidade limitada: cinco questões acerca da capacidade racional dos agentes econômicos em lidar com problemas.

b) Oportunismo: cinco questões acerca das ações oportunistas nas transações.

Atributos das transações: além dos pressupostos comportamentais, a identificação da estrutura que minimiza os custos de transação deve, também, considerar os atributos da transação: frequência, especificidade de ativos e incerteza.

c) Frequência: seis questões delimitando acerca da frequência nas transações.

d) Especificidades dos ativos: seis questões acerca dos ativos e seus investimentos.

e) Incerteza: quatro questões acerca das incertezas das informações.

f) Confiança: quatro questões acerca da confiança mútua presente nas transações e relações comerciais.

Foi estabelecida a opção entre 0 e 7 para cada pergunta, tendo a possibilidade de construir índices com base nas médias aritméticas de cada variável, sendo que, ao final, pretendeu-se criar um índice que pudesse servir para inferir a tendência para os custos de transação incorridos na comercialização (SCHUBERT, 2012).

Em que se consideram os valores abaixo de 4 como apresentando um comportamento com tendências a um maior custo de transação, e maiores de 4 com tendências a um menor custo de transação, ou seja, tendo uma proposta de cálculo com uma relação inversa.

Para tal, foi definido o cálculo a partir da proposição descrita por Schubert (2012), para definir o grau de tendência de maior ou menor custo de transação na estrutura da CSA.

$$CT = \frac{\Sigma (\Sigma In + \Sigma Rn + \Sigma OPn + \Sigma AEn + \Sigma Fn + \Sigma Cn)}{\Sigma n} \quad (1)$$

Σn

CT - Custos de transação

I - Incertezas

R - Racionalidade

OP - Oportunismo

AE - Ativos específicos

F - Frequência

C - Confiança

n - número de informantes multiplicado pelo número de perguntas dos questionários

Na próxima seção, serão descritas a apuração e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, comentando sobre cada uma das etapas que foram desenvolvidas para conseguir tabular os dados obtidos.

3.4 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram tabulados em simultâneo ao período de coleta e, a seguir, procedeu-se à análise. Primeiramente, os dados foram coletados por meio de um questionário impresso, que serviu de direcionamento das entrevistas junto aos agricultores responsáveis pelas propriedades. As entrevistas não foram gravadas justamente para que o agricultor não sofresse constrangimentos de qualquer natureza, ou seja, para que se sentisse à vontade para participar da pesquisa.

Após a realização das entrevistas, o formulário contendo as respostas de cada agricultor foi transcrito (no mesmo dia) para o modelo *online*, no Google Forms, assim, tabulando-se os dados e tendo um *backup* do conteúdo adquirido. Além disso, foram transcritos alguns áudios produzidos posteriormente com as percepções da pesquisadora durante o período da entrevista.

Na sétima entrevista, fez-se uma análise dos dados e observou-se uma saturação das respostas entre os respondentes em algumas seções do questionário, já que, em conjunto, ocorria a tabulação dos dados. Na décima primeira entrevista, finalizada após dois meses de pesquisa de campo, outubro do ano de 2021, iniciou-se a análise dos dados.

Com base nesses dados, foi realizada também uma análise qualitativa a partir das informações obtidas junto aos agricultores, através da técnica de análise textual simples, enquanto, para a análise quantitativa, foi utilizado o programa Microsoft Excel, por meio de ferramentas de estatística descritiva e medidas de localização. A partir dos dados quantitativos, foram elaborados gráficos e tabelas que permitiram melhores apresentação e visualização dos resultados coletados na pesquisa de campo.

As análises da seção inicial discutidas no capítulo de resultados e discussão referem-se à caracterização básica dos respondentes e das propriedades. A segunda seção apresenta os pressupostos comportamentais e os atributos das transações. A terceira e última seção exibe a dinâmica de funcionamento da unidade de produção agrícola em consenso com os índices obtidos no questionário, além de inferir acerca da influência dos pressupostos e dos atributos nos custos de transação da estrutura da Rede CSA Brasília.

No próximo capítulo, serão descritos os resultados e a discussão da pesquisa, subdivididos de acordo com cada objetivo específico. Dessa maneira, buscou-se analisar todos os dados e informações coletados de forma a apresentar os resultados obtidos com as entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa de campo para atender o objetivo geral delineado na introdução desta dissertação, alinhando-se com os três objetivos específicos propostos.

Na primeira seção, apresenta-se a caracterização dos respondentes e das respectivas unidades produtivas analisadas, com o intuito de descrever acerca dos agricultores associados ao movimento da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), bem como da unidade administrativa.

Na segunda seção, apresentam-se os pressupostos comportamentais e os atributos das transações, de modo a descrever a forma como esses índices são representados nas transações da CSA. E, por fim, a terceira seção trata da influência dos pressupostos comportamentais em cada unidade produtiva e nos custos de transação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES E DAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS

Nesta seção, são apresentadas as informações sobre os respondentes da pesquisa, bem como uma caracterização geral das unidades produtivas analisadas. Para isso, foram coletadas 11 entrevistas, em que cada observação representa uma CSA entrevistada.

Cada entrevista foi marcada com o representante da CSA, o agricultor que administra e gerencia a unidade produtiva, que consiste no responsável pela associação com a Rede CSA Brasília, tendo mais contato e familiaridade com a dinâmica de funcionamento da rede. Esses dados também se encontram tabulados na Tabela 4 – Compilado da média dos pressupostos comportamentais por CSA, no apêndice G.

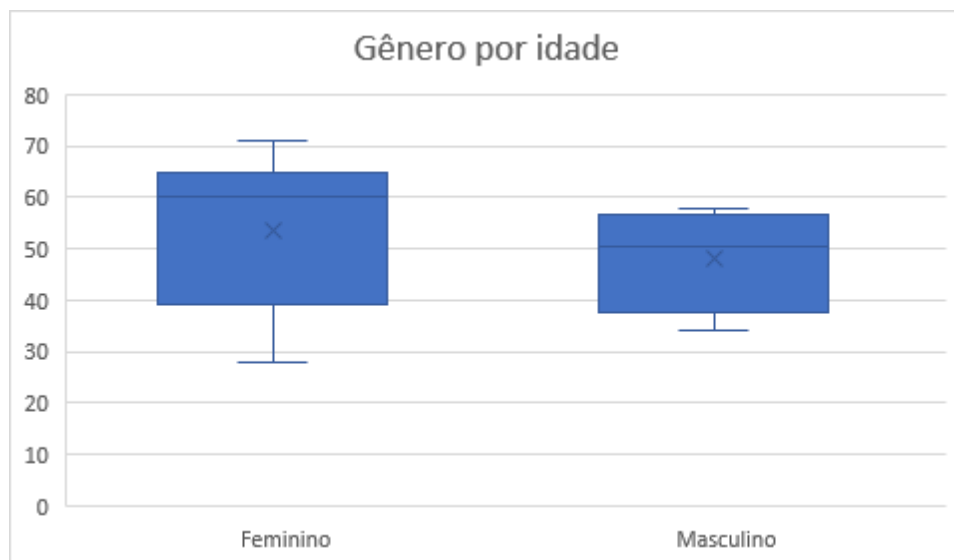
Pôde-se observar que os respondentes do questionário são majoritariamente mulheres, representando 64% em relação ao total. Como apresentado no Gráfico 1, dentre as mulheres entrevistadas, tem-se uma média de idade de 53 anos, com o mínimo de idade de 28 anos e o máximo de 71 anos. Em contrapartida, os homens apresentam uma idade média de 48 anos, a idade mínima foi de 34 anos e a máxima foi de 58 anos.

O fato de haver um percentual maior de mulheres respondentes e à frente das unidades produtivas pode ser uma decorrência da criação da Rede CSA Brasília, uma vez que esta ocorreu por conta de três mulheres da região, Fabiana Peneireiro, Renata Navega e Andrea Zimmermann, no ano de 2012.

Como relatado por Ferrão (2021), as mulheres tem uma presença acentuada nas práticas agroecológicas, contribuindo para a expansão e criação de movimentos. Há também outros movimentos marcados pela presença de mulheres que se aliaram à Rede CSA Brasília, como o caso da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), localizada na divisa entre Distrito Federal e Goiás, que foi criada em 2016 e busca produzir por meio da agroecologia e da agrofloresta. Grande parte dos associados é do Assentamento Oziel Alves III, na região do Núcleo Rural Pipiripau e do Núcleo Rural Taquara.

Um fato importante é que a Aprospera surgiu a partir da implementação de dez unidades demonstrativas de boas práticas agropecuárias do projeto dos parceiros *World Wide Fund For Nature* (WWF-Brasil), Banco do Brasil (BB), Agência Nacional de Águas (ANA) e Fundação Banco do Brasil (FBB). Além disso, a Aprospera tem, segundo sua presidente, Fátima Cabral, cerca de nove CSAs, das quais seis participaram desta pesquisa.

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes da pesquisa em função da idade



Fonte: elaboração da autora, 2021.

O perfil desses agricultores familiares pode ser definido como: idade média geral de 52 anos, em relação a experiência com o campo, a média geral é de 17 anos de atividade agrícola, em conformidade com os dados contidos na Tabela 2 – Caracterização do perfil do produtor associado à Rede CSA Brasília (apêndice G).

Ao examinar o Gráfico 2, é possível constatar que o agricultor que buscou se associar ao movimento tende a ter uma escolaridade média, uma vez que, dentre as 11 observações obtidas, cerca de (9) 64% já haviam terminado o ensino fundamental, (3) 27% teriam concluído o ensino superior, (3) 27% teriam concluído o ensino médio e (1) 9% teriam iniciado o ensino

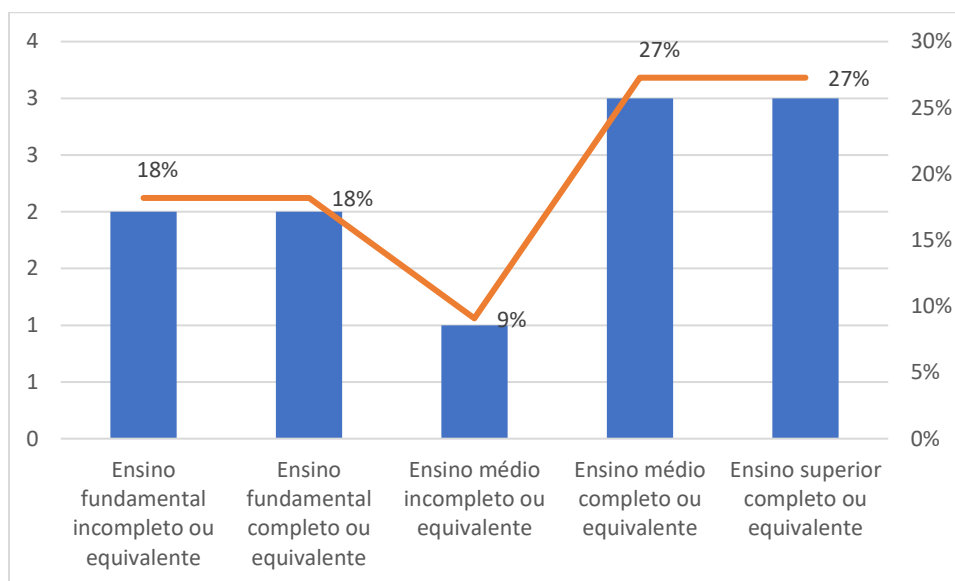
médio, mas não concluído. Em contrapartida, os entrevistados têm um tempo de atuação relevante na agricultura.

Aqueles agricultores que possuem uma escolaridade de ensino fundamental incompleto, 2 agricultores (18%), são os que mais têm tempo dedicado às atividades agrícolas, em torno de 28 anos, seguidos daqueles que concluíram o ensino superior, 3 agricultores (27%), com 22 anos de atuação no setor agrícola.

Em decorrência desses dados, pode-se observar um agricultor que consegue estabelecer alianças importantes com os *coagricultores*, para um funcionamento adequado da unidade produtiva, mas também com instituições como a WWF-Brasil, o BB (pelo Programa Água Brasil) e a UnB. Esse aspecto depende de cada unidade produtiva, não sendo necessariamente comum a todas.

Por meio do Censo Agropecuário do IBGE (2017), observa-se que, na localidade do Distrito Federal, cerca de 51,73% dos produtores estudados terminam ou terminaram o ensino fundamental, em que 13,17% estão no antigo primário e 21,48% encontram-se no ensino fundamental. Essas informações corroboram com os dados obtidos nesta pesquisa.

Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos agricultores do modelo da CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

O processo produtivo é marcado pela presença da agricultura familiar, em que a mão de obra contratada é de uma pessoa, enquanto três pessoas são familiares. Dentro de uma propriedade, com uma média geral de 9 hectares, apenas 2 hectares, em média, são destinados à produção de cotas de alimentos para a CSA, conforme as informações que foram tabuladas e estão apresentadas na Tabela 3, no apêndice G.

Como é exibido no Gráfico 3, uma caracterização da mão de obra vinculada à unidade produtiva, tem-se uma média geral por CSA de três homens para uma mulher, dentre os quais, estes tendem a ser parte da família, como marido, filhos, irmãos ou outro grau de parentesco.

Ao observar o perfil do agricultor na região do Distrito Federal, a partir do Censo Agropecuário do ano de 2017, constata-se que 85% dos sujeitos nos estabelecimentos são homens, em contrapartida, 15% são mulheres. Além disso, 54% possuem algum grau de parentesco com o produtor e 46% não têm nenhum grau de parentesco.

A mão de obra contratada é relativamente baixa, com um percentual de 36% entre os trabalhadores, em contrapartida, 64% utilizam a familiar. A mão de obra contratada entra como uma forma de reforço para os processos produtivos mais árduos. De modo geral, o equivalente de mão de obra destinada ao plantio é de no máximo nove e no mínimo dois trabalhadores.

Vale ressaltar que, em relação aos respondentes do questionário, teve-se um grau bem mais elevado de mulheres que estavam nos pontos de convivência e gerenciavam o processo de distribuição das cotas aos *coagricultores*, evidenciando um papel forte da mulher na parte de gerenciamento da unidade produtiva. Apesar de haver homens no dia de realização das entrevistas, em todas as ocasiões, foram as mulheres presentes que responderam ao questionário.

Também vale destacar que, apesar de não especificado quantitativamente, tem-se na estrutura da CSA a premissa do trabalhador voluntário que seria composto pela mão de obra do consumidor, conhecido como o *coagricultor*, por isso se faz essa especificação a esse consumidor mais ativo.

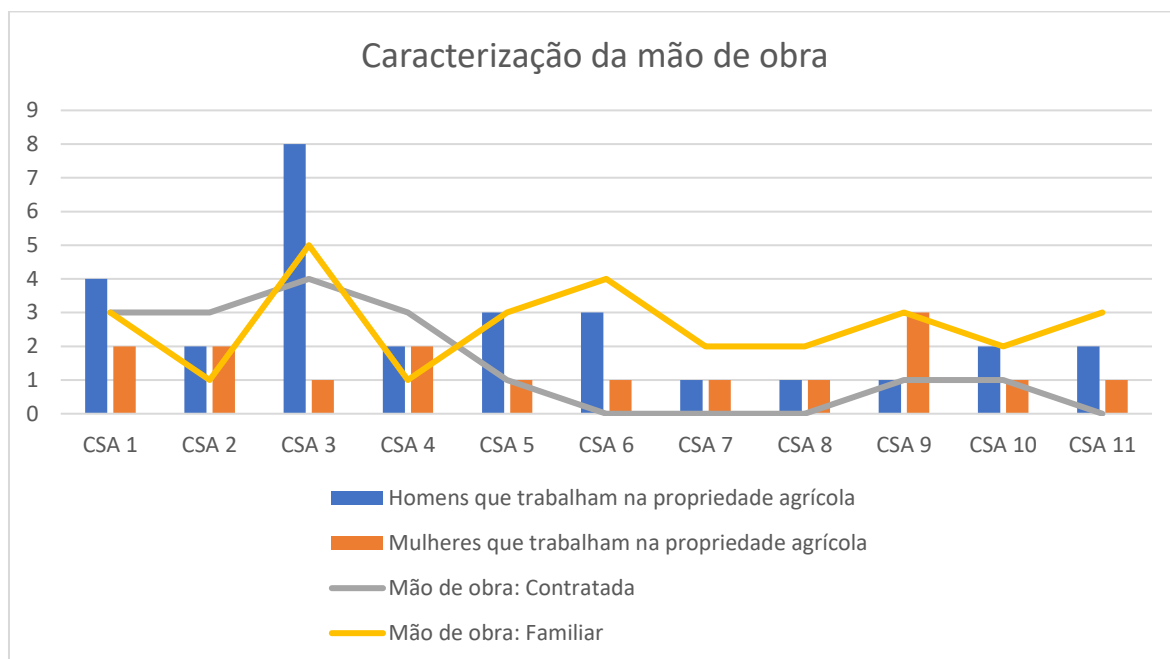
O *coagricultor* deveria dispor de um papel mais presente na estrutura de cada unidade produtiva, quando se pensa que esse nome denomina um agente coparticipante do processo ao qual está ligado. Porém, essa mão de obra foi constatada apenas em determinadas CSAs, em que esse indivíduo entra não apenas como um consumidor, mas com o trabalho voluntário, auxiliando em algumas demandas que o agricultor não tem a perícia e ou quando acaba ficando sobrecarregado de atividades.

Nos casos mais comuns observados, seriam as comissões de comunicação que se responsabilizam em criar e administrar as redes sociais, recepcionar os novos *coagricultores*, como também no caso da comissão financeira, que atua com um viés mais específico, com o propósito de assessorar o produtor em suas contas relacionadas à CSA.

Muitas vezes, a atuação também se dá através da realização de cobranças aos outros *coagricultores*, repassando os valores referentes aos produtos coletados em outras propriedades

parceiras, pagando a remuneração do agricultor e, em alguns casos, estabelecendo metas para a aquisição de algum equipamento que esteja sendo requisitado por parte do agricultor.

Gráfico 3 – Caracterização da mão de obra nas unidades produtivas



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Em relação à caracterização da propriedade, conforme as informações contidas na Tabela 3 – Caracterização da unidade produtiva associada à Rede CSA Brasília, no apêndice G, tem-se que o plantio dessas cotas ocupa uma pequena quantidade de terra, de certa forma, com uma média geral de 2 hectares, que produzem, em média, um total de 46 cestas em diferentes tamanhos, dependendo da CSA, sendo que algumas implementam mais de um tamanho (P - 5 variedades de produtos e M – 10 variedades de produtos) e outras um tamanho padrão (M).

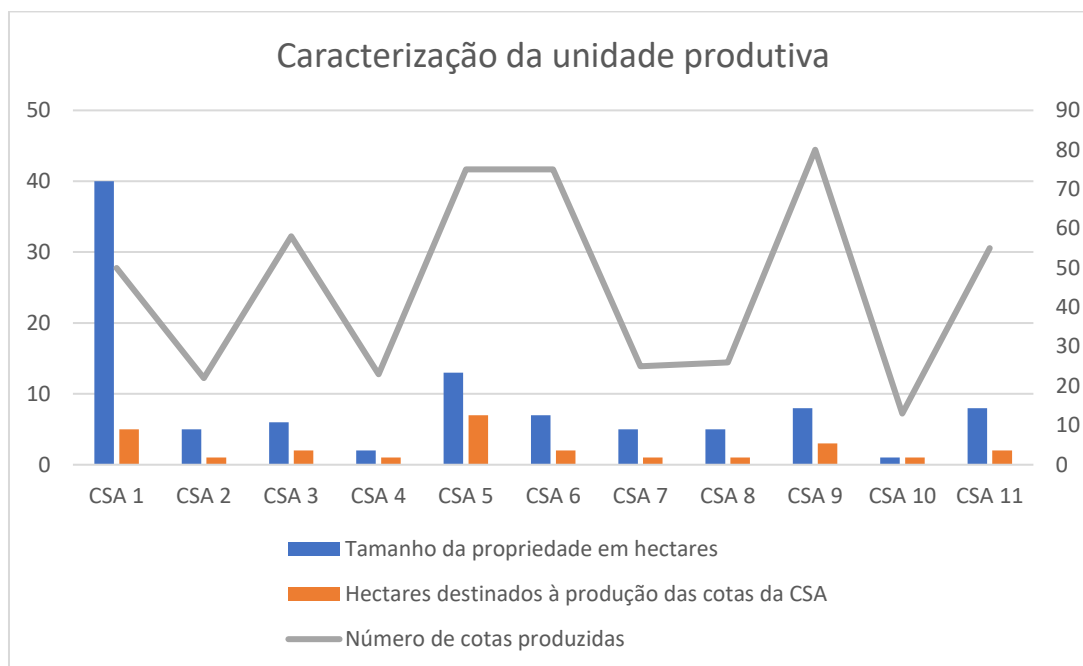
Conforme as informações apresentadas no Gráfico 4, tem-se uma propriedade em operação voltada para a CSA com uma média geral de 3 anos de atuação, já que, das propriedades analisadas, as que possuem mais tempo de CSA relataram um período de 5 anos realizando plantio conforme as cotas que atendem, e a propriedade mais recente data de 1 ano de atividade.

Isso demonstra que a rede CSA como instituição é um modelo novo, ainda em construção, que tende a atender pequenos produtores familiares que utilizam a renda como uma forma de sustento ou como complemento da renda.

Dentre os agricultores entrevistados, cerca de 85% retiram sua renda da propriedade pelo modelo da CSA, enquanto o restante não obtém a renda integralmente das unidades

produtivas, uma vez que normalmente tem outra fonte, através de um emprego ou até mesmo no próprio setor agrícola, fornecendo a produção por outro canal de escoamento.

Gráfico 4 – Caracterização das unidades produtivas associadas à CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Uma das questões norteadoras relacionada à caracterização do agricultor e da unidade produtiva foi entender a dinâmica de funcionamento da propriedade e também os motivos que levaram o produtor a se associar e seguir os princípios da CSA. Uma das questões levantadas no roteiro de entrevista foi justamente as razões para se associar à Rede CSA Brasília. Nesse sentido, destaca-se o depoimento de um entrevistado: *“Já fiz a comercialização via outros canais de escoamento: feiras, intermediários e/ou cooperativas. A CSA foi uma opção de escolha, a dignidade de receber para trabalhar. A valorização do produtor familiar”* (AGRICULTOR CSA 1).

Sobre a relação de formalização da propriedade, para saber se esse processo provocou algum ganho à unidade produtiva, teve-se uma resposta geral de que a associação ao movimento gerou ganhos à propriedade. Para evidenciar e entender mais claramente quais seriam esses ganhos, tem-se o relato a seguir:

Ganho. Possibilitou trazer a família da cidade para o campo novamente, com uma qualidade de vida melhor, além da melhora da alimentação do agricultor. Reaprender a se alimentar, porque você não produz apenas para o consumidor, mas para si também. A melhora da qualidade de vida, tanto financeira quanto no dia a dia (AGRICULTOR CSA 11).

No Gráfico 5, apresentam-se, em grau de importância, algumas mudanças registradas. Conforme se pode observar, foi destacado pelos produtores, como a mudança mais importante que ocorreu após a associação ao movimento, com 82% das respostas, o desenvolvimento de novos processos produtivos e/ou produtos. Isso se dá em virtude da mudança e da adaptação da terra produtiva para um sistema de plantio com um formato de agrofloresta, que colabora com a modificação da estrutura física e a capacitação, colocado como um processo importante que ocorre ao ingressar na CSA.

Nesse sentido, são oferecidos cursos de capacitação voltados para direcionar e auxiliar o agricultor a trabalhar com a terra, produzir entre ciclos e desenvolver o plantio de novos produtos, que não eram comumente produzidos quando se pensava em comercializar por canais convencionais. Claro que, ao longo do processo, é considerado também o conhecimento prévio do agricultor, que tem uma bagagem e se adapta ao melhor processo produtivo para seu dia a dia.

Outro destaque é a implementação de novos pontos de comercialização e de novas embalagens, com 64% das respostas. O produtor acaba por mudar sua forma de comercializar os produtos, e sua produção é dirigida a um número específico de *coagricultores*, que buscam o produto em determinada localidade, respeitando o horário que será dedicado para o funcionamento do ponto de convivência.

O local e o horário são determinados e o produtor planeja e trabalha com esse dia de base, para realizar a colheita, subdividir os produtos nas cestas, montar o carro e poder realizar a entrega semanal da cesta. Normalmente, algumas CSAs possuem mais de um ponto de convivência na cidade, conforme a demanda.

No caso do processo das embalagens, em que, pelos princípios da CSA, não se utilizam embalagens na comercialização do produto, essa adaptação passa a ser um processo importante. Apesar da pandemia da Covid-19, que acabou gerando uma adaptação dessas embalagens, anteriormente dependendo da CSA, seria a disposição dos alimentos colhidos em caixas plásticas desmontáveis, estando disposta ao *coagricultor* selecionar e montar sua cesta.

Devido às restrições sanitárias nos últimos anos, deu-se a implementação de sacos plásticos ou sacolas retornáveis, para evitar o contato entre o agricultor e o *coagricultor*, em que era delimitado o horário de coleta da cesta, não tendo assim o encontro direto entre os *coagricultores*.

Outra ocorrência marcante é a certificação orgânica, sendo um processo considerado pouco importante após a associação à CSA, o que demonstra que, apesar de a comercialização

ser de produtos orgânicos, não necessita de uma agência para monitorar as condicionalidades dos produtos, mas isso não desqualifica a existência de um monitoramento por parte dos integrantes da rede, seja por outros agricultores, seja pelos próprios *coagricultores*.

É subentendido que ocorre também uma relação de confiança, já que não é de fato verificado semanalmente quando os produtos saem ou a região ao redor da propriedade. Nesse sentido, acredita-se na boa-fé do produtor, que respeitará os princípios e buscará entregar o melhor produto ao seu *coagricultor*, como também o agricultor que acredita na boa-fé do *coagricultor*, que irá financiar a produção toda (por mês) de forma antecipada, constituindo uma relação de confiança institucional, que se refere ao contexto social e organizacional em que os contratos estão envolvidos, em que não se calculam os riscos contratuais implícitos.

O entrosamento entre as outras unidades produtivas associadas à CSA podem ser consideradas bem nivelado, sendo que alguns consideram importante e outros consideram de pouca importância.

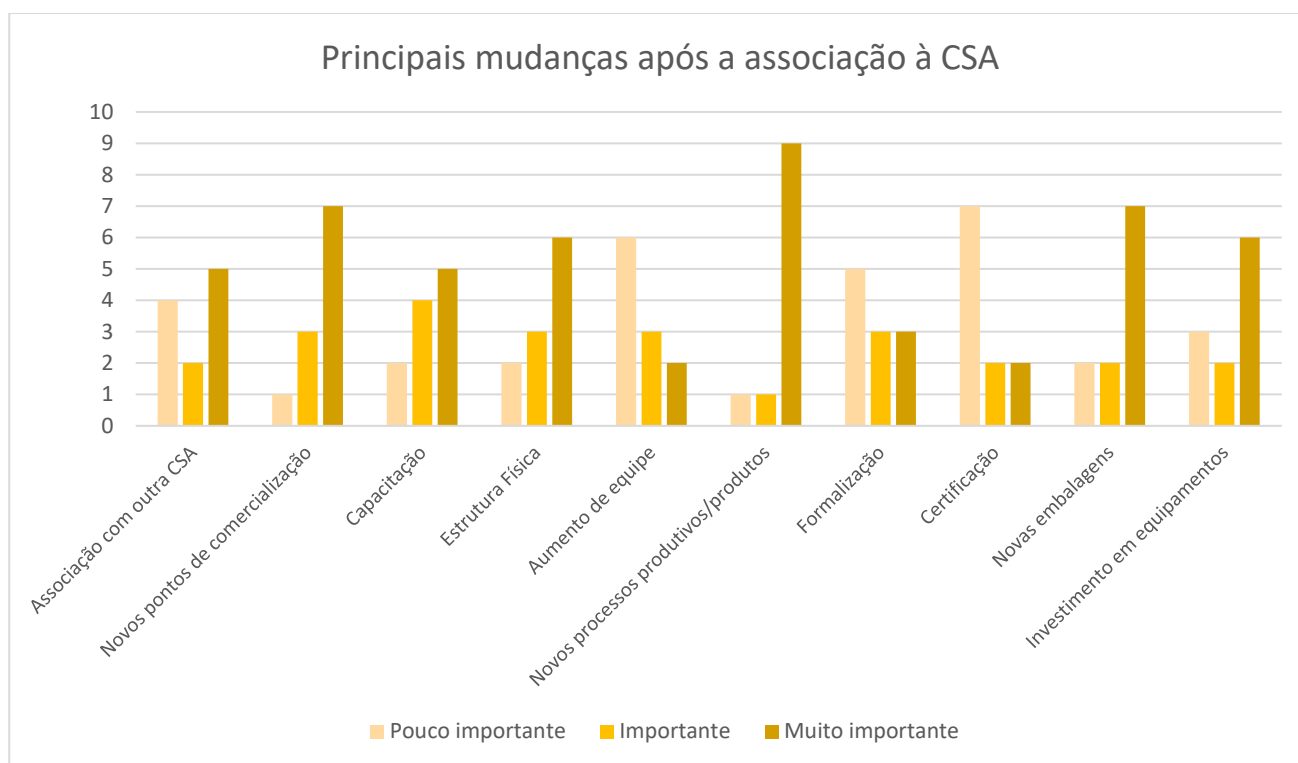
Diante disso, quando ocorre um maior entrosamento com outras CSAs, é por estarem localizadas na mesma região produtiva, ou na mesma associação de produtores, não sendo necessariamente um movimento provocado pela instituição Rede CSA Brasília, mas, sim, dos próprios produtores que buscaram criar esse laço.

As questões levantadas em relação ao investimento em equipamentos, um fator considerado muito importante, quando questionado o porquê, seria relacionado à compra de alguns equipamentos que auxiliassem na produção e também no processo pós-plantio, como a realização da compostagem.

Os processos de aumento de equipe e formalização, por fim, são considerados pouco importantes, já que o cultivo das hortifrúti é normalmente realizado em um espaço de 2 hectares (média na CSA), que não demanda muito além da mão de obra familiar. A formalização é nivelada quando se pensa em estabelecer o processo da transação por meio de contratos ou termos de consentimento, já que é uma premissa da estrutura da CSA.

Porém, algumas unidades produtivas iniciaram suas atividades como CSA utilizando o termo de consentimento para os cotistas, e ao longo dos anos retiraram essa formalização. Outras CSAs mantêm o uso do termo de consentimento, logo, essa validação da transação via documento é estabelecida de acordo com cada CSA e a relação constituída com o seu *coagricultor*.

Gráfico 5 – Principais mudanças após a associação da unidade produtiva à CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Ponderando acerca da relação com o contrato, na questão nove do instrumento de pesquisa (apêndice B), foi perguntado se existe algum contrato formalizado entre as partes. Contudo, uma das CSAs que não faz o uso do contrato declarou o seguinte:

Existia contrato, porém, ao longo dos anos foi retirado justamente pela inconsistência deste, já que os *coagricultores* que se mantiveram acabavam tendo que renovar semestralmente sem necessidade, já que os que se retiravam da CSA iriam sair de qualquer forma. Acaba que o contrato, que era um termo de consentimento, ficava prejudicando aqueles que se mantinham e não de fato para prevenir aqueles que saíam. O recurso foi pedir o aviso prévio de no mínimo um mês (AGRICULTOR CSA 3).

Pensando no consumidor ingressante na CSA, tem-se um perfil mais ativo, que anteriormente buscou entender a dinâmica dessa estrutura, de modo que, quando realiza o vínculo com uma unidade produtiva, ele já entende a dinâmica de funcionamento. Conforme declarado pelo Agricultor da CSA 3: “Apesar de atualmente ter poucos *coagricultores* que entram na comunidade, acabam que estes abraçam a causa”.

Nesse sentido, ainda existe a importância de entender a relação do contrato na transação realizada entre o agricultor e o *coagricultor*. Todavia, houve a adaptação desse termo de

consentimento ou contrato, para precaver o produtor no caso de um cotista se retirar antes do prazo, prejudicando o rateamento dos custos e dos produtos previstos para o mês, tendo a necessidade de avisar a sua retirada da comunidade.

Conforme relatado por outras CSAs que fazem o uso de contrato ou termo de consentimento, na forma original, com um prazo de seis meses ou um ano, consta também um aviso prévio caso ocorra a saída do *coagricultor*. A ideia entendida do estabelecimento do contrato é que, segundo o agricultor da CSA 8: “*Existe um compromisso entre o coagricultor e a sua contribuição mensal, resultando na garantia do agricultor que passa a contar antecipadamente com o dinheiro para custear a safra que possui um destino certo para a produção*”. Então, o agricultor conta com esse contrato como uma forma de prevenir incertezas, não obstante, ele é (re)negociável e adaptado conforme as circunstâncias e a demanda de cada CSA.

Não se deve esquecer que, apesar de ser um contrato estabelecido em cima da confiança institucional, que se refere ao contexto social e organizacional, têm-se assegurado, para o bom funcionamento, salvaguardas implícitas além do termo ou contrato escrito, na relação de ganhanha, em que o agricultor recebe adiantado pela produção, e tudo que é produzido já foi rateado e pago. Em contrapartida, o *coagricultor* tem outros fatores motivadores, como a estabilidade do preço daqueles produtos por longos meses e o consumo de produtos da estação de qualidade.

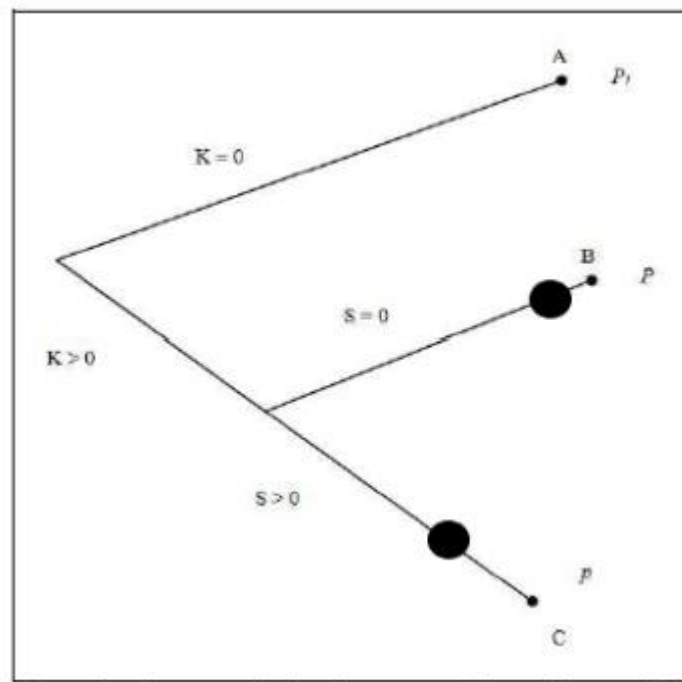
Quase nenhuma CSA fez alteração do valor do rateio das cotas entre os *coagricultores*, apesar da circunstância da pandemia ter ocorrido nos últimos dois anos. Segundo o IBGE, analisando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o acumulado de 12 meses chega no mês de outubro do ano de 2021, há um aumento de 10,67%, sendo um reflexo da inflação nos preços diretos dos produtos consumidos pela sociedade (IBGE, 2021). Por consequência, para aquele *coagricultor* associado, manteve-se uma parte da sua alimentação sem ajustes de preço.

Na Figura 12, é possível identificar os dois níveis de contratos trabalhados na estrutura da Rede CSA Brasília, lembrando que, K é o nível tecnológico, S é a salvaguardas contratuais e P é o preço.

No primeiro nível de contrato da CSA encontra-se no ponto B, é aquela unidade produtiva que não faz o uso do contrato e nem estabelece algum tipo de ressalva, caso ocorra a saída do *coagricultor*, logo, o preço P é maior que p no ponto C, já que o agricultor que terá que arcar com os custos referentes ao desistente, contudo, não tem a função em decorrência do contrato e sua manutenção nas transações.

No ponto C, encontram-se aquelas unidades produtivas que estabelecem contratos informais com seus *coagricultores*, seja pela forma de um contrato escrito, pelo termo de consentimento ou pela cláusula de aviso prévio. Essa forma é a mais complexa na estrutura da Rede CSA e, mesmo assim, não possui uma terceira parte validando o contrato, o que demonstra ainda ser um contrato com riscos morais altos, dando abertura a ações oportunistas. Contudo, a confiança é estabelecida em um alto grau nas transações, gerando um compromisso crível entre os agentes participantes.

Figura 12 – Esquema dos contratos estabelecidos na estrutura da Rede CSA Brasília



Fonte: adaptada a partir de Williamson (1985).

Nesse sentido, a fim de apresentar os resultados relacionados ao segundo objetivo específico, complementando a discussão abordada nesta seção, pretende-se tratar sobre os pressupostos comportamentais dentro das CSAs.

4.2 OS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS E SEU RELACIONAMENTO COM A ESTRUTURA DA CSA E SUAS TRANSAÇÕES

Nesta seção, trata-se acerca dos pressupostos comportamentais e dos atributos da transação no escopo da Rede CSA Brasília, configurando um compilado observado a partir das 11 entrevistas com os responsáveis. Para tal, dividiu-se esta seção em seis subseções, cada uma sobre um item analisado no instrumento de pesquisa, quais sejam: racionalidade limitada, oportunismo, frequência, ativos específicos, incerteza e confiança.

4.2.1 Racionalidade limitada

Resume-se esta seção com base nos dados dispostos na Tabela 5 – Racionalidade limitada na Rede CSA Brasília (apêndice G), constando todas as questões e as respectivas respostas coletadas com os 11 entrevistados.

No Gráfico 6, tem-se estruturado, para apresentação visual, o compilado das respostas em um gráfico de *Boxplot*, para analisar da melhor forma o que foi comumente respondido, com a média, e também pontos de maior distinção, com os mínimos e os máximos.

Vale recordar que, no início desta seção, no instrumento de pesquisa, foi colocada uma breve afirmação, sendo esta: “a racionalidade humana é limitada, o que significa afirmar que o agente econômico participante da transação tem uma capacidade limitada para lidar com problemas complexos”.

A questão (P.11) busca abordar a relevância dos recursos tecnológicos no gerenciamento da propriedade no dia a dia, tendo uma escala de 0 para pouco provável e 7 para muito provável.

Dessa forma, os agricultores acreditam que os recursos tecnológicos auxiliam no gerenciamento no dia a dia da propriedade, tendo uma média das respostas 6, em que o máximo foi 7 (muito provável) e o mínimo foi 2 (pouco provável). Ao buscar entender e discutir essa pergunta com os entrevistados, ficou claro que muitos entenderam ser importante o uso de recursos tecnológicos no dia a dia da propriedade, mas se viam como agricultores familiares, os quais não detinham muitos recursos tecnológicos para uso diário.

No entanto, ao longo da conversa, foi declarado pelos agricultores que normalmente detinham como recurso tecnológico bens que se resumiam ao computador para o uso de planilhas para os custos da propriedade, o celular para divulgação das cestas da semana e o uso das redes sociais para divulgar a CSA.

Na questão (P.12), foi abordada a associação ao movimento, se esta possibilitou uma maior autonomia para a implementação dos preços dos produtos. Essa questão teve uma média de 5,6, com o mínimo de 1 (pouco provável) e o máximo de 7 (muito provável), em que o agricultor entende que existe, na estrutura da CSA, uma autonomia para implementar o preço, entretanto, isso não significa que ocorra uma valorização exacerbada dos preços daqueles produtos oferecidos.

Na questão (P.13), questionou-se acerca de a propriedade associada ao movimento da CSA ter uma maior autonomia nos processos produtivos. Conforme as informações contidas no Gráfico 6, os agricultores têm um maior consenso de que a CSA possibilita a autonomia nos

processos produtivos, sendo bem levantado o debate de que podem ter a possibilidade de estruturar seu ciclo produtivo conforme a demanda do *coagricultor*, e espécies em alta, por conta da sazonalidade. Em vista disso, a média se estabeleceu em torno de 6,2, o máximo foi 7 (muito provável) e o mínimo 1 (pouco provável).

Na questão (P.14), foi abordado se o agricultor busca se comunicar com os outros produtores para solucionar dificuldades enfrentadas na propriedade. Obteve-se uma maior diferença nas respostas, já que ficou subentendido, a princípio, que seria uma comunicação necessariamente com outra propriedade vinculada à CSA.

Em caso afirmativo, havia maiores discordâncias. Acerca dessa questão, foi discutido que aquelas propriedades que acabavam tendo um maior vínculo com a parte gerencial da CSA ou de alguma associação buscavam conversar através de grupos.

Contudo, isso acaba não acontecendo frequentemente, pois cada produtor tenta lidar da melhor forma com seus problemas, seja no meio familiar ou com propriedades vizinhas. Obteve-se uma média de 4,4, com mínimo de 1 (pouco provável) e máximo de 7 (muito provável).

Essa questão fez discorrer com os agricultores a influência da CSA no dia a dia dos associados, se esta instituição possuía um papel de assistência aos agricultores, quando necessário. Um fato relatado por mais de um agricultor foi a pandemia de Covid-19, em que os produtores associados se ajudaram da melhor forma que podiam para solucionar os problemas relativos à aglomeração e à disposição das cestas para a não contaminação dos *coagricultores* e, em simultâneo, para conseguirem despachar a produção de forma correta.

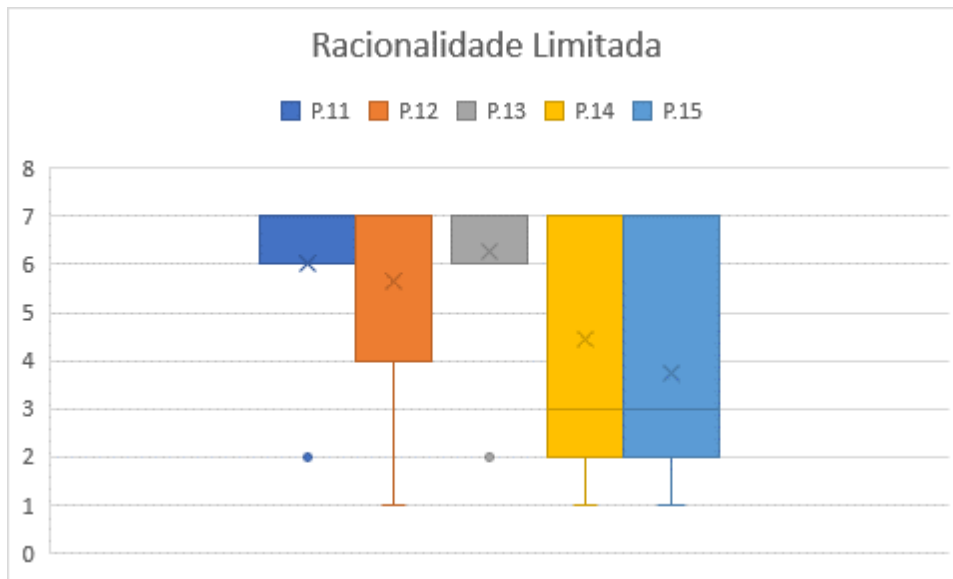
Ao longo das visitas de campo, foram observadas várias formas de embalagens que surgiram em decorrência da pandemia, conseqüentemente gerando um maior trabalho ao agricultor, que atualmente colhe e tem que distribuir os produtos conforme a quantidade em cada cesta, já que a dinâmica de funcionamento do ponto de convivência se alterou, não sendo mais um ponto de trocas de conversas e um local para o agricultor passar um tempo em conjunto com o seu *coagricultor*, enquanto este coleta seus produtos dispostos nas caixas plásticas.

Atualmente, o *coagricultor* coleta sua cesta (sacola plástica, caixa plástica, sacola retornável) identificada com seu nome e a leva para casa; na semana seguinte, ele retorna para a troca pela nova caixa identificada. Portanto, foi observado que, sim, houve uma assistência coletiva por parte dos integrantes da CSA, mas, de modo geral, não ocorre essa assistência para problemas individuais/específicos de cada unidade produtiva.

Na questão (P.15), continuou a discussão acerca da instituição CSA com a pergunta: como o agricultor visualiza a Rede CSA Brasília como uma fonte de informações tanto para o

processo produtivo quanto para o gerenciamento da propriedade? Nesse caso, obteve-se a mesma proporção de distinção da questão anterior, porém a média foi menor, sendo de 3,7, com mínimo de 1 (pouco provável) e máximo de 7 (muito provável). Verificaram-se apenas três observações máximas, o restante se equilibrou entre 5, 3 e 2. Isso acabou sendo um reflexo da questão discutida anteriormente, em que se tem um “esfriamento” da instituição Rede CSA Brasília na função de apoio e assistência àqueles que seguem o movimento.

Gráfico 6 – Racionalidade limitada na CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Então, o que se pode constatar nesta seção sobre a racionalidade limitada é que o pequeno agricultor se adequa às situações problemáticas de forma individual, em que cada CSA busca solucionar seu problema. O caso adverso e de maior proporção que ocasionou a união das unidades produtivas foi a pandemia de Covid-19, já que essa situação atingiu a todos.

Nesse sentido, segue a discussão do pressuposto comportamental oportunismo, a fim de complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada, para que, por conseguinte, seja possível obter uma visão geral dos pressupostos comportamentais nas transações da estrutura da CSA.

4.2.2 Oportunismo

O pressuposto comportamental oportunismo foi esclarecido da seguinte forma: “O oportunismo parte de um princípio decorrente do autointeresse do agente, em que esse tem autonomia, caso seja do seu interesse, de trapacear, mentir e quebrar promessas para o bem próprio, desse modo, não jogando cooperativamente com os outros agentes econômicos”.

A Tabela 6 – Oportunismo na Rede CSA Brasília, exibida no apêndice G, expõe as 11 observações acerca de cada pergunta, que também são sistematizadas no Gráfico 7. Como pergunta inicial, tem-se a (P.16), que visa entender se o agricultor pensa que todas as propriedades associadas à Rede CSA Brasília recebem a mesma gama de informações relativas à comunidade. A partir das respostas, obteve-se como resultado que os agricultores têm um consenso de 3,7, sendo o mínimo 1 (dificilmente) e o máximo 7 (facilmente).

Retornando à discussão relativa à instituição Rede CSA Brasília, em que atualmente não se observa este papel de apoio e assistência no dia a dia, por consequência, aquelas unidades produtivas que possuem um vínculo com a parte gerencial da CSA ou com associações contam com mais informações, já que estas acabam ficando centralizadas.

Ao comentar acerca desse tema com os agricultores, o que se pode entender é que a Rede CSA Brasília dispõe de um grupo de WhatsApp formado pelos agricultores, mas pouco se divulgam notícias ou uma busca de contato mais ativo com todos os participantes. Quando ocorre uma maior interação entre vários membros associados à rede, é em virtude da proatividade dos agricultores, que se associam para implementar melhorias para aqueles que se encontram na mesma região produtiva. Essa união pôde trazer várias propriedades para o modelo da CSA, em simultâneo, o grupo interno se ampara com informações.

Por conta disso, ocorre uma discrepância nas respostas, já que os agricultores que estão mais próximos às gerências, ou seja, aqueles ligados diretamente à instituição Rede CSA Brasília ou a alguma associação de produtores têm um maior acesso à informação, e aqueles que não possuem um contato maior se encontram desamparados.

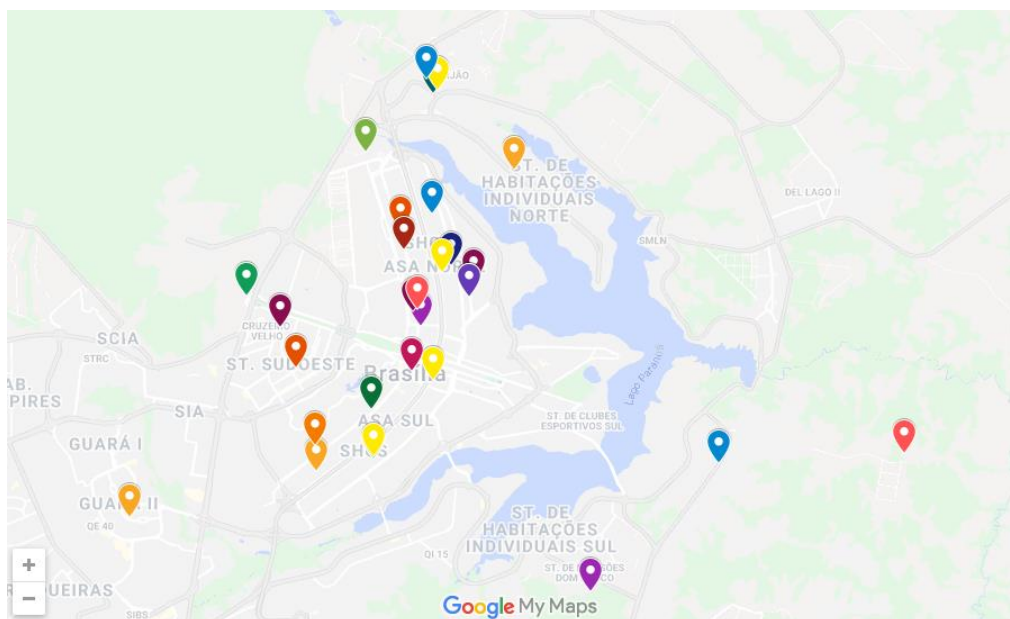
Na questão (P.17), é questionado se o agricultor pensa que as outras propriedades associadas à Rede CSA Brasília utilizam mais de um canal de escoamento para a sua produção. Os respondentes demonstraram um consenso ao ter um média de 5,2, sendo o mínimo 1 (dificilmente) e o máximo 7 (facilmente).

No que tange a esta resposta, observou-se uma neutralidade nos agricultores, já que não responderam de forma afirmativa nem negativa, porém acreditam que grande parte das outras CSAs tende a utilizar outro canal de escoamento, ou seja, estes seriam os respondentes que não utilizam outro canal de escoamento. Já aquelas CSAs que utilizam outro canal de escoamento buscaram esta outra forma para escoar a produção, que estava além do número de cotas que normalmente atendiam, tendo produto excedente. Nessa questão, teve uma discussão que observou um fator determinante para que as unidades produtivas saíssem da Rede CSA Brasília ou utilizassem mais de um canal de escoamento, a ideia de ter poucos *coagricultores* termina por prejudicar o movimento.

Houve uma comoção por parte dos agricultores que abraçaram a causa e viram uma boa oportunidade de produzir e receber de forma justa pelo plantio. Contudo, não houve a mesma proporção para os consumidores que poderiam vir a se tornar *coagricultores*, acabando que o quantitativo de unidades produtivas associadas constituiu um maior número proporcional do que de *coagricultores* vinculados a cada CSA, sendo que algumas CSAs conseguem se manter com suas cotas, mas nem todas alcançaram um número ideal pelo tamanho da terra produzida. Nesse caso, o número de unidades produtivas associadas ao movimento foi relativamente grande, proporcionalmente a outros estados. O Distrito Federal teve, em oito anos, mais de 30 unidades produtivas associadas à rede, todavia, ao iniciar o trabalho de campo desta pesquisa, teve-se um grande empecilho ao longo dos meses para contatar essas propriedades, das quais não se sabe ao certo quantas ainda estão ativas. Como também observado no trabalho de campo, a proximidade dos pontos de convivência não necessariamente tem uma distribuição uniforme, para que assim se atinjam mais bairros e regiões administrativas do Distrito Federal.

Na Figura 13, é apresentada a disposição dos respectivos pontos de convivência. Há certas ocasiões em que mais de uma CSA utiliza o mesmo local, logo, tendo que subdividir os *coagricultores*, o que é cabível, mas limita a expansão do número de cotas daquela CSA. Caso uma dessas CSAs esteja necessitando de outras cotas para alcançar um nível desejável de *coagricultores*, para conquistar um número adequado para o seu sustento, ela teria que escolher outro ponto de convivência e iniciar uma imersão daqueles consumidores que nada sabem da estrutura da CSA, para alcançar de fato novos *coagricultores*.

Figura 13 – Pontos de convivência no Distrito Federal



Fonte: adaptada do *site* da Rede CSA Brasília (2021).

Contudo, olhando o atual momento, a dificuldade de angariar novos clientes foi bem maior, já que locais como universidades, órgãos públicos, espaços que poderiam aderir à ideia e ceder o espaço para divulgação, nos dois anos de pandemia, encontram-se fechados para o público ou para eventos, prejudicando o agricultor na busca por novos clientes. Nesse período, teve-se a permanência deste agricultor graças ao *coagricultor* já filiado há algum tempo, que permaneceu.

Partindo para a questão (P.18), que avalia se o agricultor pensa que as outras propriedades associadas à CSA utilizam a autonomia produtiva para implementar preços altos aos consumidores, a média desta questão foi de 1,3, com mínimo 0 (dificilmente) e máximo 4 (facilmente). Existe um consenso de que a outra propriedade associada não se utilizaria da autonomia que possui na estrutura da CSA, esta que permite fazer um somatório dos custos e ratear com os *coagricultores* e retirar o pró-labore do agricultor, como uma forma para exercer preços abusivos aos consumidores. Até porque ficaria nítido, pela transparência das informações, que essa CSA extrapola um valor considerado justo, tanto por meio do próprio *coagricultor*, que conseguiria facilmente acessar as redes sociais de outra CSA e fazer um comparativo de preço, como também das outras CSAs.

Em relação à questão (P.19), foi questionado se o agricultor pensa que as propriedades associadas à Rede CSA Brasília utilizam o movimento para pleitear políticas públicas e/ou incentivos governamentais. Essa questão teve uma variabilidade alta nas respostas, tendo uma média de 2,8, com mínimo de 0 (dificilmente) e apenas um respondente para o máximo de 7 (facilmente). Isso pode significar para os agricultores que a estrutura da CSA não a torna mais simplificada para pleitear políticas públicas, continuaria tendo que ter outras condicionalidades para atender os programas governamentais, como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas, durante algumas visitas de campo diretamente nas propriedades, foi observado um sistema de parcerias com alguns órgãos, como o WWF-Brasil e a UnB.

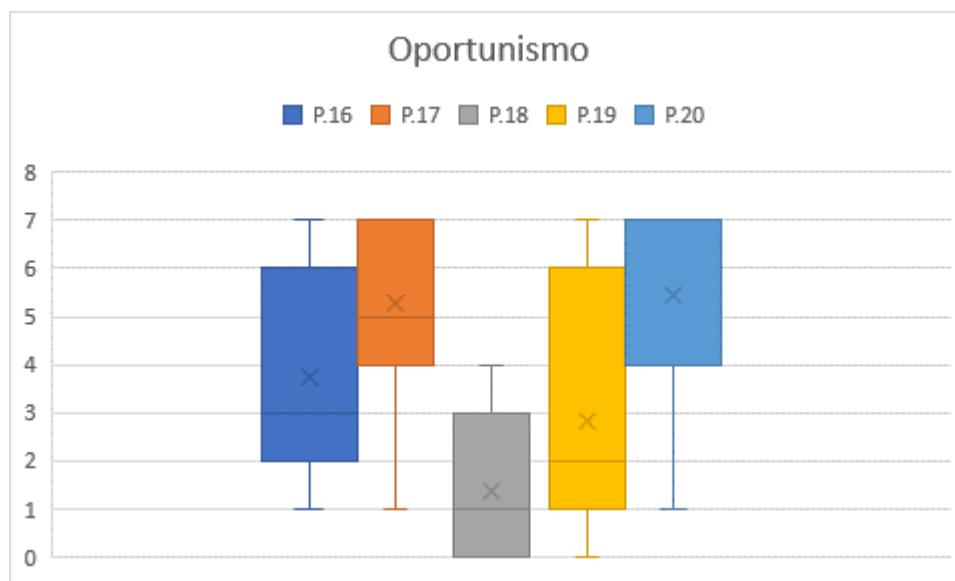
Na questão (P.20), foi perguntado em que medida o agricultor pensa que as outras propriedades associadas à Rede CSA Brasília buscam respeitar e seguir as regras e condicionalidades impostas pelo movimento. Esse questionamento teve uma média de respostas em torno de 5,4, com mínimo de 1 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente), tendendo a um consenso positivo de que as outras propriedades associadas também seguem os princípios do modelo da CSA, porém com uma ressalva em afirmar que todas as propriedades seguem os princípios.

Ao serem questionados pelo motivo da ressalva em relação às outras propriedades, em detrimento dos princípios, teve-se como resposta que existem alguns valores que não foram considerados por receio de perder aquele *coagricultor* associado, como o caso das comissões que deveriam ter no escopo de todas as CSAs, justamente para que o consumidor fosse um participante ativo, entendendo as dificuldades do agricultor e o auxiliando nos processos que pudessem facilitar a dinâmica da comunidade.

Outro ponto também relatado é que a CSA foi estabelecida para ter trocas de vivências, que o espaço de convivência fosse destinado a esse momento, de aproximar os integrantes para a formação de uma comunidade. Mas, em virtude também da pandemia, o ponto de convivência tem perdido esse intuito, sendo quase um local apenas de comercialização. Além disso, tem-se também a receptividade do *coagricultor* na propriedade para conhecer e ter um dia para saber a origem do alimento consumido, sendo que algumas unidades produtivas não proporcionam esse entrosamento com o *coagricultor*.

Dentre outros pontos declarados como motivos que ocasionam a reserva entre as unidades produtivas, destaca-se o desrespeito com o processo produtivo, ou seja, se respeita a sazonalidade, a variabilidade do plantio.

Gráfico 7 – Oportunismo na CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Embora haja ressalvas entre as unidades produtivas, seja pelo modo de plantio ou pelo gerenciamento da CSA, isso não retira o fato de as unidades entenderem que o agricultor associado ao modelo da CSA já possui um posicionamento diferente em relação à terra e ao consumidor, dessa forma, acredita-se que ações oportunistas não ocorreriam nas transações.

Nesse sentido, segue-se para a discussão do atributo da transação “frequência”, com a finalidade de complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada e do oportunismo, para, por conseguinte, criar uma visão geral dos pressupostos comportamentais nas transações da estrutura da CSA.

4.2.3 Frequência

O atributo da transação referente à frequência consiste na regularidade da transação e, quando recorrente, implica a construção de reputação. Destaca-se que houve certa complexidade ao longo do período em que estava sendo aplicada a pesquisa de campo, em que, durante as entrevistas, foi constatado que algumas CSAs que não faziam o uso do contrato por escrito, como descrito pela metodologia da estrutura da CSA, com períodos de seis meses ou um ano.

No Gráfico 8, é abordada a questão (P.21) que trata da frequência com que o *coagricultor* renova seu contrato por igual período, em que as questões estavam dispostas na escala de 0 (pouco frequente) a 7 (muito frequente). Houve uma divergência de respostas no que tange à frequência de renovação, tendo um média de 5, com mínimo de 0 (pouco frequente) e máximo de 7 (muito frequente), evidenciando que ocorre a permanência desse *coagricultor* na CSA, porém alguns deles utilizam o contrato como uma forma de mensurar se ocorre ou não a renovação. Já aqueles que não possuem contrato preferiram zerar ou colocar um valor médio, ou responderam favoravelmente à renovação, como apresentado na Tabela 7 – Frequência na Rede CSA Brasília (apêndice G).

Ao debater sobre o assunto, foi declarado pelos agricultores que não utilizam o contrato, pois, ao longo dos anos, observou-se não ser tão eficaz para o uso no dia a dia, já que aquele *coagricultor* que buscasse sair iria sair de qualquer forma. Então, não se conseguia ter um parâmetro de *coagricultores* que renovaram dentro daquele prazo o contrato.

Apesar disso, tem-se uma média daqueles consumidores ingressantes que permaneceram e se tornaram *coagricultores* permanentes, como se fosse um contrato contínuo sem renovação, apenas o cadastro inicial e a explicação do aviso prévio.

Na questão (P.22), sobre com que frequência o *coagricultor* “renunciante” volta a se associar à CSA, o intuito foi entender, a partir daquele *coagricultor* que se ausenta da estrutura da CSA, que acaba por optar por sair da rede, se esse indivíduo tende a voltar para a comunidade. Nesse caso, a média de resposta foi 3,2, com mínimo de 1 (pouco frequente) e máximo de 6 (muito frequente), corroborando o ideal de que o *coagricultor* que tende a entrar

na CSA normalmente entende a dinâmica de funcionamento, logo, aqueles que estabelecem contratos não buscam sair e retornar, ou seja, buscam permanecer na comunidade.

Contudo, ocorrem casos diversos, como relatado, por exemplo, na mudança da moradia, ocorrendo a saída do *coagricultor* da CSA, para ingressar em outra mais próxima da nova residência, ou quando ocorre a mudança do *coagricultor* para outro estado, saindo de vez da estrutura, mas, caso retorne ao estado, tende a restabelecer o contrato.

Outro caso apontado é a questão financeira, que ocorreu fortemente no período de pandemia, em que alguns *coagricultores* se abstiveram de continuar na rede devido às dificuldades financeiras. Entretanto, assim que conseguem uma estabilidade financeira, eles tendem a voltar. Por fim, aquele agricultor que entra na CSA e não entende como ela funciona de fato, ou acaba por se adaptar brevemente, ou sai e não retorna à estrutura.

Conforme os depoimentos de muitos agricultores, o *coagricultor* não é representado por qualquer consumidor, até porque se entende que não é um modelo convencional, em que se seleciona os alimentos que está comumente habituado a cozinhar e comer. Todavia, na estrutura da CSA, o consumidor se adapta à sazonalidade da produção agrícola e à sua produtividade.

Nas questões (P.23), (P.24) e (P.25), as informações obtidas seriam a consolidação dos dados com base naqueles produtores que aderem ao contrato escrito nas características da estrutura da CSA com prazos de seis meses ou um ano. Nesse sentido, àqueles que não possuíam contrato, foi atribuído no formulário como sendo “sem valor”, já que acabaria por zerar a questão, gerando uma distorção da informação. No entanto, na análise do Gráfico 8, pode-se observar que estão contidos os dados coletados nas observações que continham valores relacionados ao contrato.

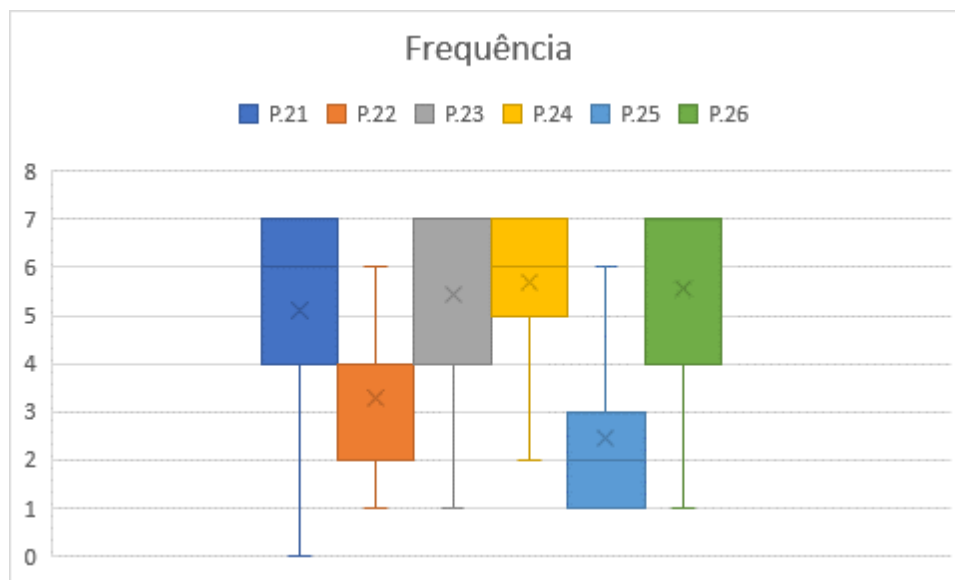
Na questão (P.23), é discutida a frequência com que o *coagricultor* estabelece um contrato de seis meses. Aquelas unidades produtivas que trabalham com o contrato de seis meses tiveram um média de respostas de 5,4, com mínimo de 1 (pouco frequente) e máximo de 7 (muito frequente). Já em relação à questão (P.24), a renovação do contrato de um ano obteve uma média de 5,6, com mínimo de 2 (pouco frequente) e máximo de 7 (muito frequente). Vale destacar que se observaram situações em que, na unidade produtiva que utilizava ambos os contratos, os *coagricultores* preferiram trabalhar diretamente com o prazo de um ano.

Na questão (P.25), foi abordado se os *coagricultores* questionavam o período do compromisso com a CSA. Nesse caso, obteve-se uma média baixa de 2,4, com mínimo de 1 (pouco frequente) e máximo de 6 (muito frequente), em que o período de vínculo estabelecido para as transações é de longo prazo, principalmente quando se analisa o produto transacionado,

hortifrúti. Contudo, as partes envolvidas entendem a extensão desse período e não tendem a questionar.

Por fim, a questão (P.26) apresentava a pergunta relacionada à frequência com que o *coagricultor* questiona a variedade dos produtos agrícolas oferecidos. Essa questão em específico foi interpretada de diversas formas, como sendo um questionamento por parte do *coagricultor*, de forma positiva, a busca por maior variedade, como também de forma negativa, como falta de produtos, tendo uma média de 5,5, com mínimo de 1 (pouco frequente) e máximo de 7 (muito frequente). Ao discutir essa questão com os respondentes, tem-se uma premissa muito positiva acerca dos questionamentos oriundos dos *coagricultores*, em que os agricultores buscam ouvir as sugestões de novos produtos e observar a viabilidade de produzi-los.

Gráfico 8 – Frequência na CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

A elevada frequência das transações realizadas com os *coagricultores* é o que mantém o pleno funcionamento da Rede CSA Brasília, seja pelo contrato de seis meses ou de um ano, ou até mesmo aqueles agricultores que utilizam apenas o aviso prévio, mas, independentemente da formalização, conseguem manter a continuidade das transações.

Na sequência, passa-se a discutir sobre o atributo da transação “especificidade dos ativos”, de modo a complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada, do oportunismo e da frequência, no sentido de expressar uma visão geral dos pressupostos comportamentais nas transações da estrutura da CSA.

4.2.4 Ativos específicos

A especificidade do ativo é descrita no questionário (apêndice B) como sendo “o investimento designado para aquele produto que tem uma finalidade especializada, que acaba, por consequência, não podendo ser alocado para outro uso. Assim, ativos específicos são aqueles ativos que não são reempregáveis, a não ser com perdas de valores”.

Na questão (P.27), foi abordado acerca dos equipamentos utilizados pelos agricultores no plantio em sua propriedade, se estes poderiam ser utilizados em outras atividades agrícolas. Conforme as informações contidas na Tabela 8 – Especificidade dos ativos na Rede CSA Brasília, esta traz os dados acerca das respostas: 0 (dificilmente) e 7 (facilmente). Nessa questão em específico, os agricultores tiveram um entendimento consensual de que poderiam se utilizar os equipamentos em outras formas de processos, já que o maquinário utilizado é comumente o trator.

Conforme o Gráfico 9, a média de respostas foi 5,6, com mínimo de 0 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente). Há de se esclarecer que ocorreu, de forma veemente entre os agricultores entrevistados, um consenso de que não haveria motivo para se alterar processos já adaptados na unidade produtiva. Compreende-se que, após alguns anos de experiência, os agricultores acreditam que alcançaram um nível bom de trabalho com a terra.

Em relação à questão (P.28), no que define a especificidade da terra, no que concerne se esta poderia ser utilizada de outra forma, houve uma média de 5,7, com mínimo de 0 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente), em que a terra poderia ser utilizada, no caso, em outra atividade agrícola.

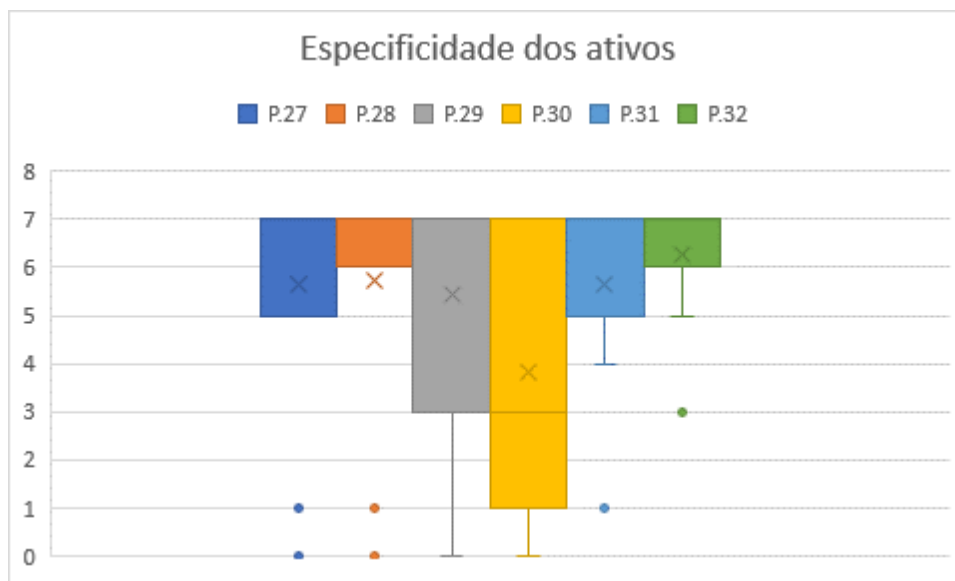
Na questão (P. 29), relacionada à utilização da mão de obra, se esta poderia ser utilizada de outra forma, em outra atividade agrícola, ou se esta mão de obra familiar seria adaptável para outras atividades fins, os resultados obtidos foram: média de 5,4, mínimo de 0 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente), tendo uma maior dispersão de respostas em relação às questões anteriores. Nesse sentido, os agricultores possuem um entendimento de que os anos e os aprendizados adquiridos, por cursos e/ou capacitações, tornaram a mão de obra preparada para o plantio e a utilização das técnicas que foram pretendidas.

A questão (P.30) relaciona-se a todo o processo do plantio, ou seja, a irrigação, o manejo da terra, a fertilização, entre outras técnicas. Nesse caso, houve uma dispersão das respostas, em que grande parte dos agricultores entende que atualmente se alcançou um estágio adequado de trabalho com a terra. A média de respostas foi de 3,8, com mínimo de 0 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente).

A questão (P.31) buscou entender se o agricultor observa no *coagricultor* reconhecimento e valorização pela associação da propriedade à Rede CSA Brasília. A média das respostas obtidas foi de 5,6, com mínimo de 1 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente), no que se entende que o agricultor observa que a busca do *coagricultor* pelo modelo da CSA é um fator importante, logo, a associação a uma estrutura como esta gera visibilidade e ganho de clientes.

Por fim, a questão (P.32) se relaciona com a questão anterior, buscando visualizar qual é a perspectiva do agricultor para com o *coagricultor*. Nessa questão, é levantado se o agricultor repara que o *coagricultor* associa a CSA a um padrão de qualidade. Obteve-se uma média de respostas de 6,2, com mínimo de 3 (dificilmente) e máximo de 7 (facilmente). O produtor percebe que, além de o *coagricultor* procurar sua propriedade por ser uma CSA, quase que especificamente, ele espera que ali haja alimentos orgânicos de boa qualidade. Contudo, relembra-se que o *coagricultor* entende as adversidades da sazonalidade e da produtividade da terra, entendendo as situações de ocorrência de imprevistos com os alimentos, seja esse chegando com um tamanho menor ou com aspectos diferentes.

Gráfico 9 – Especificidade dos ativos na CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Em relação à especificidade dos ativos, entende-se que os bens não são altamente específicos, podendo ser alocados para outra atividade ou mercado. Então, apesar de os agricultores entenderem que existe a possibilidade de outras formas de manejo e irrigação, uso do maquinário e da própria mão de obra, eles buscam se manter no modelo que alcançaram, por observarem um bom equilíbrio.

Nesse sentido, a seguir será apresentada a discussão do atributo da transação incerteza, de modo a complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada, do oportunismo, da frequência e da especificidade dos ativos, para, a seguir, criar uma visão geral dos pressupostos comportamentais nas transações da estrutura da CSA.

4.2.5 Incerteza

Para abordar o pressuposto incerteza na presente pesquisa, o termo foi apresentado da seguinte forma: “a incerteza está associada tanto à disponibilidade da informação quanto à probabilidade de ocorrência de eventos que exigem que as estruturas de governança se adaptem às turbulências do ambiente”. Essa questão está no conjunto do questionário que está contido no apêndice B desta dissertação. O compilado das respostas obtidas junto aos entrevistados encontra-se na Tabela 9 – Incerteza na Rede CSA Brasília, que está contida no apêndice G desta dissertação, e também está apresentado no Gráfico 10.

Na questão (P.33), é discutido acerca do repasse das informações relacionadas às formas de plantio para os *coagricultores*. Os resultados obtidos mostraram uma média de 6,2, com mínimo de 4 (pouco) e máximo de 7 (muito). Os agricultores demonstram haver um movimento forte em utilizar as informações que detêm acerca do plantio de forma transparente, com o intuito de preservar a boa relação com os *coagricultores*. Já que a relação é fundamentada na confiança, utilizar-se das informações é um fator determinante para que o *coagricultor* entre e se mantenha na CSA.

Na questão (P.34), relacionada ainda com as informações que são repassadas do agricultor para o *coagricultor*, foi perguntado acerca das informações que são repassadas semanalmente acerca dos produtos da semana, das quantidades, dos valores e dos horários. A média de respostas dos agricultores foi bem nivelada, pois obteve-se uma média de 7, com mínimo de 6 (pouco) e máximo de 7 (muito). Observa-se que os agricultores entendem que essa categoria de informação é vital para o bom funcionamento da CSA, de modo que os *coagricultores* tenham noção da produção da semana, dos produtos colhidos, da produtividade, bem como da situação climática, que pode desencadear alguma perda ou não. De tal forma, os agentes envolvidos nas transações entendem que todas as informações dentro da CSA relacionadas aos produtos são de suma importância, para aqueles que usufruem dela para o próprio consumo ou para a comercialização.

Ao conversar com os entrevistados acerca das informações repassadas aos *coagricultores*, eles entendem a comunicação como uma forma de manter os consumidores atualizados acerca do que ocorre na propriedade e como ocorrem a produção, a colheita, a

separação e a montagem das cestas. Um grupo de WhatsApp foi a forma que eles encontraram de repassar tudo que podem, seja por mensagens escritas, vídeos ou fotos, alcançando os *coagricultores* e mantendo-os atualizados do dia a dia da propriedade.

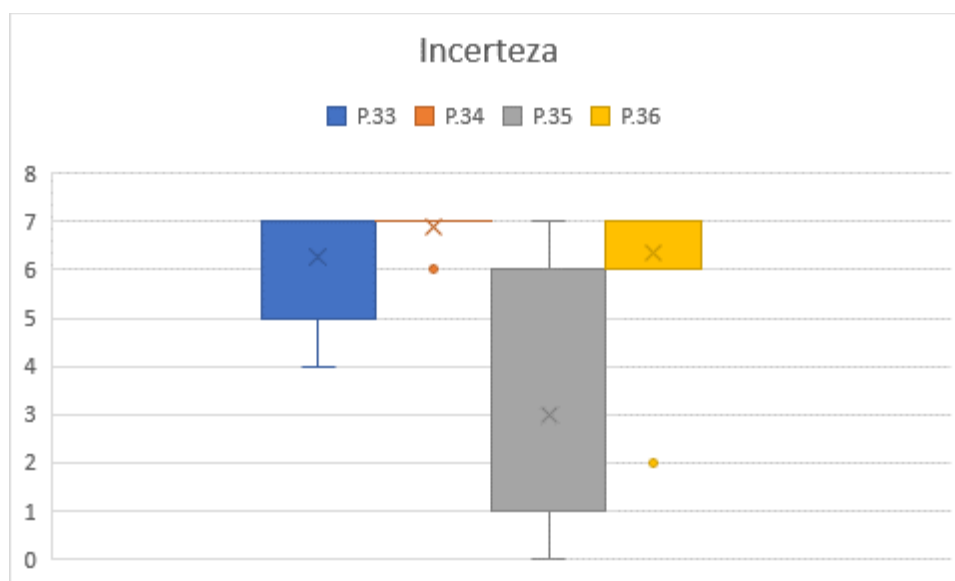
Nos pontos de convivência, que são locais destinados ao produtor e ao *coagricultor*, observa-se que os agricultores utilizam as redes sociais para manter também a interação comercial, interagindo como pessoas próximas, levando a uma relação amistosa. Muitos agricultores conhecem os seus clientes e suas respectivas famílias, como também as suas necessidades.

Na questão (P.35), foi discutida a relação dos agricultores com a instituição da Rede CSA Brasília, buscando entender se a rede informa aos agricultores acerca de mudanças normativas, gerenciamento financeiro, gerenciamento da produção ou qualquer informação sobre diretrizes para o bom funcionamento da unidade produtiva.

Em geral, os agricultores responderam 3, com mínimo de 0 (pouco) e máximo de 7 (muito). Notou-se que há uma situação divisora nesse caso: há aqueles agricultores que estão em conjunto com o movimento e, conseqüentemente, próximos à diretoria da Rede CSA Brasília, possuindo informações; há aqueles agricultores que possuem um contato com a associação e encontram outra forma de extrair informações; por fim, há aqueles que estão mais distantes dos núcleos administrativos da rede e acabam por não terem acesso a todas as informações.

Na questão (P.36), é discutida a transparência das informações acerca dos custos de produção, se isso facilita a comercialização das cestas. A média de respostas foi 6,3, com mínimo de 2 (pouco) e máximo de 7 (muito). Dessa forma, os agricultores entendem que essa divulgação do rateio das cestas é primordial e faz toda diferença, já que nela constam os valores que serão rateados pelos próximos seis meses com os *coagricultores*, evidenciando cada custo passado para o valor final da cesta.

Gráfico 10 – Incerteza na CSA



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Há um consenso em relação à importância da informação para fomento das questões ligadas à propriedade, ao plantio e à cesta da semana. Essa é a forma de abastecer o consumidor com dados do alimento que este consome e mantê-lo conectado com o produtor.

Nesse sentido, segue-se para a discussão da confiança, de modo a complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada, do oportunismo, da frequência, da especificidade dos ativos e da incerteza, para criar uma visão geral dos pressupostos comportamentais nas transações da estrutura da CSA.

4.2.6 Confiança

Tal aspecto é apresentado na literatura de *trust*, em que os custos de transação associados ao monitoramento podem ser reduzidos em situações especiais. Isso explica as organizações informais baseadas na confiança institucional, refere-se ao contexto social e organizacional em que os contratos estão envolvidos, em que não se calculam os riscos contratuais implícitos.

Na Tabela 10 – Confiança na Rede CSA Brasília (apêndice G), são compilados todos os dados referentes às respostas obtidas com as entrevistas. No Gráfico 11, é apresentada a primeira pergunta (P.37), que aborda o grau de confiança do agricultor na Rede CSA Brasil, a instituição de maior representatividade nacional no Brasil da estrutura da CSA. A média foi de 5,6, com o mínimo de 0 (não confiável) e o máximo de 7 (confiável). Ao discutir acerca desse assunto com os agricultores, pôde-se observar que a Rede CSA Brasil tem sua força nas redes sociais e como uma instituição que representa essa estrutura no Brasil, porém, essa não está

presente no dia a dia dos agricultores que estão representando a estrutura da CSA na área local, nos bairros, diretamente com o *coagricultor*.

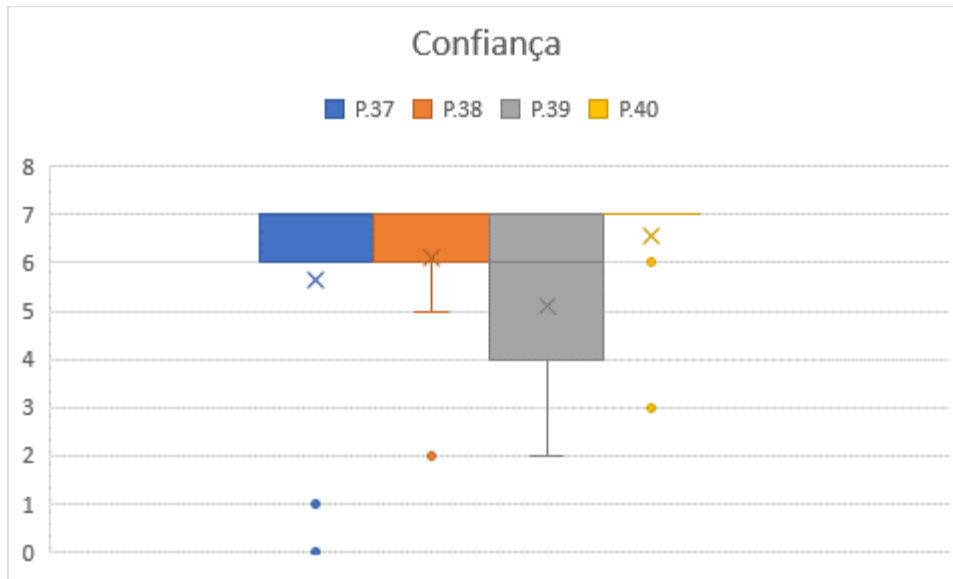
Entende-se que tanto a Rede CSA Brasil quanto a Rede CSA Brasília, descrita na questão (P.38), em que a média é 6, com mínimo de 2 (não confiável) e máximo de 7 (confiável), não correspondem a um grau de extrema confiança entre os participantes. O agricultor que gerencia a unidade produtiva e cria sua rede local com os seus *coagricultores* não vê o papel no dia a dia das redes nas suas diferentes instâncias, contudo, compreende como uma instituição confiável que trouxe o movimento para o Brasil, e, de alguma forma, esse modelo de cultivo chegou a esses agricultores.

Na questão (P.39), foi solicitado ao agricultor para expressar o grau de confiança nas outras propriedades associadas à Rede CSA Brasília. A média de respostas foi de 5, com mínimo de 2 (não confiável) e máximo de 7 (confiável). Diferentemente da confiança nas instituições, no quesito em relação às outras propriedades da rede, há outra sensibilidade, talvez pela maior proximidade, sabe-se mais sobre as outras propriedades e como elas trabalham no seu dia a dia. Por conta disso, ocorre uma maior análise da forma como o outro agricultor exerce seu trabalho, até porque ambos estão exercendo o mesmo nível de trabalho.

Na questão (P.40), foi levado esse grau de confiança no *coagricultor* associado à Rede CSA Brasília e, conseqüentemente, na unidade produtiva do produtor. A média de respostas foi 6,5, com mínimo de 3 (não confiável) e máximo de 7 (confiável). Assim, o agricultor demonstra o seu maior grau de confiança no *coagricultor*, aquele que é a parte que se relaciona com maior intensidade no seu dia a dia, ou seja, é o agente econômico que se relaciona diretamente com o agricultor, por meio do contrato, seja formal ou verbal. Trata-se do agente em quem o agricultor mais confia, por convívio e por saber como a relação já ocorre, tendo estabelecido a confiança através de várias transações. Por isso, a relação de maior confiança na rede CSA é entre o agricultor e o *coagricultor*. A relação entre os agricultores é quase marcada por traços de concorrência, em que exercem o mesmo nível de trabalho em locais próximos e em conflito pelo número de cotas. Em todas as questões levantadas acerca dos outros agricultores associados ao movimento, normalmente ocorre uma maior dispersão de respostas.

A confiança do agricultor para com as instituições já é de menor efeito, devido à distância latente entre o papel do agricultor, que se encontra no nível operacional da estrutura da CSA, e a diretoria administrativa do movimento, que age com o intuito de divulgar, coletar e promover a estrutura da CSA nos níveis estadual, regional e nacional.

Gráfico 11 – Confiança na CSA

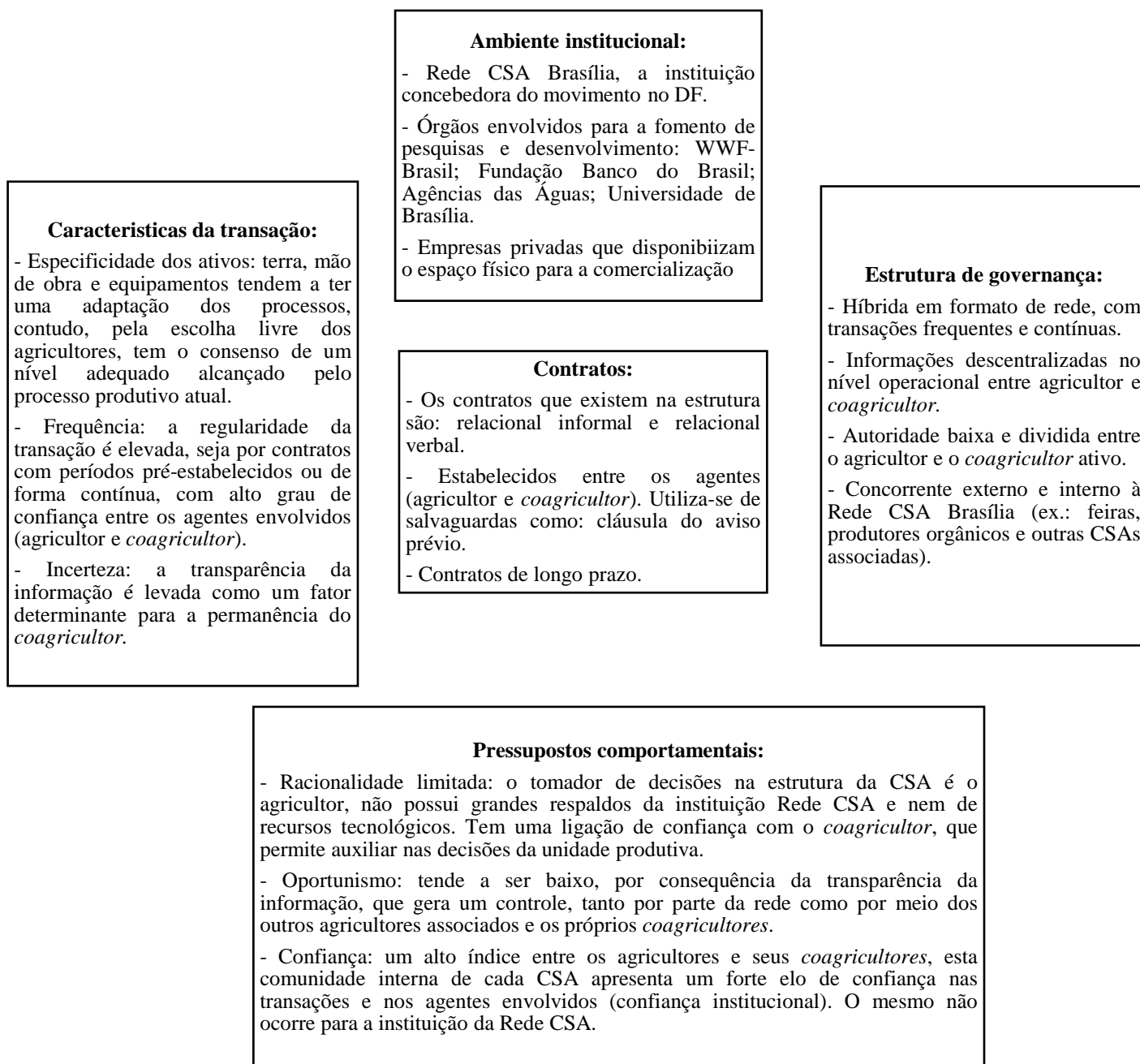


Fonte: elaboração da autora, 2021.

No Quadro 5, é delimitado um breve apanhado das características apresentadas dos pressupostos comportamentais e dos atributos das transações na estrutura da CSA, sintetizando os principais fatores que foram abordados nas seções deste capítulo. Trata-se de um modelo de mercado com uma estrutura híbrida que estabelece relações de longo prazo fundamentado na confiança institucional que se refere ao contexto social e organizacional em que os contratos estão envolvidos, mas com contratos que proporcionam menos incertezas e riscos futuros a ambas as partes.

Logo, existem salvaguardas determinadas conforme cada unidade produtiva, para consolidar uma relação de longo prazo benéfica a todos, seja para o consumidor participante, seja para a família de agricultores que produz organicamente perto de centros urbanos.

Quadro 5 – Síntese da estrutura de governança da CSA Brasília



Fonte: elaboração da autora com base na estrutura definida por Zylbersztajn (1985).

Na sequência deste capítulo, serão discutidas as influências dos pressupostos comportamentais nos custos de transação, de modo a complementar os resultados explanados acerca da racionalidade limitada, do oportunismo, da frequência, da especificidade dos ativos, da incerteza e da confiança.

4.3 INFLUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Nesta seção, são apresentadas as informações sobre os pressupostos comportamentais e os atributos das transações em cada CSA e como afetam o funcionamento destas, bem como a influência desses pressupostos e os atributos nos custos de transação. Assim, tem-se o intuito de responder ao terceiro objetivo específico delimitado nesta pesquisa, definido como: verificar a influência dos pressupostos comportamentais nos custos de transação da unidade produtiva.

Todos os dados referentes a cada CSA estão tabulados na Tabela 4 – Compilado da média dos pressupostos comportamentais por CSA, que se encontra no apêndice G desta dissertação. Dessa forma, cada unidade produtiva é representada graficamente, justamente para se fazer um comparativo dos pressupostos comportamentais não apenas de modo único, na estrutura da Rede CSA Brasília, mas visualizando o comportamento de cada unidade produtiva e do seu produtor conforme cada pressuposto.

Tem-se a CSA 1, que está na estrutura da Rede CSA Brasília há 4 anos. Com certa experiência com o modelo do movimento, ela ingressou no momento em que estava com maior força no Distrito Federal, participando das capacitações e dos cursos voltados para os produtores.

Como pode ser observado, a CSA 1 tem uma média alta, de 6 nos índices: racionalidade limitada, confiança e incerteza. Esses pressupostos atingidos são aqueles relacionados à autonomia da CSA, ao relacionamento com outras propriedades, à troca de informações com os *coagricultores* e os outros produtores associados ao movimento, como também ao grau de confiança na instituição CSA, nos níveis nacional e/ou regional.

Nesse quesito, a CSA 1 demonstrou um alto índice em confiança e relacionamento com as partes envolvidas nas transações, com as outras propriedades e com a rede em diferentes instâncias. Isso se deve ao fato de a CSA 1 ser uma representante da associação Aprospira, que trabalhou em função do movimento angariando novas unidades produtivas na região que produz.

Entende-se que é uma unidade produtiva que conhece e busca seguir os princípios da CSA na sua organização e percebe a dinâmica de funcionamento não só na sua propriedade, mas também nas outras associadas ao movimento, conseguindo observar a diferença existente antes e depois da transição para a estrutura da CSA.

Ao mesmo tempo, esta mesma CSA não observa um comportamento oportunista na estrutura pelas partes envolvidas nas transações, tendo uma média de 4 nas respostas relacionadas a esse comportamento, porém, entende-se que existem algumas CSAs que não têm contato direto e que podem agir fora dos princípios do movimento.

No pressuposto frequência, tem-se uma média 6, sendo que essa CSA não utiliza contratos, apenas a cláusula de aviso prévio para aqueles *coagricultores* que pretendem sair da comunidade. No pressuposto especificidade dos ativos, tem-se uma média 5, já que o agricultor entrevistado entende que a unidade produtiva chegou a um modelo de plantio consolidado, não visando alterações.

Contudo, avaliando pelo pressuposto, entende-se que poderia alterar o uso da terra, dos equipamentos e da mão de obra empregada na produção das cestas. Todavia, salienta que acredita que este modelo é o mais próximo do ideal para o pequeno agricultor familiar que cultiva de forma orgânica.

A CSA 2 é uma unidade produtiva associada ao movimento há cerca de 5 anos, estando em conjunto com aquelas CSAs que iniciaram o movimento. Ela está localizada em um núcleo rural de propriedades que fazem parte da rede. Ressalta-se que as maiores médias foram nos pressupostos: confiança, incerteza e especificidades dos ativos. Ao longo da entrevista com o agricultor, o qual não utiliza apenas a CSA como fonte de renda, nota-se que no pressuposto especificidade dos ativos há uma maior aceitação da adaptação da terra utilizada para o cultivo, em que poderia ser reutilizada para outras atividades agrícolas, como também nos pressupostos incerteza e confiança.

Observa-se uma unidade produtiva com um bom relacionamento, tanto com os seus *coagricultores* quanto com os agricultores de outras unidades produtivas associadas ao movimento. Em relação à confiança empregada no nível estratégico, níveis nacional e regional, a CSA não tem um estreitamento, entendendo-se que essas instituições estão ali para expandir o movimento, mas não auxiliam no dia a dia do produtor.

No entendimento do produtor, a racionalidade limitada e o oportunismo tiveram a mesma média, 5. Nesse sentido, pode-se afirmar que o produtor visualiza a importância de a unidade produtiva estar associada ao movimento, possibilitando um pouco de autonomia. Embora não para implementar preços abusivos e utilizar esse mecanismo para ganhar em cima do cliente, apesar de ser uma comunidade, essa rede só se refere ao agricultor e aos seus *coagricultores*, não sendo uma rede expansível para as outras unidades produtivas e a instituição Rede CSA Brasília.

No quesito frequência, este apresentou uma média 4, que se dá pelo uso de contratos entre as partes envolvidas, em que o agricultor expõe que o uso dos contratos de diferentes períodos gera uma frequência de renovação diferente. No caso, os *coagricultores* preferem a renovação do contrato de um ano.

A CSA 3 teve quatro pressupostos com médias similares (5), que foram: racionalidade limitada, confiança, incerteza e frequência. O produtor que gerencia a propriedade vem de família de produtores, sendo que esteve imerso na atividade agrícola por longos anos e buscou se associar à estrutura da CSA por volta de 5 anos atrás.

Ao longo da entrevista, pôde-se conversar bastante com o agricultor, que descreveu a CSA como um modelo ideal para um agricultor familiar com uma terra relativamente pequena, em que a estrutura da CSA é extremamente viável, pois possibilita ao produtor começar do zero, contudo, com recursos para investir no primeiro ciclo com auxílio daqueles clientes certos da compra.

Como já tem uma bagagem no mercado agrícola, é um agricultor que já possui certificação e não retira toda sua renda pelo escoamento da CSA, mas acredita que, se tivesse mais cotistas, conseguiria ficar apenas com a CSA, sendo mais vantajoso e com menos intermediários ao longo da cadeia.

Então, nos pressupostos analisados, é possível afirmar que a CSA possibilitou maiores autonomia e divisão de responsabilidades com as partes envolvidas e lhes ensinou a lidar melhor com os outros canais de escoamento, minimizando os números de intermediários e tentando ficar menos exposto ao mercado de hortifrúti/orgânicos, já que esse mercado sofre grandes flutuações de preço, além da exigência da certificação, que gera um custo fixo para mantê-la.

Por estar no mercado de hortifrúti, o produtor entende que existe uma autonomia nos processos produtivos no modelo da CSA, além da comunicação e também da relação direta estabelecida com os clientes. Assim, neste caso, torna-se inviável ter uma relação vantajosa para cima do *coagricultor*, em razão de esta unidade produtiva ter comissões bem participativas e presentes, tendo a transparência das informações. Vale destacar que não se observa o uso de contratos para estabelecer a negociação, apenas é utilizada a cláusula de aviso prévio para os *coagricultores* ingressantes.

Na CSA 4 apresenta uma unidade produtiva com 5 anos de atuação que utiliza apenas este canal para o escoamento da produção, sendo um centro voltado não apenas para o plantio, como também para o ensino da agroecologia e da permacultura.

Esta CSA, em específico, possui uma relação próxima com a diretoria da Rede CSA Brasília. Nos pressupostos: racionalidade limitada, confiança, incerteza e especificidades dos

ativos, a média foi a mesma, a máxima de 7, em que o agricultor representante da CSA tem muito clara a ideologia empregada pela estrutura da CSA, visto que os membros foram os que auxiliaram de fato no ingresso do movimento no Distrito Federal, contendo não só a ideia do plantio orgânico em agroflorestal, mas também práticas para uma alimentação melhor.

Observa-se, em uma CSA que está mais ligada à parte estratégica da rede, outro comportamento, além do entendimento ideológico, não apenas financeiro, pelo olhar do agricultor, mas a divulgação do movimento por meio das redes sociais e a participação maior em cursos e palestras que abordem o tema CSA. Também se verifica a utilização do espaço para o provimento de pesquisas acerca do solo, criando vínculos com outras organizações.

Nos pressupostos oportunidade e frequência, obteve-se a média 5, em que esta CSA não faz o uso do contrato escrito para o ingresso de novos *coagricultores* e o entendimento da confiança é levado mais sério, em razão de não ter comentado acerca do uso de alguma salvaguarda, como, por exemplo, o aviso prévio. A relação com os *coagricultores* é bem próxima, tentando diversas vezes levar o integrante para a região de plantio para ensinar alguns métodos de compostagem, visto que nesta CSA ocorre uma troca de lixos orgânicos entre o agricultor e o *coagricultor*.

No quesito oportunidade, pode-se dizer que ocorre um movimento contrário ao que é repercutido pelas outras unidades produtivas, em que se visualiza a ampla divulgação de informação como um alicerce forte de prevenção de ações oportunistas. Portanto, não há uma razão para tirar vantagem do *coagricultor*, devido ao fato de este ser o maior parceiro do processo produtivo.

Além de a CSA ser um movimento para aqueles agricultores que buscam esta forma de produção, já exercendo um papel de não visualizar apenas o ganho próprio, dado que, num modelo de agroflorestal, tem-se destinado o espaço para o plantio de outras culturas, não necessariamente aquela comercializada. Geraria mais trabalho para o agricultor tentar ganhar algo dentro dessa estrutura, principalmente seguindo os princípios implícitos no movimento, um *coagricultor* busca entrar na CSA sabendo o mínimo do que significa; logo, criando maior interesse, recorre às redes sociais que divulgam diversos dados que gerariam uma estranheza no *coagricultor*, caso houvesse atividades em desconformidades.

A seguir é possível visualizar os dados dos pressupostos comportamentais da CSA 5. Trata-se de uma unidade produtiva com 4 anos nesse formato, localizada em um núcleo rural com outras propriedades associadas ao movimento. Em relação aos pressupostos comportamentais, tem-se a confiança e a incerteza com média 6. Em relação à incerteza da

informação, o agricultor tenta mitigá-la com o uso de redes sociais e grupos, para compartilhar dados sobre o plantio e receitas dos produtos.

Também se evidenciou que o agricultor tem buscado aperfeiçoar a utilização da mão de obra familiar para o trabalho com a terra, capacitando o trabalhador para lidar com a produção orgânica e a agrofloresta, desenvolvendo o próprio *know-how*. Observa-se um adequado grau de confiança, quando comparado às outras unidades produtivas e às Redes CSA Brasil e Brasília, principalmente com seu *coagricultor*.

Pôde-se constatar também que existe um comportamento oportunístico na estrutura da CSA, já que não ocorre um monitoramento preciso e acaba que algumas unidades produtivas utilizam outros canais de escoamentos, como também não seguem diversos princípios da CSA, que seria uma forma, segundo o agricultor, de se aproveitar da estrutura para proveito próprio.

No entanto, visualiza-se a estrutura da CSA como a de mercado, em que ainda existem riscos ao agricultor, mesmo tendo o *coagricultor* com o contrato estabelecido, todavia, não significa a garantia de que este não irá sair, devido ao fato de o contrato ser facilmente transgredido. Dificilmente há um movimento unificado da comunidade para procurar solucionar os problemas do dia a dia do produtor, que fica a cargo de gerir a unidade produtiva com os seus *coagricultores*.

No caso da unidade produtiva CSA 6, ela conta com 5 anos de atividade nessa estrutura, tendo os seguintes pressupostos: racionalidade limitada, confiança, incerteza e especificidade dos ativos com a mesma média de 6. Vale ressaltar que o agricultor da respectiva unidade produtiva faz parte de um núcleo rural com algumas outras propriedades associadas ao movimento. Ao longo dos anos, o agricultor associado ao movimento conseguiu consolidar uma melhor qualidade de vida e conta com a renda toda provida pela comercialização das cotas.

Dessa forma, ele conseguiu utilizar a autonomia proporcionada para a implementação de novos métodos de plantio e a produção de culturas que não possuía o costume de produzir, como também a interação com o *coagricultor* proporcionou criar um vínculo para entender a necessidade do dia a dia do consumidor.

As incertezas das informações são baixas pelo nível de transparência implementado na estrutura da CSA. Os processos relacionados à terra e à utilização da mão de obra e de equipamentos foram aprimorados ao longo dos anos, como as atividades ligadas aos sistemas de adubação, irrigação e compostagem.

Embora não acredite que a estrutura da CSA e aqueles que aderem ao movimento se utilizem dos mecanismos para agir de má-fé, utiliza-se de contratos para o ingresso dos novos

coagricultores, com a renovação por períodos de seis meses e de um ano, tendo uma maior aceitabilidade aquele de um ano.

A CSA 7, descrita a seguir, possui 2 anos de atuação na estrutura e consegue tirar quase a totalidade da renda da comercialização das cotas. Os pressupostos confiança e incerteza tiveram média 7, tendo o entendimento da transparência da informação pela parte do agricultor perante o *coagricultor*, utilizando os recursos tecnológicos para divulgar formas de produção, período de colheita e montagem das cestas.

Segundo o entrevistado, há um grau de confiança naqueles agentes participantes da comercialização e em toda a rede, em seus diferentes níveis, contudo, como é relatado em uma das questões da racionalidade limitada, não encontra o apoio da Rede CSA Brasília para resolução dos problemas do dia a dia, ou mudanças normativas, ou qualquer assunto do interesse dos produtores.

A participação percebida pelo agricultor por parte da CSA é o auxílio na divulgação e o *marketing* por meio das redes sociais e dos *sites* da instituição. Segundo o produtor, a rede atinge diferentes públicos, mas, internamente, não tem um trabalho forte. Muitas vezes, em eventos e outras ocasiões, acabam sendo reveladas para um todo, não tendo uma distinção de produtor associado e o público geral. Por conta disso, muitas CSAs acabam recorrendo às comissões internas de *coagricultores* para criação da própria rede social para divulgação.

Apresentam-se a seguir as informações coletadas do informante da CSA 8, que tem uma atuação bem recente, por volta de um ano, uma das mais novas a ingressar no movimento. Os pressupostos racionalidade limitada, confiança e incerteza atingiram a média 7, em que o agricultor visualiza o modelo da CSA como uma forma de produção viável e de confiança em todos os níveis de atuação, tanto operacional quanto estratégica, conseguindo observar uma transparência na divulgação das informações.

Os *coagricultores* tendem a renovar o contrato com frequência, e aqueles que se retiram da comunidade dificilmente tendem a retornar. Não se consegue visualizar uma ação oportunística daquelas unidades produtivas associadas ao movimento, já que foi uma forma encontrada pelo produtor de conseguir uma melhor qualidade de vida e produzir sem ter perdas dos produtos, atingir um salário todo mês, além de o valor da produção ser pago de forma adiantada.

Em relação à especificidade dos ativos, o agricultor entende que a mão de obra, os equipamentos, a terra e a forma de produção não deveriam ser alterados, em razão de acreditar que encontrou um ideal de produção orgânica no espaço destinado, conseguindo ter uma adequada variabilidade de culturas e produtividade para abastecer as cestas.

A CSA 9 está atuando há 3 anos nesse modelo. Trata-se de uma propriedade que interage e busca se desenvolver sempre, seja pela abertura para estudos da terra ou auxílio no gerenciamento pelas comissões.

Por isso, no pressuposto da especificidade dos ativos, o informante atribuiu média 7, podendo ocorrer mudanças na forma de plantio, apesar de atualmente ter uma produtividade adequada, mas, ao longo dos anos de dedicação à terra, chegou a trabalhar com diversos métodos de irrigação, adubação e manejo, e explicou que o cuidado com a terra é um caminho de constante aprendizado.

O informante não vê os agricultores que recorrem à estrutura da CSA como produtores que busquem apenas obter lucro, mas que compreendem a CSA como um mecanismo no mercado agrícola que visa favorecer as partes envolvidas na transação. Logo, o agricultor busca conquistar mais cotas para utilizar a sua terra de forma total, tendo uma relação de ganha-ganha.

Na CSA 10, tem-se uma unidade produtiva com apenas um ano de atuação. Conforme se pode observar a média foi baixa nos pressupostos comportamentais, ficando em torno de 2 e 3. A entrevista com o representante dessa propriedade foi respondida de forma *online*, por isso se acredita que o respondente talvez não tenha tido um entendimento adequado do questionário e da escala implementada. Contudo, pôde-se constatar ser uma unidade produtiva pequena, localizada numa região em que não há outras CSAs. Trata-se de um agricultor com uma idade mais elevada, que retira 50% da renda pela estrutura da CSA.

O informante da CSA 10 respondeu à frequência com um maior domínio, destacando que é implementado o contrato com os dois períodos, seis meses e um ano, no caso, talvez pelo tempo de atuação, tendo maior renovação com contratos de menor período.

No quesito da confiança, não é expresso um grau elevado pelas outras unidades produtivas e nem pela rede de forma geral, apenas pelos *coagricultores*. Acredita-se que essa CSA ainda está em fase de implementação, tendo esse tempo de adaptação e formação de relação com outras unidades produtivas associadas, como também capacitação e treinamento.

A CSA 11, que tem cerca de 2 anos de atuação e está localizada numa região de outras unidades produtivas. O agricultor entrevistado tem um tempo de atuação que muda conforme o setor empregado; ele acabou retornando para a atividade agrícola por conta da aquisição da terra. A estrutura da CSA o surpreendeu ao encontrar um mecanismo de produção financiado, que proporciona ao produtor familiar trabalhar e receber.

Ao longo da entrevista, foram discutidos alguns pontos importantes. A estrutura da CSA ensina uma nova forma de produzir, proporcionando ao agricultor ter um contato com o seu

cliente final, mas não apenas um contato, também se estabelece um relacionamento, em que um entende a necessidade do outro e vice-versa.

Difícilmente, o agricultor que consegue suprir suas necessidades com essa estrutura, atingindo um número viável de cotas em função do tamanho da terra, buscará outros canais para escoar sua produção, então o agricultor valoriza essa comunidade que ele cria com os seus *coagricultores*. Por criar esse elo com o *coagricultor*, ele pensa que não há a necessidade do contrato, por entender o impacto que a cota tem na repartição dos custos para todos; logo, aquele que busca sair tem um motivo que normalmente não tem ligação com os produtos ou a qualidade do serviço.

Após a análise das informações coletadas das CSAs de forma unificada, tem-se a média das 11 observações em cada pressuposto e atributo, visando exibir, de modo geral, a estrutura da rede, conforme Tabela 4 – Compilado da média dos pressupostos comportamentais por CSA, apresentada no apêndice G desta dissertação.

A racionalidade limitada, a especificidade dos ativos, a incerteza e a confiança estão com médias bem similares, entre 5 e 6, em que, pela visão do agricultor que forma a Rede CSA Brasília, independentemente do tamanho, do formato da sua comunidade, da relação com seus *coagricultores*, tem-se a confiança como o pressuposto de maior relevância, com uma média de 5,84. Como já foi discutido anteriormente, observa-se que esse índice é o de maior destaque em função da relação entre o *coagricultor* e o agricultor, em si, a comunidade interna desenvolvida.

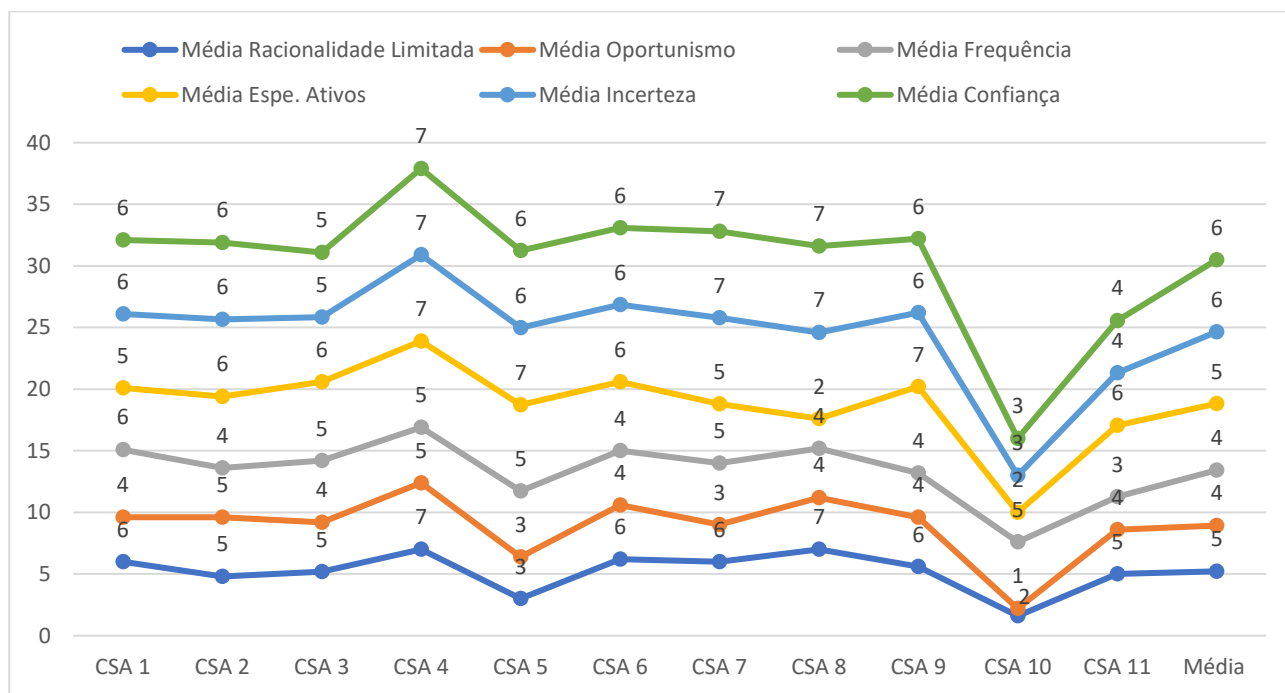
A incerteza, com média de 5,64, é apresentada como um fator gerador da confiança, em razão da transparência da informação trocada entre os agentes participantes da transação, o mesmo não se aplica quando a informação é colocada no nível da rede e o agricultor ou entre as unidades produtivas. No índice especificidade dos ativos, com média de 5,42, tem-se um consenso de que existem outras formas para trabalhar a terra, ou utilizar os equipamentos e a mão de obra, contudo, os agricultores se encontram de certa forma satisfeitos como o modelo de plantio desenvolvido em conjunto com a CSA.

A racionalidade limitada, com média de 5,22, demonstra os agricultores analisando as escolhas de forma prudente em meio a situações problemáticas, como o caso da pandemia, optando racionalmente pelos melhores meios para determinados fins.

Na questão da frequência, a média foi de 4,57 e teve uma distinção nas respostas pelos que utilizam ou não contratos, embora pelo intuito do índice a frequência de ocorrência das transações seja elevada, ocorrendo semanalmente por longos anos.

No oportunismo, com a média menor em comparação aos outros índices, sendo 3,73, tem-se que na estrutura da CSA no convívio direto entre os *coagricultores* e o agricultor pouco se imagina uma relação oportunística, de fato, o compromisso firmado entre ambas as partes possibilita a construção de uma comunidade que consegue trabalhar seus objetivos, o agricultor com seu salário e o *coagricultor* com sua alimentação orgânica, sem grandes flutuações do preço e sabendo a origem do produto.

Gráfico 12 - Média dos pressupostos comportamentais na estrutura da Rede CSA Brasília



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Na Tabela 1, estão contidos os dados para a inferência da tendência do custo de transação na estrutura da rede CSA, com base na metodologia da dissertação *Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no oeste de Santa Catarina*, do autor Maycon Noremberg Schubert (SCHUBERT, 2012).

Conforme descrito no capítulo metodológico desta dissertação, capítulo 3, o índice varia de 0 a 7, conforme a escala de diferencial semântico utilizada, em que se considera que os valores menores que 4 tendem a apresentar um custo de transação elevado, enquanto os valores acima de 4 tendem a apresentar um custo de transação menor.

Onde a escala tende ter um resultado de relação inversa, não significando que abaixo de 4 signifique a tendência de minimizar os custos, ou seja, a relação é quanto maior o índice na escala, significa a tendência de minimizar os custos atrelados as transações.

É realizado o somatório dos pressupostos comportamentais por CSAs que configura a soma de todos os índices, seguindo a metodologia segundo Schubert (2012), o somatório geral é dividido pelo número de participantes (11), multiplicado pelo número de questões aplicadas (27).

No caso apresentado abaixo, foi realizado o somatório de 27 questões totais, retirando do todo as questões na qual não se aplicava o questionário, no caso seria na seção de perguntas relacionado a frequência das transações, onde ocorreu uma abstenção das repostas, por não se aplicar, já que não se utilizava o contrato na forma questionada.

De modo geral, as unidades produtivas associadas à Rede CSA Brasília compõem uma estrutura que tende a proporcionar um menor custo de transação, com o índice de 5,29. Essa informação demonstra que o custo de transação configurado na estrutura da Rede CSA Brasília acaba proporcionando aos agricultores vinculados ao modelo um menor custo ao comercializar por meio dessa estrutura.

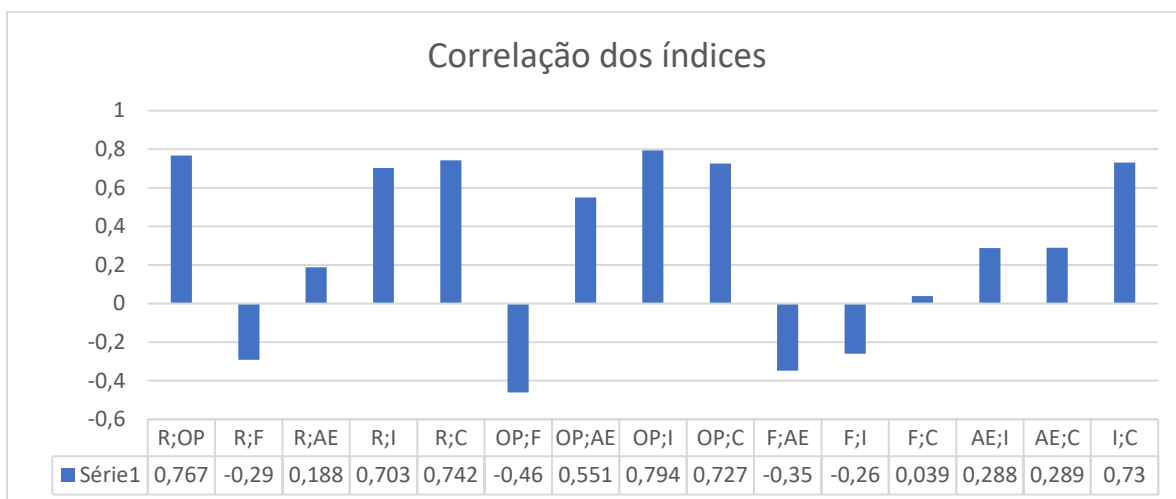
Tabela 1 – Somatório dos índices dos atributos e pressupostos agregados ao índice dos custos de transação na estrutura da Rede CSA Brasília

	Geral CSA	CSA 01	CSA 02	CSA 03	CSA 04	CSA 05	CSA 06	CSA 07	CSA 08	CSA 09	CSA 10	CSA 11
R	287	30	24	26	35	15	31	30	35	28	8	25
Op	205	18	24	20	27	17	22	15	21	20	3	18
F	217	17	23	15	14	22	29	32	20	24	31	8
AE	358	32	34	39	42	42	35	31	12	42	13	36
I	248	23	24	19	28	22	24	22	24	22	18	22
C	257	24	25	21	28	25	25	28	28	24	12	17
Σ	1572	144	154	140	174	143	166	158	140	160	85	126
Nº participante												
*	297											
Nº questões												
CT	5,29											

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Em conformidade com a Tabela 1 e seu resultado, elaborou-se o Gráfico 13, demonstrando os fatores geradores do índice, em que a correlação de maior impacto é em detrimento dos índices: oportunismo e incerteza (OP; I = 0,794), em que as ações oportunistas na CSA são consideradas pelos agentes participantes de baixo grau de ocorrência, em virtude da transparência das informações trocadas entre os participantes da transação. Isso decorre do fato de proporcionar uma maior confiança entre as partes, em consequência do baixo grau de ações oportunistas (OP; C = 0,727). Adaptando a construção da rede de *coagricultores* em consenso com a estrutura da rede CSA, desencadeia-se uma melhor possibilidade para o agricultor familiar, em um mercado sem intermediários. Em função disso, há menos incertezas na transação (R; I = 0,703) e, conseqüentemente, menos ações oportunistas (R; OP = 0,767).

Gráfico 13 – Correlação dos índices pressupostos e atributos da transação na estrutura da Rede CSA Brasília



Fonte: elaboração da autora, 2021.

Logo, o baixo índice de ações oportunistas correlacionado a um alto índice de confiança nas transações e nos agentes envolvidos proporciona uma tendência de baixos custos de transação, em razão de menores incertezas em detrimento da simetria da informação entre aqueles que buscam manter a comercialização desses produtos além de uma simples transação, perpetuando as trocas na rede formada por agricultores e *coagricultores*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi possível caracterizar os agricultores e suas respectivas unidades produtivas, verificar os pressupostos comportamentais e os atributos da transação e, por fim, inferir acerca da influência nos custos de transação. Na sequência, serão abordadas as principais conclusões do estudo alinhadas aos objetivos norteadores, serão debatidas sugestões e aspectos observados durante o processo de pesquisa de campo nas unidades produtivas e nos pontos de convivência, visando contribuir com o modelo da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) do Distrito Federal. Também se apresentam as limitações do trabalho, além de novos questionamentos e sugestões para pesquisas futuras.

5.1 CONCLUSÕES DO ESTUDO

O presente trabalho buscou entender a dimensão da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no contexto do Distrito Federal. Esta comunidade que é caracterizada pela presença das mulheres na liderança do movimento, além do uso de pequenas parcelas de terras na região periurbana do Distrito Federal, para a promoção de cestas para a rede de *coagricultores*, significando a renda de 85% das famílias entrevistadas.

A mão de obra é majoritariamente familiar, com presença de 64%, com um aspecto não apenas de conhecimento empírico repassado por gerações, mas, a busca por capacitações e instrução para lidar com melhores práticas agrícolas, conforme a demanda do consumidor.

Evidencia-se que existe um modelo de agricultura alternativa testado e que vem se espalhando pelo Distrito Federal, de modo que pode ser vantajoso ao pequeno agricultor com uma unidade produtiva perto de um centro urbano, por não precisar de intermediários para realizar a comercialização de alimentos orgânicos.

Segundo o trabalho de Ferrão (2021), é importante salientar que no contexto do Distrito Federal o perfil produtivo do agricultor periurbano é marcado pela produção de forma orgânica e agroecológica. Dessa forma, alinhado com o que a CSA propõe aos agricultores da região, uma transição agroecológica em formato de cadeia curta, propiciado pela própria geografia espacial do DF.

Sincronizados com o que os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2): “Fome Zero e Agricultura Sustentável” tem proposto em sua Agenda, que é a sustentabilidade dos atuais sistemas agrícolas e alimentares, com o intuito de alcançar a segurança alimentar e nutricional sustentável. Outro ponto importante nesse contexto é o processo de urbanização, o que gera um aumento na demanda por produtos próximos a região urbana (IFAD, 2016).

A fim de apresentar as principais conclusões do estudo, retorna-se aos objetivos norteadores desta pesquisa, para visualizar o que foi elucidado com o trabalho e o que ainda necessita de mais estudos. O ponto principal discutido na dissertação seria se, na estrutura de governança da CSA, os pressupostos comportamentais e os atributos das transações poderiam ser minimizadores dos custos de transação.

Portanto, ficou evidenciado que, na estrutura de governança proporcionada pelo modelo da CSA, os pressupostos comportamentais e os atributos compartilhados tendem a minimizar os custos das transações aos agentes envolvidos. Isso possibilita que o agricultor crie sua própria rede de consumidores, configurando uma comercialização única, embasada nos princípios impostos pelo modelo da LSPPC da Rede internacional URGENCI. Embora os agricultores consigam um financiamento da produção, eles também permitem ao consumidor uma possibilidade de participar do processo produtivo, de uma forma mais democrática.

O modelo ainda é recente no Distrito Federal e passa por adaptações possibilitadas pela autonomia do agricultor, como é o caso dos contratos. Também se observam, em alguns casos, a existência e o uso do documento físico para a consolidação do acordo, mas, como ficou retratado, algumas unidades produtivas não fazem o uso por maior praticidade, já que, no contrato relacional, seja escrito ou verbal, a ideia transmitida seria a mesma, um acordo recorrente embasado na confiança entre o agricultor e o *coagricultor*, para cumprirem os seus compromissos.

Assim, as transações não são marcadas pelas ações oportunistas dos agentes, já que possuem uma relação benéfica para ambas as partes: os agricultores possuem uma estabilidade de renda e o consumidor possui uma estabilidade nos preços e na qualidade dos hortifrúteis.

Apesar de existir essa relação, ela não é clara para as partes, uma vez que o agricultor ainda tem o receio de perder o consumidor que procura o modelo da CSA, devido ao fato de existirem algumas condicionalidades a serem aceitas, como: introdução de novos alimentos na dieta, retirada das cestas em horários específicos, além de preparar alimentos que fogem do convencional. Essa demanda por novos consumidores e pela permanência dos *coagricultores* se dão em virtude de existir uma produção que excede o número de cotistas, não tendo o aproveitamento total da terra.

Como discorrido no capítulo de resultados, o agricultor familiar se satisfaz com o modelo CSA e busca segui-lo, não vendo a necessidade de mudar as formas de plantio e manejo da terra. O agricultor entende que não precisa da validação de terceiros para comercializar os seus produtos orgânicos por um preço justo ao consumidor e receber pelo trabalho executado ao longo do ciclo produtivo. Ele busca interagir e suprir as informações relativas ao cultivo aos

seus *coagricultores*, para que se evite a descrença naquele produto que possui uma característica oculta, não tangível. Logo, o ponto de maior destaque na dissertação foi elucidar que, de fato, a confiança é um fator determinante nas transações incorridas nas unidades produtivas, quando se considera a transação existente entre o agricultor e o *coagricultor*.

Dessa forma, a confiança está ligada diretamente com as baixas ações oportunísticas, que desmembram na opção de ter um acordo ou não. A CSA não precisa definir salvaguardas superiores a um contrato relacional, mas existe o aviso prévio para o consumidor, para que o rateio dos custos não fique prejudicado. Caso ocorra, a rede pode se readaptar e ajustar novamente os custos para todos, minimizando os possíveis prejuízos. Isso só é possível devido à transparência dos custos da produção, que coloca a par os agentes do que ocorre naquela unidade produtiva, possibilitando uma melhor tomada de decisões acerca dos problemas enfrentados.

A continuidade dessas unidades produtivas que consolidam o movimento da Rede CSA Brasília se dá principalmente pela contribuição e pela permanência desses *coagricultores*. A dificuldade enfrentada nesses anos de pandemia ocasionou uma baixa oferta de novos consumidores que possibilitariam o fomento da rede.

Na próxima seção, são apresentadas sugestões para a CSA do Distrito Federal.

5.2 SUGESTÕES PARA A CSA NO DISTRITO FEDERAL

As unidades produtivas analisadas nesta pesquisa apresentaram um comportamento diferente do imaginado no início do estudo. Acreditava-se que elas possuíam um modelo de rede em aspectos maiores, no sentido de a Rede CSA Brasília gerenciar e coordenar as demais unidades produtivas, e que estas conseguiram interagir de uma forma mais fluida. A necessidade da instituição Rede CSA Brasília é fundamental como um mecanismo de coordenação geral da rede, auxiliando tanto em problemas individuais como em problemas macros da instituição.

O modelo instituído no Distrito Federal é recente e possui dificuldades a serem enfrentadas, como o estímulo ao aumento de *coagricultores*. As unidades produtivas encontradas acabam por comercializar em locais próximos, o que ocasiona um relacionamento competitivo e não cooperativo entre elas, já que, para o sustento da família, necessitariam de um número adequado de *coagricultores* filiados. Nessa perspectiva, se a oferta diminui, os agricultores acabam por escolher outro canal de escoamento ou se retiram do modelo da CSA, mesmo que este possibilite uma qualidade de vida melhor.

Trabalhar como uma rede organizada no Distrito Federal possibilitaria dividir estrategicamente as unidades produtivas em regiões administrativas, alcançando um maior

número de pontos de convivência. Assim, aqueles moradores que têm interesse em participar do modelo conseguiriam encontrar com maior facilidade os pontos, por conta da melhor distribuição. E aquele agricultor que busca escoar sua produção total pelo modelo da CSA também conseguiria, por ter mais acesso a possíveis consumidores. Em consequência, a alta demanda dos consumidores pelos produtos de uma CSA possibilitaria o crescimento e a estabilidade do modelo no Distrito Federal.

Na próxima seção, são apresentadas as limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A limitação do trabalho está ligada ao fato de o entrevistado ser necessariamente o agricultor responsável pela unidade produtiva, o que se restringe a uma visão do modelo apenas pelo aspecto do agricultor.

Para um trabalho futuro, sugere-se entrevistar também os *coagricultores* e os gestores ligados à coordenação da Rede CSA Brasília, para que seja possível compreender a rede em sua completude. Com isso, poder-se-ia ter uma visão acerca do consumidor que busca ingressar na rede e uma visão do ambiente institucional, ao abordar os membros da instituição em nível estadual (Distrito Federal) e até mesmo buscar um olhar no âmbito nacional (Brasil).

REFERÊNCIAS

- ADAM, K. L. **Community supported agriculture**. Butte, EUA: ATTRA-National Sustainable Agriculture Information Service, 2006.
- AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- BARROS, G. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2007.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BLOCK, F. L. **Postindustrial possibilities: a critique of economic discourse**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- BLOEMMEN, M. *et al.* Microeconomic degrowth: the case of community supported agriculture. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 112, p. 110-115, 2015.
- BORSELLINO, V.; SCHIMMENTI, E.; BILALI, H. E. Agri-food markets towards sustainable patterns. **Sustainability**, Basel, v. 12, n. 6, [art.] 2193, 2020.
- BOUGHERARA, D.; GROLLEAU, G.; MZOUGH, N. Buy local, pollute less: what drives households to join a community supported farm? **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 68, n. 5, p. 1488-1495, 2009.
- CALEMAN, S. M. Q. **Falhas de coordenação em sistemas agroindustriais complexos: uma aplicação na agroindústria da carne bovina**. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CECHIN, A.; ARAÚJO, V. S.; AMAND, L. Exploring the synergy between Community Supported Agriculture and agroforestry: institutional innovation from smallholders in a Brazilian rural settlement. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 81, p. 246-258, 2020.
- CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal**: 2017. [Brasília, DF]: CODEPLAN, 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- CSA BRASIL. **Comunidades que sustentam a agricultura: da cultura do preço para a cultura do apreço**. [S. l.]: CSA Brasil, [©2020]. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 26 dez. 2020.
- CSA BRASÍLIA. **Participe!** [S. l.]: CSA Brasília, [©2020]. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com/>. Acesso em: 26 dez. 2020.
- COASE, R. H. The nature of the firm. **Economics**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov.

1937.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

ERNST, M.; WOODS, T. **Community supported agriculture**. Lexington: University of Kentucky Department of Agricultural Economics, 2013.

FARINA, E. M. M. Q. Organização industrial no agribusiness. *In*: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos: indústria de insumos: produção agropecuária: distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. cap. 3, p. 39-57.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FERRÃO, F. R. **Agricultura periurbana no Distrito Federal frente aos aspectos agroecológicos**. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, maio 2021. (Texto para Discussão, n. 77).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, R. E.; LIEBERMAN, M. **Microeconomia**: princípios e aplicações. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012.

HINRICHS, C. C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 16, n. 3, p. 295-303, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. [Base de Dados SIDRA]. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?loalidade=53. Acesso em: 2 nov. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 2 nov. 2021.

IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. **Rural development report 2016**: fostering inclusive rural transformation. Rome: IFAD, 2016.

JOAA - JAPAN ORGANIC AGRICULTURE ASSOCIATION. **What is organic agriculture?** Tokyo: JOAA, 1993. Disponível em: <https://www.1971joaa.org/%E6%9C%AC%E4%BC%9A%E3%81%AB%E3%81%A4%E3%81%84%E3%81%A6/about-us/about-us-html/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 517-538, out. 2018.

LIMA, S. K. *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2020. 52 p. (Texto para Discussão, 2538).

MANKIW, N. G. **Introdução à economia.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

MOELLERS, J.; BÎRHALĂ, B. Community Supported Agriculture: a promising pathway for small family farms in Eastern Europe? A case study from Romania. **Landbauforschung: Applied Agricultural and Forestry Research**, Braunschweig, v. 64, n. 64, p. 139-150, 2016.

PASCUCCI, S. Governance structure, perception and innovation in credence food transactions: the role of community networks. **Proceedings in Food System Dynamics**, Bonn, v. 3, p. 647-660, 2010.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político.** 2017. 238 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SAMOGGIA, A. *et al.* Community supported agriculture farmers' perceptions of management benefits and drawbacks. **Sustainability**, Basel, v. 11, n. 12, [art.] 3262, 2019.

SANTOS NETA, M. C.; SCHULTZ, G.; SOUZA, M. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): representa uma tendência de transição do sistema agroalimentar? **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 19, n. 1, p. 169-190, jan./mar. 2022.

SALES, P. C. M. *et al.* Comunidades que sustentam a agricultura (CSAs): produção orgânica integrada e escoamento de produtos. **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 19, n. 1, p. 191-214, jan./mar. 2022.

SCHUBERT, M. N. **Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no oeste de Santa Catarina.** Porto Alegre. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TORRES, C. L. **Comunidade que Sustenta a Agricultura:** a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

UNITED NATIONS. **Transforming our world:** the 2030 agenda for sustainable development; resolution adopted by the General Assembly on 25 september 2015. New York: United Nations, 2015.

URGENCI. **International network.** [France]: The International CSA Network, [©2021]. Disponível em: <https://urgenci.net/our-network/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations.

The Journal of Law and Economics, Chicago, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Strategizing, economizing, and economic organization. **Strategic Management Journal**, Hoboken, v. 12, n. S2, p. 75-94, 1991.

WOODS, T.; ERNST, M.; TROPP, D. **Community supported agriculture: new models for changing markets**. Washington, DC: United States Department of Agriculture, Agricultural Marketing Service, 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. *et al.* Governance structures and agribusiness coordination: a transaction cost economics based approach. **Research in Domestic and International Agribusiness Management**, Greenwich, v. 12, p. 245-310, 1996.

ZYLBERSZTAJN, D. Economia das organizações. *In*: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos: indústria de insumos: produção agropecuária: distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000. cap. 2, p. 23-38.

Bibliografia Consultada

BIRTALAN, I. L. *et al.* Community supported agriculture as a driver of food-related well-being. **Sustainability**, Basel, v. 12, n. 11, [art.] 4516, 2020.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2012.

DAVID, M. L.; GUIVANT, J. S. Além dos supermercados: novas estratégias no mundo dos alimentos orgânicos no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 44, p. 87-116, 2020.

DOROW, R. **Coordenação e governança**: um estudo de caso na cadeia de malacocultura da grande Florianópolis. 2013. 236 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HAYDEN, J.; BUCK, D. Doing community supported agriculture: tactile space, affect and effects of membership. **Geoforum**, Oxford, v. 43, n. 2, p. 332-341, 2012.

PINTO, M. E. M. *et al.* Alimentação saudável: prevenindo a síndrome metabólica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 944-954, 2016.

PIVOTO, D. **Governança cooperativa**: uma análise dos problemas oriundos dos direitos de propriedade difusos nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

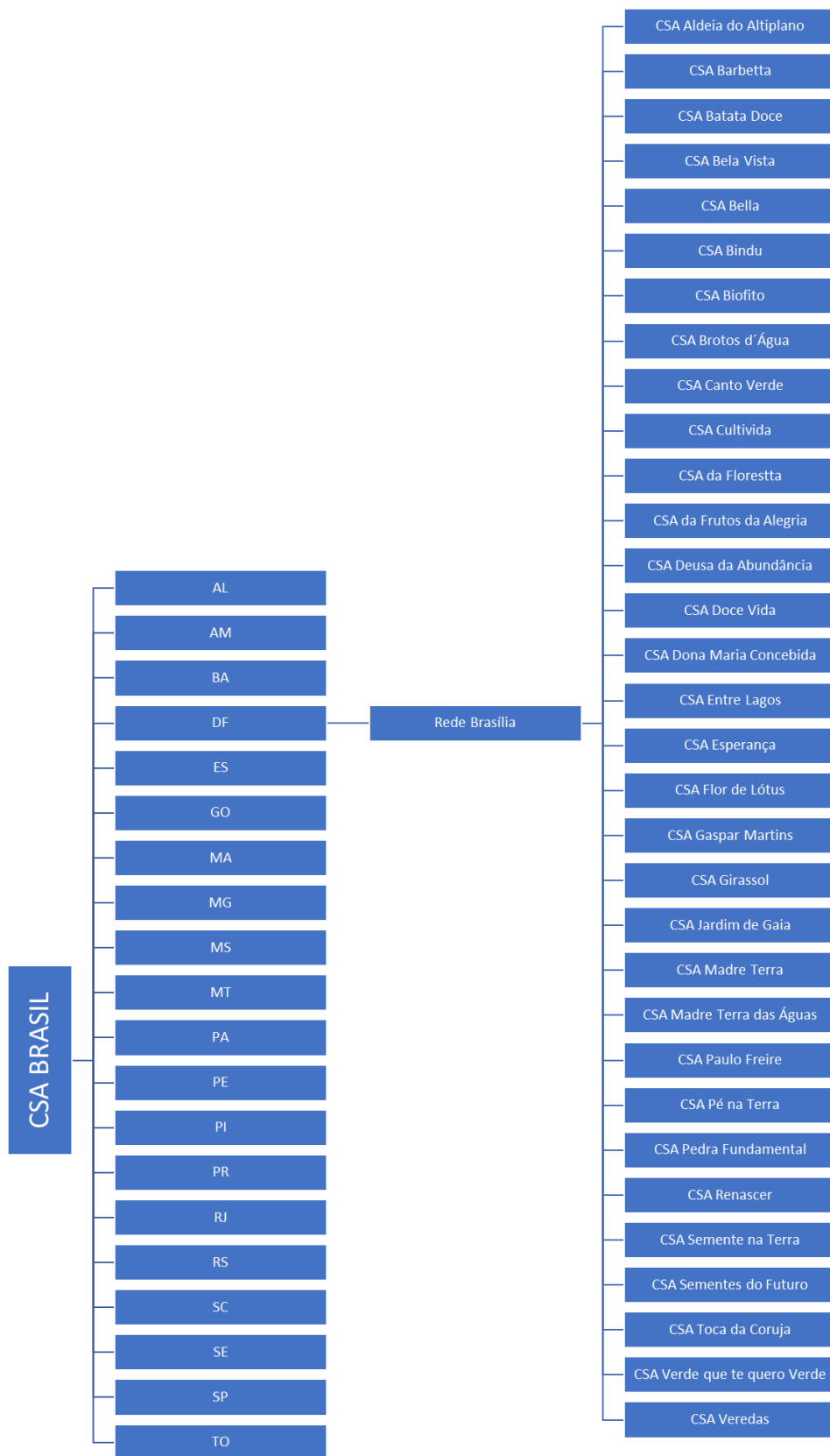
SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados**: introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2017.

VOLZ, P. *et al.* **Overview of community supported agriculture in Europe**. [France]: URGENCI; European CSA Research Group, 2016.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESTRUTURA DA DISPOSIÇÃO DAS CSAS NO ESCOPO DO DISTRITO FEDERAL



APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES
ASSOCIADOS À REDE CSA BRASÍLIA

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome da CSA: _____

Endereço: _____

Tamanho da propriedade em hectares: _____

Nome do Gestor da propriedade: _____

Gênero: ()F ()M

Tempo de atividade na agricultura (anos): _____

Idade (anos): _____

Grau de escolaridade?

- () Sem instrução e/ou menos de 1 ano de estudo;
- () Ensino fundamental incompleto ou equivalente;
- () Ensino fundamental completo ou equivalente;
- () Ensino médio incompleto ou equivalente;
- () Ensino médio completo ou equivalente;
- () Ensino superior incompleto ou equivalente;
- () Ensino superior completo ou equivalente.

**2 CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE
PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

- 1) O senhor (a) saberia informar quanto do espaço dentro da propriedade, em hectares, é destinado à produção das cotas da CSA?

- 2) O senhor (a) poderia dizer quais as razões para se associar à Rede CSA Brasília?

- 3) Esta formalização de participação na CSA gerou algum ganho/perda à sua propriedade?

- 4) O senhor (a) percebeu facilidades e dificuldades em ser participante da Rede CSA Brasília?

- 5) Quantas pessoas trabalham atualmente nesta propriedade agrícola? (nº)
 Homens Mulheres
- 6) Quanto dessa mão de obra é: (nº)
 Contratada Familiar
- 7) Quanto representa na receita bruta da propriedade (%) a venda de cotas pela CSA?
- 8) O senhor (a) saberia dizer quantos *coagricultores* participam da comunidade? Todos eles são pagantes?
- 9) Existe algum tipo de contrato formalizado entre as partes? O senhor (a) poderia dizer como é feita a precificação das cotas mensais?
- 10) Quais foram as principais mudanças realizadas desde o início das atividades? (estabelecer grau de importância, 1 - menos importante a 3 - mais importante)
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Associação com outra CSA | <input type="checkbox"/> Novos processos produtivos/produtos |
| <input type="checkbox"/> Novos pontos de comercialização | <input type="checkbox"/> Formalização |
| <input type="checkbox"/> Capacitação | <input type="checkbox"/> Certificação |
| <input type="checkbox"/> Estrutura física | <input type="checkbox"/> Novas embalagens |
| <input type="checkbox"/> Aumento da equipe | <input type="checkbox"/> Investimentos em equipamentos |

3 CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES

Esse questionário visa analisar as características básicas das transações, entendendo que os contratos são, por natureza, incompletos dado o problema da racionalidade limitada, o que não seria um problema se não fosse a característica comportamental esperada do oportunismo.

3.1 RACIONALIDADE LIMITADA

A racionalidade humana é limitada, o que significa afirmar que o agente económico participante da transação tem uma capacidade limitada para lidar com problemas complexos. Dessa forma, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, conforme o grau de relevância, sobre cada pergunta feita em relação à racionalidade limitada.

- 11) Em que medida o senhor (a) pensa que dentro da propriedade o uso de recursos tecnológicos para o gerenciamento da produção facilita o dia a dia?

Pouco – PROVÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 Muito – PROVÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

12) Em que medida o senhor (a) pensa que a propriedade associada ao movimento CSA possibilitou uma maior autonomia para implementação dos preços do produto?

Pouco – PROVÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 Muito – PROVÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

13) Em que medida o senhor (a) pensa que a propriedade associada ao movimento CSA possibilitou uma maior autonomia nos processos produtivos?

Pouco – PROVÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 Muito – PROVÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

14) Em que medida o senhor (a) busca se comunicar com os outros produtores para solucionar dificuldades enfrentadas dentro da sua propriedade?

Pouco – PROVÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 Muito – PROVÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

15) Em que medida o senhor (a) visualiza a Rede CSA Brasília como uma fonte de informações tanto para o processo produtivo quanto para a gestão da propriedade?

Pouco – PROVÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 Muito – PROVÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

3.2 OPORTUNISMO

O oportunismo parte de um princípio decorrente do auto interesse do agente, no qual esse tem autonomia, caso seja do seu interesse, de trapacear, mentir e quebrar promessas para o bem próprio, desse modo, não jogando cooperativamente com os outros agentes econômicos. Dessa forma, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, de acordo com o grau de relevância, sobre cada pergunta feita em relação ao comportamento oportunístico.

16) Em que medida o senhor (a) pensa que todas as propriedades associadas à Rede CSA Brasília recebem a mesma gama de informações relativas à comunidade?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

17) Em que medida o senhor (a) pensa que as outras propriedades associadas à Rede CSA Brasília utilizam mais de um canal de escoamento para a sua produção?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

18) Em que medida o senhor (a) pensa que as outras propriedades associadas à CSA utilizam da autonomia produtiva para implementar preços altos aos consumidores?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

19) Em que medida o senhor (a) pensa que as propriedades associadas à Rede CSA Brasília utilizam deste movimento para pleitear políticas públicas e/ou incentivos governamentais?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

20) Em que medida o senhor (a) pensa que as outras propriedades associadas à Rede CSA Brasília buscam respeitar e seguir as regras e condicionalidades impostas pelo movimento?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

4 ATRIBUTOS DA TRANSAÇÃO

Estando a eficiência relacionada à minimização dos custos de transação, estruturas de governança alternativas à opção do mercado surgem como forma de coordenação das trocas entre os agentes. Além dos pressupostos comportamentais, a identificação da estrutura que minimiza os custos de transação deve, também, considerar os atributos da transação: frequência, especificidade de ativos e incerteza.

4.1 FREQUÊNCIA

A frequência relaciona-se com a regularidade da transação e, quando recorrente, implica a construção de reputação. Dessa forma, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, de acordo com o grau de relevância sobre cada pergunta feita em relação à frequência que tais situações ocorrem.

21) Com que frequência o *coagricultor* tende a renovar o seu contrato, por igual período?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO- Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

22) Com que frequência o *coagricultor* “renunciante” retorna a se associar a CSA?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO- Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

23) Com que frequência o *coagricultor* estabelece um contrato de 6 meses?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO-Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

24) Com que frequência o *coagricultor* estabelece um contrato de 1 ano?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO-Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

25) Com qual frequência o *coagricultor* questiona o período de fidelidade?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO-Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

26) Com qual frequência o *coagricultor* questiona a variedade dos produtos agrícolas oferecidos?

POUCO-Frequente

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO-Frequente

0 1 2 3 4 5 6 7

4.2 ESPECIFICIDADES DOS ATIVOS

A especificidade do ativo define o quão o investimento naquele produto foi para uma finalidade especializada, que acaba, por consequência, não podendo ser alocado para outro uso. Assim, ativos específicos são aqueles ativos que não são reempregáveis a não ser com perdas de valores. Dessa forma, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, de acordo com o grau de relevância, sobre cada pergunta feita em relação aos ativos (maquinário, pessoas, produtos, etc.).

27) Os equipamentos que o senhor (a) utiliza na produção do plantio, em sua propriedade, poderiam ser utilizados em outras atividades agrícolas?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

28) O lugar (terra) que o senhor (a) utiliza para a atividade do plantio, poderia ser utilizado em outra atividade agrícola?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

29) A mão de obra que atualmente trabalha na atividade produtiva, poderia ser usada em outra atividade?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

30) A forma que hoje é realizado o plantio, em sua propriedade, com relação ao manejo da terra, irrigação, fertilização e etc., poderia ser feita de forma diferente?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

31) Em que medida o senhor (a) pensa que o *coagricultor* reconhece e valoriza a associação da propriedade a Rede CSA Brasília?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

32) Em que medida o senhor (a) pensa que o *coagricultor* associa a CSA a um padrão de qualidade?

Difícilmente

--	--	--	--	--	--	--	--

 Facilmente

0 1 2 3 4 5 6 7

4.3 INCERTEZA

A incerteza está associada tanto à disponibilidade da informação quanto à probabilidade de ocorrência de eventos que exigem que as estruturas de governança se adaptem às turbulências do ambiente. Desta forma, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, de acordo com o grau de relevância sobre cada pergunta feita em relação às incertezas no processo de comercialização.

33) Em que medida o senhor (a) como representante da CSA, repassa as informações relacionadas às formas do plantio para os *coagricultores*?

POUCO

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO

0 1 2 3 4 5 6 7

34) Em que medida o senhor (a) como representante da CSA, repassa semanalmente informações específicas da cesta, como, por exemplo: produtos da semana, quantidades, valores, horários etc. para os cotistas?

POUCO

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO

0 1 2 3 4 5 6 7

35) Em que medida o senhor (a) recebe informações da Rede CSA Brasília em relação a mudanças normativas, gestão financeira, gestão da produção entre outras?

POUCO

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO

0 1 2 3 4 5 6 7

36) Em que medida o senhor (a) acredita que a transparência das informações acerca dos custos de produção facilita a comercialização das cestas?

POUCO

--	--	--	--	--	--	--	--

 MUITO

0 1 2 3 4 5 6 7

5. CONFIANÇA

Tal aspecto é trabalhado na literatura de “*trust*” onde os custos de transação associados ao monitoramento podem ser reduzidos em situações especiais. Isto explica as organizações informais baseadas na confiança mútua, estabelecida por experiências anteriores, por laços familiares, ou por combinações de situações onde as ações oportunistas tendem a não ocorrer. Desse modo, assinale uma vez com um X nos espaços em branco, de acordo com o grau de relevância sobre cada pergunta feita em relação à confiança nas relações.

37) O senhor (a) poderia expressar qual é o seu grau de confiança na Rede CSA Brasil:

NÃO CONFIÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 CONFIÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

38) O senhor (a) poderia expressar qual é o seu grau de confiança na Rede CSA Brasília:

NÃO CONFIÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 CONFIÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

39) O senhor (a) poderia expressar qual é o seu grau de confiança nas outras propriedades que estão associadas à Rede CSA Brasília:

NÃO CONFIÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 CONFIÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

40) O senhor (a) poderia expressar qual é o seu grau de confiança no *coagricultor* associado à CSA Brasília.

NÃO CONFIÁVEL

--	--	--	--	--	--	--	--

 CONFIÁVEL

0 1 2 3 4 5 6 7

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Os pressupostos comportamentais dentro de uma estrutura híbrida: uma análise das transações na Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no Distrito Federal.

Equipe: Prof. Marcelino de Souza. Contato: marcelino.souza@uol.com.br; Marina de Camargo Santos Neta. Contato: marinaneta98@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Senhor(a) Participante:

A partir desta pesquisa pretende-se entender dentro da estrutura da CSA a dinâmica das transações entre o consumidor e agricultor. Assim, conta-se com sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

A sua participação é livre, podendo optar por não responder todas as perguntas, assim como desistir a qualquer momento mesmo sem ter respondido a todas as questões. Garante-se a preservação de sua privacidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo das informações dispostas nos relatórios de pesquisa, da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas pela(o) participante.

Garante-se a preservação de sua identidade, não havendo mensurações e associações nominais com conteúdo das informações dispostas nos relatórios de pesquisa, entretanto é necessário a mensuração da entidade participante e cargo. Da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas.

A pesquisa destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado inserida no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (Cepan) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do Professor Doutor Marcelino de Souza.

Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após as entrevistas e, garanta-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa.

Nome completo do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

Nome completo da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D – FOLHA EXPLICATIVA

Pesquisa: Os pressupostos comportamentais dentro de uma estrutura híbrida: uma análise das transações na comunidade que sustenta a agricultura (CSA) no Distrito Federal.

Equipe: Prof. Marcelino de Souza. Contato: marcelino.souza@uol.com.br; Marina de Camargo Santos Neta. Contato: marinaneta98@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Senhor(a) Participante:

Convidamos senhor (a) para participar do projeto acima mencionado, por meio de entrevista individual onde serão registradas algumas informações para a realização da pesquisa. O objetivo principal é entender dentro da estrutura da CSA a dinâmica das transações entre o consumidor e agricultor, levando em conta aspectos do comportamento destes.

Enfatiza-se que sua identidade será preservada, assim como tem a liberdade de optar por participar ou não da pesquisa. A senhora poderá escolher pela desistência da participação na pesquisa a qualquer momento, mesmo em caso da entrevista em andamento, assegurando-se nenhum prejuízo.

Os resultados obtidos serão divulgados em publicações científicas vinculadas à área do conhecimento em que se originou o projeto. Também em outras modalidades de comunicação, como por exemplo, eventos e congressos com o intuito de divulgar as informações obtidas.

Nome completo do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

Nome completo da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM



Autorização

Como detentor dos direitos autorais, autorizo por meio deste instrumento particular, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS a utilizar imagem e som de voz, fixados nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgações científicas, sem que isso implique qualquer ônus a mesma.

Brasília, ___ de _____ de 2021.

Endereço:

Telefone:

CPF:

Nome completo do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE F – LISTA DE CONTATOS E PONTOS DE CONVENIÊNCIA DAS CSAs

Bairro/Região do ponto	Local do Ponto de Convivência	Dia de distribuição das cestas no ponto	Horário de distribuição no ponto	CSA	Contatos
Águas Claras	CRAS Arniqueiras, QS 9, Lote 1 ao 7, Areal	Sábado	09h às 11h	CSA da Florestta	csadaflorestta@gmail.com
Altiplano Leste	Ecovila Aldeia do Altiplano	Sábado	09h às 11h30	CSA Aldeia do Altiplano	csa.altiplano@gmail.com
Arniqueiras	SHA Conjunto 5 Chácara 13 Lote 05 Arniqueiras	Sábado	10h	CSA Pedra Fundamental	pedrafundamentalorganicos@gmail.com
Asa Norte	102 norte	Sexta	19h às 21h	CSA Flor de Lótus	csaflordelotus@gmail.com
Asa Norte	102 norte	Sexta	20h às 22 h	CSA Deusa da Abundância	csadeusaabundancia@gmail.com
Asa Norte	403 Norte - Restaurante NUTRIVIDA	Quarta	09h às 12h	CSA Fazenda Bella	
Asa Norte	711 norte pilotis do bloco F	Sábado	11h às 12 h	CSA Veredas	csaveredas@gmail.com
Asa Norte	Alapadma yoga (212 norte bloco D, subsolo)	Terça	17h30 às 19h45	CSA Bindu	chacarabindu@gmail.com ou www.chacarabindu.com.br
Asa Norte	Emater - sede (final da asa norte, atrás do Atacadão)	Quinta	16h30 às 18h	CSA Bela Vista	
Asa Norte	Embrapa Cenargen	Segunda	15h30 às 17h30	CSA Sementes do Futuro	daniel.mascia@gmail.com
Asa Norte	Escola Classe 115 norte	Quinta	11h30 às 13h	CSA Doce Vida	csadocevida@gmail.com
Asa Norte	Escola Vivendo e Aprendendo - 603 Norte	Terça	17h30 às 19h	CSA Madre Terra	csamadreterra@gmail.com
Asa Norte	Escola Vivendo e Aprendendo - quadra 603 Norte	Terça	11h30 às 13h	CSA Doce Vida	csadocevida@gmail.com
Asa Norte	Evolua Mercado Sustentável - CLN 409 Bloco A	Domingo	10h às 12h	CSA JK Agrosustentável	
Asa Norte	FEPECS - 501 norte - Estacionamento do Hemocentro	Segunda	16h30 às 17h30	CSA Barbeta	csabarbeta@gmail.com (deixe um contato telefônico)
Asa Norte	FIOCRUZ - Avenida L3 norte, Campus Darci Ribeiro.	Terça	17h30 às 19h45	CSA Bindu	chacarabindu@gmail.com ou www.chacarabindu.com.br
Asa Norte	ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza (510 Norte)	Terça	17h às 18h30	CSA Renascer	csasonhodedeusdf@gmail.com
Asa Norte	Mercado Evolua - CLN 409 Bloco A	Terça	12h30 às 14h	CSA Pé na Terra	csa.penaterra@gmail.com
Asa Norte	Padaria Castalia (102 Norte)	Terça	17h30 às 19h45	CSA Bindu	chacarabindu@gmail.com ou www.chacarabindu.com.br
Asa Norte	Prefeitura da 411/12 norte	Quarta	08h às 11h	CSA Raio de Sol	csa.raiodesol@gmail.com
Asa Norte	Restaurante Vegan-se na 204 norte			CSA Galática	yolandalandim@gmail.com
Asa Sul	Bhumi - 113 sul	Sábado	10h às 11h	CSA Cultivida	csa.cultivida@gmail.com

Asa Sul	BRB -509 sul	Sexta	12 às 14h	CSA Canto Verde	anaquiteriamaria@gmail.com
Asa Sul	Clubeterapia – 713/913 Sul	Segunda	17h30 às 19 h	CSA Deusa da Abundância	csadeusaabundancia@gmail.com
Asa Sul	Escola Parque 210/211	Sábado	10h às 11h	CSA Deusa da Abundância	csadeusaabundancia@gmail.com
Asa Sul	Espaço Acalanto - 703 sul	Quarta	08h às 11h	CSA Bindu	chacarabindu@gmail.com ou www.chacarabindu.com.br
Asa Sul	Mercado do Café - 509 sul	Terça	19h às 20h30	CSA da Florestta	csadaflorestta@gmail.com
Asa Sul	Praça da 706 Sul, estacionamento do bloco C	Quarta	18h30 às 20h	CSA Verde que te quero Verde	csaverdequetequerverde@gmail.com
Asa Sul	Restaurante Girassol - 409 Sul	Quinta	18h às 20h	CSA Jardim de Gaia	pgenerino@gmail.com
Asa Sul	Restaurante Girassol - 409 Sul	Segunda	18h às 19h	CSA Barbeta	csabarbeta@gmail.com (deixe um contato telefônico)
Asa Sul	SQS 113 - Bloco H	Segunda	15h30 às 16h	CSA Pé na Terra	csa.penaterra@gmail.com
Asa Sul	WWF - CLS 114 - Bloco D Loja 35	Segunda	15h às 15h40	CSA Pé na Terra	csa.penaterra@gmail.com
Central	ADASA – Antiga Rodoferroviária	Terça	16h30 às 19h	CSA Brotos d'Água	a3@adasa.df.gov.br
Central	BRB Setor Bancário Sul	Terça	11h às 13h30	CSA Semente na Terra	
Central	Centro Público de Economia Solidária - SCN Qd.01 (antiga Agência do Trabalhador)	Sábado	09h30 às 11h	CSA Paulo Freire	csa.paulofreire@gmail.com
Central	Centro Público de Economia Solidária - SCN Qd.01 (antiga Agência do Trabalhador)	Sábado	10h às 14 h	CSA Gaspar Martins	csa.gasparmartins@gmail.com
Central	Centro Público de Economia Solidária - SCN Qd.01 (antiga Agência do Trabalhador)	Sábado	14h às 15h	CSA Mulheres do Cerrado	ivanildesmaria070@gmail.com
Central	Estacionamento do Centro Público de Economia Solidária - SCN	Sábado	9h30 às 10h30	CSA Ana Primavesi	@csa.anaprimavesi
Central	FUNAI - SCS Quadra 9, Torre B - Ed. Parque Cidade Corporate	Terça	14h30 às 15h30	CSA Pé na Terra	csa.penaterra@gmail.com
Central	IPEA Setor Bancário Sul Q. 1 Ed. BNDES	Sexta	11h30 às 12h	CSA Dona Maria Concebida	
Em definição	Em definição	Terça	Em definição	CSA Mulheres em Ação	csa.mulheres.em.acao@gmail.com @csa.mulheresemacao
Gama	Espaço Terapêutico Ser Você St. Leste Q 23,LT 30 Gama	Terça	20h às 21 h	CSA da Florestta	csadaflorestta@gmail.com
Grande Colorado	Monte Alverne	Sábado	09h às 11h	CSA Frutos da Alegria	csa.frutosdaalegria@gmail.com

Guará II	Crioula Café - QI 31, Bloco A, Ed. Florida Center, Loja 25	Sábado	08h30 às 09h30	CSA Cultivida	csa.cultivida@gmail.com
Guará II	Guara II, Quadra 40, Polo de moda	Quinta	16h às 18h	CSA Mulheres da Reforma Agrária	ivanildesmaria070@gmail.com
Guará II	QE 40	Terça	17h às 19h	CSA Fazenda Bella	
Lago Norte	Bella Focaccia - CA 02 Bloco V Loja 3	Sábado	11h30 às 12h30	CSA Cultivida	csa.cultivida@gmail.com
Lago Norte	Condomínio Prive 1 Quadra 3 Conj C Casa 20 Setor de Mansões do Lago Norte	Sábado	9h30 às 10h30	CSA Flor do Cerrado	contato@alternativaterrazul.org.br
Lago Norte	Estacionamento do Deck Norte, em frente ao Big Box	Sexta	10h às 11h	CSA Mulheres da Santa Fé	csa.mulheresdasantafe@gmail.com
Lago Norte	Padaria Pão de Grão – CA 05	Sábado	10h30 às 11h30	CSA Esperança	csaesperancadf@gmail.com
Lago Sul	SHIS QI 19 Conj. 13 Casa 10	Segunda	15h às 16h	CSA Barbetta	csabarbetta@gmail.com (deixe um contato telefônico)
Paranoá	Condomínio Entre lagos	Terça	19h30 às 20h30	CSA Entre Lagos	daniquele@yahoo.com.br
Planaltina	Bio Estética Ester Elegance centro comercial Sandray Arapoanga	Quinta	10 h às 18 h	CSA Biofito	csabiofito@gmail.com
São Sebastião	Horta Comunitária Girassol. Qd 12, Área Especial, Morro Azul - São Sebastião DF	Sábado	08h as 11h30	CSA Girassol	csagirassolbsb@gmail.com
Setor Policial	ANA - Setor Policial Área 5 Quadra 3	Segunda	17 h às 18 h	CSA Madre Terra das Águas	dorvalinateresa@gmail.com
Sudoeste	Bosque do Sudoeste	Sábado	09h às 11h	CSA Veredas	csaveredas@gmail.com
Sudoeste	CLSW 304, Bloco C, Loja 44, Le Sorelle	Sexta	18h às 20h	CSA Deusa da Abundância	csadeusaabundancia@gmail.com
Sudoeste	Escola Ceu de Brasília - QRSW 07. lote 1	Terça	17h30 às 19h45	CSA Bindu	chacarabindu@gmail.com ou www.chacarabindu.com.br
Tororó	Alameda Tororó, Casa 45, Residencial Santa Mônica	Segunda	13h30 às 14h30	CSA Barbetta	csabarbetta@gmail.com (deixe um contato telefônico)

Fonte: adaptado pela autora do *site* da Rede CSA Brasília, página Participe.

APÊNDICE G – TABELAS SISTEMATIZADAS DOS DADOS DE CAMPO

Tabela 2 – Caracterização do perfil do produtor associado à Rede CSA Brasília

CSA	Gênero	Tempo de atividade na agricultura (anos):	Idade (anos):	Grau de escolaridade:
CSA 1	Feminino	20	60	Ensino médio completo ou equivalente
CSA 2	Masculino	30	49	Ensino superior completo ou equivalente
CSA 3	Masculino	17	34	Ensino fundamental incompleto ou equivalente
CSA 4	Feminino	15	39	Ensino superior completo ou equivalente
CSA 5	Feminino	20	71	Ensino superior completo ou equivalente
CSA 6	Masculino	7	58	Ensino médio completo ou equivalente
CSA 7	Feminino	5	48	Ensino médio incompleto ou equivalente
CSA 8	Feminino	5	28	Ensino médio completo ou equivalente
CSA 9	Feminino	40	63	Ensino fundamental completo ou equivalente
CSA 10	Feminino	15	65	Ensino fundamental completo ou equivalente
CSA 11	Masculino	10	52	Ensino fundamental incompleto ou equivalente
Média		17	52	

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 3 – Caracterização da unidade produtiva associada à Rede CSA Brasília

CSA	Tempo no formato CSA (anos)	Tamanho da propriedade em hectares:	Hectares destinados à produção das cotas da CSA	Homens que trabalham na propriedade agrícola	Mulheres que trabalham na propriedade agrícola	Mão de obra: contratada	Mão de obra: familiar	Receita bruta da propriedade (%) por meio das cotas da CSA	Número de cotas produzidas
CSA 1	4	40	5	4	2	3	3	100	50
CSA 2	5	5	1	2	2	3	1	80	22
CSA 3	5	6	2	8	1	4	5	10	58
CSA 4	5	2	1	2	2	3	1	100	23
CSA 5	4	13	7	3	1	1	3	95	75
CSA 6	5	7	2	3	1	0	4	100	75
CSA 7	2	5	1	1	1	0	2	90	25
CSA 8	1	5	1	1	1	0	2	100	26
CSA 9	3	8	3	1	3	1	3	100	80
CSA 10	1	1	1	2	1	1	2	50	13
CSA 11	2	8	2	2	1	0	3	100	55
Média	3	9	2	3	1	1	3	84	46

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 4 – Compilado da média dos pressupostos comportamentais por CSA

CSA	Média Racionalidade Limitada	Média Oportunismo	Média Frequência	Média Espe. Ativos	Média Incerteza	Média Confiança
CSA 1	6	4	6	5	6	6
CSA 2	5	5	4	6	6	6
CSA 3	5	4	5	6	5	5
CSA 4	7	5	5	7	7	7
CSA 5	3	3	5	7	6	6
CSA 6	6	4	4	6	6	6
CSA 7	6	3	5	5	7	7
CSA 8	7	4	4	2	7	7
CSA 9	6	4	4	7	6	6
CSA 10	2	1	5	2	3	3
CSA 11	5	4	3	6	4	4
TOTAL	5,22	3,73	4,57	5,42	5,64	5,84

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 5 – Racionalidade limitada na Rede CSA Brasília

CSA	P.11	P.12	P.13	P.14	P.15	Média
CSA 1	7	6	7	7	3	6
CSA 2	6	6	6	3	3	5
CSA 3	7	7	7	2	3	5
CSA 4	7	7	7	7	7	7
CSA 5	2	3	6	3	1	3
CSA 6	7	7	7	3	7	6
CSA 7	7	7	7	7	2	6
CSA 8	7	7	7	7	7	7
CSA 9	7	7	7	2	5	6
CSA 10	2	1	2	1	2	2
CSA 11	7	4	6	7	1	5
Média	6	6	6	4	4	5

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 6 – Oportunismo na Rede CSA Brasília

CSA	P.16	P.17	P.18	P.19	P.20	Média
CSA 1	3	7	1	6	1	4
CSA 2	6	5	4	3	6	5
CSA 3	2	7	3	1	7	4
CSA 4	7	5	1	7	7	5
CSA 5	3	6	1	1	6	3
CSA 6	5	5	3	2	7	4
CSA 7	1	7	0	0	7	3
CSA 8	7	4	0	3	7	4
CSA 9	2	7	1	6	4	4
CSA 10	1	1	0	0	1	1
CSA 11	4	4	1	2	7	4
Média	4	5	1	3	5	4

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 7 – Frequência na Rede CSA Brasília

CSA	P.21	P.22	P.23	P.24	P.25	P.26	Média
CSA 1	6	4				7	6
CSA 2	3	4	1	6	2	7	4
CSA 3	5	3				7	5
CSA 4	5	2				7	5
CSA 5	6	5	7			4	5
CSA 6	7	4	4	6	1	7	4
CSA 7	7	2	7	7	3	6	5
CSA 8	7	1	7	2	3	7	4
CSA 9	6	4	5	7	1	1	4
CSA 10	4	1	7	6	6	7	5
CSA 11	0	6			1	1	3
Média	5	3	5	6	2	6	5

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 8 – Especificidade dos ativos na Rede CSA Brasília

CSA	P.27	P.28	P.29	P.30	P.31	P.32	Média
CSA 1	7	7	7	3	5	3	5
CSA 2	5	6	6	6	5	6	6
CSA 3	7	7	7	6	7	5	6
CSA 4	7	7	7	7	7	7	7
CSA 5	7	7	7	7	7	7	7
CSA 6	7	7	7	1	7	6	6
CSA 7	7	7	3	3	4	7	5
CSA 8	0	0	0	0	5	7	2
CSA 9	7	7	7	7	7	7	7
CSA 10	1	1	2	1	1	7	2
CSA 11	7	7	7	1	7	7	6
Média	6	6	5	4	6	6	5

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 9 – Incerteza na Rede CSA Brasília

CSA	P.33	P.34	P.35	P.36	Média
CSA 1	7	7	7	2	6
CSA 2	6	6	6	6	6
CSA 3	5	7	1	6	5
CSA 4	7	7	7	7	7
CSA 5	7	7	1	7	6
CSA 6	7	7	3	7	6
CSA 7	7	7	1	7	6
CSA 8	5	7	5	7	6
CSA 9	7	7	1	7	6
CSA 10	4	7	0	7	5
CSA 11	7	7	1	7	6
Média	6	7	3	6	6

Fonte: elaboração da autora, 2021.

Tabela 10 – Confiança na Rede CSA Brasília

CSA	P.37	P.38	P.39	P.40	Média
CSA 1	7	7	4	6	6
CSA 2	6	6	6	7	6
CSA 3	7	5	6	3	5
CSA 4	7	7	7	7	7
CSA 5	6	6	6	7	6
CSA 6	7	7	4	7	6
CSA 7	7	7	7	7	7
CSA 8	7	7	7	7	7
CSA 9	7	7	3	7	6
CSA 10	1	2	2	7	3
CSA 11	0	6	4	7	4
Média	6	6	5	7	6

Fonte: elaboração da autora, 2021.

APÊNDICE H – IMAGENS OBTIDAS NA PESQUISA DE CAMPO

Figura 14 – Disposição dos produtos colhidos em caixas plásticas retornáveis



Fonte: imagens obtidas pela autora, 2021.

Figura 15 – Cestas para os *coagricultores*



Fonte: imagens obtidas pela autora, 2021.

Figura 16 – Pontos de convivência de algumas unidades produtivas



Fonte: imagens obtidas pela autora, 2021.